



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Vera Lúcia Moraes dos Santos

**Pequena África ou Paris tropical?: resistência e cidadania no ensino da
reforma urbana Pereira Passos (1903-1906)**

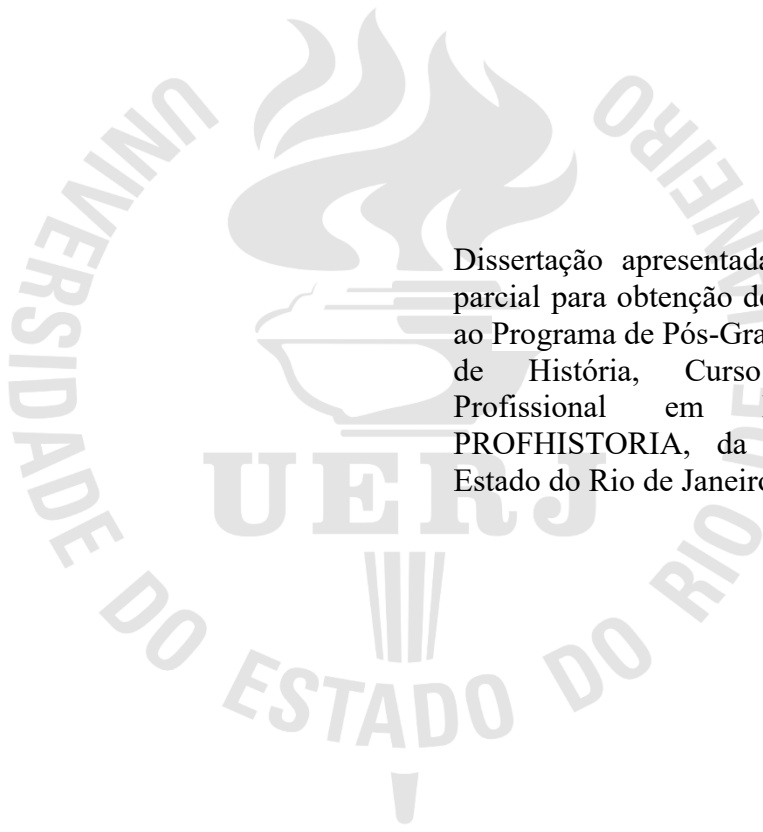
São Gonçalo

2025

Vera Lúcia Moraes dos Santos

Pequena África ou Paris tropical?: resistência e cidadania no ensino da reforma urbana

Pereira Passos (1903-1906)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Renata Figueiredo Moraes

São Gonçalo

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S237
TESE

Santos, Vera Lúcia Moraes dos.
Pequena África ou Paris tropical? : resistência e cidadania no ensino da reforma urbana Pereira Passos (1903-1906) / Vera Lúcia Moraes dos Santos. – 2025.
120f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Renata Figueiredo Moraes.
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. Cidadania – Teses.
3. Rio de Janeiro – História – Teses. I. Moraes, Renata Figueiredo.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 6150

CDU 93(07)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vera Lúcia Moraes dos Santos

**Pequena África ou Paris tropical?: resistência e cidadania no ensino da reforma urbana
Pereira Passos (1903-1906)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 9 de julho de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Renata Figueiredo Moraes (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Mario Sergio Ignácio Brum
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Paula Arantes Habib
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo
2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Ulisses e Irene (in memorian), humildes trabalhadores, porém, incansáveis na tarefa de nos educar. Orgulhosos da filha professora, sempre foram os meus maiores incentivadores a fazer essa pós-graduação. Obrigada meus queridos! Conseguimos!

AGRADECIMENTOS

A minha querida irmã Heloísa, pelo seu incentivo fraterno e apoio incondicional para que eu pudesse realizar essa dissertação. Muito obrigada amada irmã!

Agradeço à Prof^a Dra. Renata de Figueiredo Moraes, minha orientadora atenciosa e dedicada que me apoiou e acreditou nessa pesquisa antes mesmo dela existir. Foi quem me guiou e indicou os caminhos a seguir de forma sempre carinhosa. Sou muito grata, com todo o meu coração.

Aos professores que aceitaram fazer parte dessa banca, por se dispor a ler atentamente esse trabalho e oferecer importantes contribuições para a sua realização e aperfeiçoamento.

Aproveito para agradecer a todos os professores do ProfHistória que contribuíram significativamente para a formação dessa pesquisa. Vocês de alguma forma estão também retratados nessa pesquisa

Aos colegas de mestrado pelos encontros, debates, estudos, mas igualmente pelas conversas na cantina, as risadas, os cafés e as trocas de experiências com um grupo tão diverso.

E por fim, e não menos importante, agradeço aos alunos que passando pelas turmas nas quais lecionei consequentemente me formaram enquanto professora.

Agradecimentos são sempre difíceis, pois corremos o risco de não lembrar de alguém, mas desejo que todos os que fazem parte da minha vida, se sentissem abraçados com todos esses citados anteriormente.

RESUMO

SANTOS, Vera Lúcia M. *Pequena África ou Paris tropical?: resistência e cidadania no ensino da reforma urbana Pereira Passos (1903-1906)*. 2025. 120f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

Esta dissertação apresenta uma proposta de Ensino de História tem como objetivo principal o estudo da reforma Pereira Passos (1902-1906) com ênfase nos princípios de uma educação cidadã. A investigação parte da análise, da crítica e do tensionamento dos diferentes agentes históricos envolvidos na remodelação da cidade do Rio de Janeiro a partir dos conceitos de resistência e cidadania propiciando a reflexão e a consciência histórica, sobre a reforma implementada. Neste contexto, destacamos o cenário político, econômico e social da cidade do Rio de Janeiro à época da reforma supra citada bem os agentes históricos que nela atuaram. Abordamos ainda a atuação dos agentes históricos que resistiram de acordo com as suas possibilidades e redes de sociabilidade e táticas de sobrevivência na cidade remodelada. Como produto desta dissertação elaboramos um guia de atividades sobre a reforma Pereira Passos que estimulem reflexões críticas por parte dos professores e alunos, ressaltando o papel dos agentes sociais Prata Preta e tia Ciata, que dentro das suas possibilidades de atuação elaboraram estratégias de resistência e sobrevivência que marcaram suas identidades como povo de herança africana.

Palavras-chave: ensino de História; Rio de Janeiro; cidadania; resistência.

ABSTRACT

SANTOS, Vera Lúcia M. *Little Africa or tropical Paris?: resistance and citizenship in the teaching of urban reform Pereira Passos (1903-1906)*. 2025. 120f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

This dissertation presents a proposal for teaching history, with the main objective of studying the Pereira Passos reform (1902-1906), with an emphasis on the principles of civic education. The research begins with the analysis, critique, and tension of the different historical agents involved in the remodeling of the city of Rio de Janeiro, based on the concepts of resistance and citizenship, fostering reflection and historical awareness about the implemented reform. In this context, we highlight the political, economic, and social landscape of the city of Rio de Janeiro at the time of the aforementioned reform, as well as the historical agents who participated in it. We also address the actions of the historical agents who resisted according to their possibilities, social networks, and survival tactics in the remodeled city. As a result of this dissertation, we developed an activity guide on the Pereira Passos reform to encourage critical reflection on the part of teachers and students, highlighting the role of the social agents Prata Preta and Tia Ciata, who, within their possibilities, developed strategies of resistance and survival that marked their identities as people of African heritage.

Keywords: History teaching; Rio de Janeiro; citizenship; resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	O Bota-abaixo	90
Figura 2 –	Fundo dos prédios 12 e 44 da rua do Senado	91
Figura 3 –	Capa do Livro O Bota-abaixo	92
Figura 4 –	Obras de Construção da Av. Central	93
Figura 5 –	Charge da Revista O Malho	94
Figura 6 –	Valores e Direitos	95
Figura 7 –	Bonde virado na Praça da República	96
Figura 8 –	Vacina obrigatória	96
Figura 9 –	Retrato de Prata Preta	97
Figura 10 –	Reportagem sobre Prata Preta	98
Figura 11 –	Pedra do Sal	100
Figura 12 –	Tia Ciata	101

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	O RIO CIVILIZA-SE?	19
1.1	Dialogando com as diferentes interpretações	19
1.2	Os espaços e os personagens na cidade-capital	36
1.3	A cidade perigosa vs a cidade civilizada	41
2	QUE ENSINO QUEREMOS?	58
2.1	O ensino da reforma Pereira Passos nos livros didáticos	58
2.2	Cidadania e resistência no ensino da reforma Pereira Passos	67
3	PROPONDO CAMINHOS	85
3.1	Proposição didático-pedagógica: um outro ensino é possível	85
3.2	Sequência didática	89
3.3	Entre práticas e problematizações	104
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

Seja como for a aula de história pode tornar-se um pensamento em formação que continua a se criar diante dos alunos, ou antes, com os alunos. Atividade e adequação - é antes o frescor, e não o mofo, o amarelecido - o cheiro bom do fresco.

SNYDERS, George

No início da Pandemia, em 2020, diante da situação estranha e preocupante em que nos encontrávamos, as aulas das escolas foram suspensas, sendo assim, nós professores passamos a trabalhar de forma remota com os alunos

Para atualização e aquisição de novos conhecimentos, instrumentos necessários diante da situação sanitária em que estávamos, fui convidada pela Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro como professora do 9º ano da escola Maria Baptistina Duflles Teixeira Lott, localizada em Vista Alegre, RJ, a realizar cursos também de forma híbrida. Além da expertise relacionada ao ensino digital, podemos refletir e produzir materiais digitais que estimulassem os alunos a participarem das aulas.

Em um dos cursos oferecidos, nós professores, teríamos que não somente participar das aulas, realizando as atividades propostas, mas também, ao final do mesmo, elaborar um trabalho com uma das ferramentas digitais estudadas sobre um tema que fizesse parte do currículo dos alunos do Fundamental II.

Pesquisando os conteúdos disponíveis, considerei um tema importante a ser analisado no trabalho solicitado, o conteúdo curricular intitulado “As Reformas Urbanas no Rio de Janeiro no início do século XX”. A escolha do tema me envolveu não somente pela remodelação realizada, mas, em especial, pelos confrontos e conflitos que dela se originaram. Nesse aspecto percebemos na proposição eleita a oportunidade de aprofundarmo-nos nas temáticas relacionadas às desigualdades sociais, presentes, tanto ontem como hoje em nossa sociedade. Na linha dessas reflexões pretendemos analisar junto com os alunos sobre como o ser humano, enquanto sujeito ativo, possuidor de direitos e deveres dentro dessa mesma sociedade, não tem a sua plena cidadania assegurada, em prol dos interesses do grande capital. Tal prática nos permite ampliar a percepção dos mesmos para os problemas não só da cidade enquanto um espaço macro, mas também para as micro-histórias presentes no seu bairro, no entorno onde reside, uma vez que “a cidade se constitui como um espaço aberto à problematização do presente, à contestação da vida, à reflexão acerca da pluralidade das experiências humanas e

marcas temporais que não são dadas no presente” (BLANCH; MIARANDA, 2013, p. 67). É curioso perceber, ainda, como, diferente do que consta na Constituição, o cidadão brasileiro não dispõe totalmente dos direitos de igualdade, ficando as classes menos favorecidas, à mercê dos interesses de uma elite dominante e politicamente hegemônica.

No trabalho produzido naquela ocasião, procurei abordar o tema de forma crítica, ressaltando a Revolta da Vacina como um motim derivado da condição autoritária que a reforma impôs aos cariocas, sem destacar, porém, outras formas de resistência que a população pobre efetivou. Para a apresentação produzi um powerpoint sobre o tema escolhido, narrando a reforma urbana de Pereira Passos e enriquecido com slides sobre a reforma. Todavia, ainda não havia, nenhuma pretensão de problematizar o tema ou enriquecê-lo com ferramentas teóricas que me permitissem dissertar de forma profunda e contribuir para uma reflexão dialógica entre teoria e prática.

Ao ingressar no programa ProfHistória, e diante das excelentes aulas ministradas abordando e problematizando o ensino de História, o tema em destaque, me veio à memória despertando a vontade de abordá-lo e analisá-lo mais profundamente.

Movida por essas inquietações nos debruçaremos sobre o tema eleito, no intuito de contribuir com algumas reflexões, dentro de um ensino e prática pedagógica que revitalize as práticas e relações experienciadas nas salas de aula da educação básica, oferecendo aos professores estratégias para explicar o passado, intervindo no presente, em conexão com as demandas atuais, sem ter, contudo, a pretensão de oferecer respostas prontas ou acabadas.

Dialogando com a historiografia sobre as reformas urbanísticas realizadas no Rio de Janeiro no início do século XX, buscamos problematizar a reforma Passos dentro do currículo dos alunos do 9º ano, período escolar em que esse conteúdo é abordado.

Porém, antes de definir qual o recorte espacial e temporal, é necessário indicar o público-alvo da pesquisa proposta: alunos e professores das séries finais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino do município do Rio de Janeiro.

Dentro da rede municipal, a escola na qual leciono, ou seja, a Escola Municipal Maria Baptistina Duffles Teixeira Lott, designação 05-14-008, está localizada na Rua Ponta Porã, 479, em Vista Alegre (RJ). Foi inaugurada em 26/08/1960, no governo do Prefeito José Sette Câmara, reformada e reinaugurada no governo do prefeito César Maia.

Em sua maioria, os alunos são compromissados com a aprendizagem e os projetos desenvolvidos. No IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2023, indicador nacional que mede a qualidade do ensino no Brasil e estabelece metas para a sua melhoria, a escola recebeu a pontuação 5,8. Este índice corresponde a um ensino de qualidade. Por esta

ferramenta o Ministério da Educação, avalia os alunos com base nas médias de desempenho, apuradas pelo Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas pelo Censo Escolar. Atualmente a escola possui um total de 515 alunos do Ensino Fundamental II realizando uma educação inclusiva, pois atende alunos com necessidades educativas especiais, possuindo sala de recursos para os mesmos.

A estrutura física da escola possui nove salas de aula, sala de leitura, quadra de esportes coberta, laboratório de informática. Seu nome foi dado em homenagem à professora Maria Baptistina Duffles Teixeira Lott e também mãe do marechal do Exército Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, figura expressiva no cenário militar e político brasileiro nas décadas de 50 e 60 do século XX. A unidade é muito bem avaliada pelos pais, alunos e funcionários da instituição, reflexo do comprometimento com o ensino de qualidade que a escola oferece.

O bairro onde a escola Maria Baptistina Duffles Teixeira Lott está localizada e onde a maior parte dos alunos reside, é um bairro preferencialmente residencial. O bairro tem origem em 1954 quando um projeto imobiliário com o nome de Jardim Vista Alegre foi desenvolvido na região (<https://diariodorio.com/o-significado-do-nome-dos-bairros-do-rio-de-janeiro> - Acesso em 02/06/2025).

Vista Alegre possui um expressivo centro comercial, com supermercados, bancos, escolas, academias e relevante polo gastronômico e cultural onde se condensam restaurantes e bares, com rodas de samba, música popular e a famosa roda de samba da Dorina, que acontece uma vez no mês na Areninha Cultural João Bosco.

A feira livre com mercadorias variadas, além, é claro do acarajé da baiana e do famoso pastel com caldo de cana, quitute marcante das feiras livres do Rio de Janeiro, são atrativos da região.

Segundo Schmidt “uma realidade local não contém, em si mesma, as chaves de sua própria explicação” (2007, p. 190), sendo necessário analisar a mesma em sua relação com o regional, o nacional e/ou global. Neste ponto é possível perceber pela descrição do bairro onde os alunos residem que ele reflete muito dos aspectos culturais e identitários do centro do Rio de Janeiro. Essa constatação nos permite perceber que ao ensinar História a partir da vivência local do aluno, torna-se necessário uma perspectiva teórico-metodológica que dê vida e voz às memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais, em especial às histórias daqueles excluídos dos conteúdos ensinados. Neste aspecto a história local se apresenta como o ponto central que baliza e especifica o objeto de estudo aqui proposto para compreensão por parte do aluno das relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo, além da presença de outros tempos no seu dia-a-dia.

Ressaltamos a importância de desfazer a associação da história local somente com o entorno, o mais próximo, o bairro que envolve o aluno. Schmidt e Cainelli, afirmam que esta associação incentiva “o estabelecimento de uma relação mecânica entre o próximo e o já conhecido” (2009, p. 138-9). Para superar essa perspectiva reducionista e conhecimento simplista do entorno, Bittencourt (2004), propõe que os professores não ofereçam aos alunos apenas o conteúdo da História daquela localidade, mas busquem compreender a dinâmica do mesmo, suas modificações e permanências, articulando esse grupo de informações com o de outros lugares. Na perspectiva do estudo em tela, o bairro de Vista Alegre, faz parte do entorno maior que é a cidade do Rio de Janeiro. Ao atuar na remodelação da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos provocou a destruição de quarteirões inteiros de hospedagens, cortiços, casas de cômodos e estalagens, além de armazéns e trapiches de áreas junto ao mar, o que forçou boa parte dos moradores que ali habitavam e trabalhavam a se deslocar para os subúrbios ou a subir os morros próximos. É bem possível que muitos dos novos moradores que passaram a residir no bairro a partir da construção do conjunto, inaugurado em 1954, fossem oriundos do centro da cidade.

O local é o espaço primordial através do qual o aluno começa a construir a sua identidade como membro ativo da sociedade civil, onde ele tem acesso aos bens culturais, materiais ou não. A história do local, a história do lugar, torna-se então o ponto de partida e objeto de investigação da aprendizagem histórica, permitindo ao aluno compreender a dinâmica das transformações do espaço, articulando presente e passado em uma íntima relação entre o local e o regional e vice-versa.

Nesta perspectiva, observamos a inter-relação em seus múltiplos aspectos, das permanências e transformações do modo de vida social, cultural e econômico no presente e no passado da localidade na qual o aluno está inserido. O desafio, então, é o de integrar e trabalhar o local em conjunto com o nacional, global propiciando a constatação das diferenças e semelhanças e das permanências e transformações (FONSECA, 2003; SAMUEL, 1989; SCHMIDT; CAINELLI, 2009; BITTENCOURT, 2004).

Neste sentido a reforma Passos, desponta não apenas como mais um conteúdo curricular, mas como um problema a ser investigado e as permanências e semelhanças de costumes e relações sociais, bem como as mudanças das vivências coletivas presentes no âmago desse problema. Nesse ponto destacamos o papel fundamental do profissional de História ao “ensinar o aluno como levantar problemas, procurando transformar temas e problemáticas em narrativas históricas” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p.90), estimulando nos alunos aquele olhar indagador sobre o mundo do qual fazem parte.

A gestão de Francisco Pereira Passos (1902-1906), à frente da Prefeitura da capital da República brasileira, em conjunto com o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, concretizou uma das mais intensas reformas urbanas da história da cidade do Rio de Janeiro. Tais reformas, marcadas pela ideologia higienista e um discurso racionalista da política do “bota abaixo” e do ocultamento das desigualdades sociais, realizaram intervenções arquitetônicas profundas na capital federal. Na visão do Executivo municipal e da elite, era preciso transformar a imagem da cidade colonial, marcada pela sua historicidade e consequente capitalidade à medida em que se constituiu em centro econômico, político e cultural do país, nos moldes da *belle époque* parisiense.

O período proposto pela pesquisa diz respeito ao início no século XX, na capital do Brasil, Rio de Janeiro entre os anos de 1903 a 1906, quando foi realizada a reforma urbanística-social de Pereira Passos.

Nessa dimensão, os embates que circundam os usos do passado dentro do ensino de História nos fazem perceber o sentido político da ciência histórica e as tensões derivadas do seu ensino como um espaço por excelência de formação e atuação política, o que nos remete a Lucien Febvre, quando este afirma “Que nos deem uma História, não uma História automática, mas, sim, problemática” (2011, p. 84). Enfatizamos que o ensino da história local do Rio de Janeiro ressaltado nesta dissertação, procura reconstruir uma abordagem social das condições de vida dos grupos sociais desfavorecidos socialmente e das estratégias de sobrevivência e resistência que lhes eram acessíveis de uma determinada localidade, pois segundo Goubert

A volta à História Local origina-se de um novo interesse pela História Social – ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes a governavam, oprimiam e doutrinavam – pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes, estados. (1998, p.73).

Para efeito dessa análise cabe-nos refletir sobre a frase em epígrafe posto que ensinar História é permitir ao aluno o processo de fazer, de construir a História. E para que a prática da sala de aula adquira “o cheiro bom do novo, do frescor”, o professor deve oferecer ao aluno condições para que ao se apropriar do conhecimento histórico existente através de atividades que construam sentidos para ele, para que possa assim buscar mudanças contribuindo para a igualdade e justiça social na sociedade plural e diversa em que vive. E nesse aspecto

Seria uma das maneiras de se contribuir para que os educandos se tornassem conhecedores da pluralidade de realidades presentes e passadas, das questões do seu mundo individual e coletivo, dos diferentes percursos e trajetórias históricas. Os educandos poderiam adquirir a capacidade de realizar análise, inferências e

interpretações, acerca da sociedade atual, além de olhar para si e ao redor com olhos históricos, resgatando, sobretudo, o conjunto de lutas, anseios, frustrações, sonhos e a vida cotidiana de cada um, no presente e no passado (BITTENCOURT, 2006, p.65).

No Brasil, o ensino de História foi durante muito tempo um ensino preocupado em abordar os feitos externos, uma História desenvolvida dentro do espaço escolar a partir de um currículo eurocêntrico, preocupado em alinhar o Brasil às populações europeias, pois segundo essa visão, o modelo de desenvolvimento dessas nações era o espelho do progresso e civilização.

Segundo Circe Bittencourt

Na visão liberal mais tradicional, o “descobrimento” é o momento fundante da nação e as relações do mundo europeu com as populações nativas ocorrem em função de transformá-las em grupos “civilizados”, moldados segundo o modelo ultramarino. Também para os que trabalham com os “modos de produção”, o nascimento do Brasil se explica pela lógica do mercantilismo europeu. Assim, em ambas as propostas o Brasil nasce da Europa e, casualmente, em Portugal. Trata-se, portanto, de uma História nacional que não se origina no espaço nacional, mas no lugar central do capitalismo emergente (2004, p.23/24).

Essa visão fica ainda mais evidente, no que concerne aos padrões estéticos parisienses que a reforma Passos importou da cidade parisiense como inspirador para o espaço urbano carioca. Essa tradição de cultura e padrões europeus importados se refletiram nos costumes, na vida do cidadão brasileiro em todos os seus aspectos, e em especial no ensino, o padrão também deveria ser importado.

Em seu livro *“Identidades e Ensino da História no Brasil”* Circe Bittencourt destaca ainda a necessidade de refletirmos sobre “as relações entre o papel que a história escolar desempenha na constituição da identidade nacional em relação à identidade do povo brasileiro” (BITTENCOURT, 2007, p.35). Cabe salientar que um legado de conteúdos que não considera a origem estrutural da sociedade brasileira a partir dos africanos ou dos indígenas, por exemplo, deve ser revisto e reformulado.

Mediante essa reflexão, os estudos que apresentam a população menos favorecida em um papel de acomodação e subordinação, no contexto da remodelação urbano-sanitária, não nos satisfazem. Essas abordagens subentendem que essa mesma população, a não ser pelo motim da Revolta da Vacina se comportou de forma inerte, aceitando com resignação o que lhes era imposto pelo poder público. A proposta de análise que apresentamos neste trabalho é justamente inversa. Ao abordar as diversas estratégias encontradas pela população em seu universo possível, para resistir à situação injusta à qual era submetida, observamos não somente como essa mesma população, abriu importantes caminhos para conquistar, manter e alargar o

espaço de autonomia no interior da própria exclusão social à qual era submetida, mas, também, os diversos significados como elos de coesão e solidariedade bem mais profundos do que a ação das picaretas e o pó, oriundos da destruição de suas moradias.

Na esteira desses questionamentos nosso interesse nesta dissertação consiste em tensionar um recorte já existente, porém em um propósito educacional, considerando especialmente a particularidade do ProfHistória, que é um programa de pós-graduação profissional em ensino de História e a linha de pesquisa “saberes históricos em diferentes espaços de memória”, área de estudo voltada para a investigação e produção do ensino de História fora do espaço escolar, a partir das representações e usos do passado nos espaços públicos. Desse modo ao problematizar o ensino da reforma pretendemos contribuir para que a mesma seja vista em suas múltiplas dimensões e não em apenas mais um fato histórico cristalizado em si mesmo.

Dentro do quadro da reforma Passos e seus desdobramentos, é comum associarmos a resistência apenas ao motim da Revolta da Vacina, porém, tendo em vista o conceito segundo o qual “Resistência são ações realizadas na vida cotidiana, não tomam somente a forma de grandes revoluções e não dependem necessariamente de grandes mobilizações” (SILVA, 2019, p. 410), percebemos que a população carioca resistiu dentro das possibilidades que possuía. Reconhecemos essas ações de resistência da população do Rio de Janeiro em três pontos principais a saber, a Pequena África, a favela e a Revolta da Vacina que serão analisados pormenorizadamente nos capítulos da Dissertação.

Outro conceito que nos impulsiona a embasar esse estudo, refere-se à cidadania e como esse direito político foi tratado no período da reforma de Pereira Passos do Rio de Janeiro. A esse respeito é importante destacar que a cidadania só se constrói plenamente quando os cidadãos participam coletivamente das decisões que afetarão seus próprios destinos, o que não ocorreu na reforma engendrada no Rio de Janeiro no início do século XX. Os agentes históricos socialmente menos favorecidos que a vivenciaram, foram desvalorizados e desrespeitados em suas manifestações identitárias culturais e plurais, nas suas relações intersubjetivas em seus locais mais próximos, já que

[...] espaço público não é território, na acepção geográfica de localização e delimitação, mas antes de mais nada um conceito jurídico e político [...] O espaço público... resulta da ação de seus membros. Portanto Cidadania é fundamentalmente o processo de construção de um espaço público que propicie os espaços necessários de vivência e de realização de cada ser humano, em efetiva igualdade de condições, mas respeitadas as diferenças de cada um (CORRÊA, 2002, p. 221).

Nesse ponto destacamos Foucault (1987), que em suas análises sobre o governo, instituições e a classe dominante, demonstra como os mesmos agem no sentido de controlar as classes populares, seja através do trabalho e da punição, gerando repressão, exclusão e controle social, principalmente na ênfase do discurso clínico sobre as classes populares.

O caráter ideológico da “disciplina” então propagada gera, segundo Foucault (1987, p.133), uma série de mecanismos que tentam separar o indivíduo dos outros e de si mesmo. Tal caráter necessita da “cerca” (1987, p.137), delimitando o espaço dos indivíduos considerados “indesejáveis” ao convívio social da ordem social dominante, que no caso do Rio de Janeiro à época da reforma Pereira Passos, desejava espelhar a elite europeia moderna, branca civilizada e capitalista.

A maior parte da população expulsa era composta por ex-escravizados africanos e imigrantes, principalmente portugueses. As demolições de suas casas foram realizadas de forma autoritária pelo poder público, obrigando-os a encontrarem novos locais para a construção de suas habitações. Percebemos assim, como era imperativo a esse mesmo poder, que como num grande *panopticum*, os diferentes espaços e territórios urbanos fossem esquadrihados, conhecidos, normalizados, domesticados (FOUCAULT, 1983).

Refletindo sobre o uso pedagógico desta dissertação, consideramos ser preciso despertar no aluno a visão histórica sobre a reforma Passos, que se configurou pela quando o cidadão carioca teve suas habitações demolidas e nenhuma estratégia habitacional foi elaborada para essas mesmas pessoas. Fato esse que até hoje existe e se multiplica pela ausência de moradia adequada para as populações urbanas. Na esteira desse questionamento, percebemos que esse processo é acentuado pela falta de políticas públicas para acesso à moradia e, ainda, pela inexistência de ações governamentais de planejamento urbano e territorial. E é essa consciência cidadã que uma educação na/pela cidade se configura, estimulando nos alunos o desejo de lutar pela transformação desse quadro social através uma cidadania ativa e plural que reivindique das autoridades, políticas e ações que mudem esse cenário atual. Segundo Bittencourt,

O ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões” (1997, p. 20).

Partindo dessa perspectiva, a base conceitual da dissertação está fundamentada em dois conceitos principais, quais sejam, resistência e cidadania, ferramentas teóricas que nos auxiliam na chave interpretativa sobre a temática desenvolvida, a partir das estratégias encontradas pelas

classes menos favorecidas para lutar e reagir contra a situação social injusta à qual era submetida.

Como objetivo geral buscaremos refletir junto ao aluno como no Rio de Janeiro reformado, trabalhadores e toda uma população que habitava os prédios demolidos, perderam suas moradias e ofícios na região central da cidade, mas ao mesmo tempo, abriram espaços, importantes caminhos para conquistar, manter e alargar, através da resistência e luta, o espaço de autonomia no interior da própria cidade a partir dos elos de coesão e solidariedade, bem mais profundos do que “o furor das picaretas regeneradoras” (BILAC, 1904), lhes tentava impor.

Dentre os objetivos específicos vamos procurar: refletir sobre a história local do Rio de Janeiro a partir da reforma Pereira Passos, na busca por um ensino de história que oriente os estudantes da educação básica a pensar historicamente a partir da vivência e experiência dos diferentes atores sociais; estimular junto aos alunos, a reflexão e a consciência histórica, sobre a reforma implementada construindo uma atuação crítica e cidadã na sociedade em que eles vivem diante da ação dos agentes públicos nas constantes reformas urbanas que são realizadas em várias cidades brasileiras; elaborar um Guia de Atividades didático-pedagógicas, sobre o ensino da reforma Pereira Passos destacando o lugar e o valor dos sujeitos históricos nela inseridos, inspirando professores e alunos para um ensino dinâmico da temática proposta; desenvolver um material didático que seja fonte de inspiração e apoio para os professores visitarem com os alunos a região da Pequena África, a partir da Casa de tia Ciata, enfatizando a importância da valorização da História, das memórias e dos patrimônios contra hegemônicos;

Para a concretização dos objetivos aqui elencados organizaremos o texto aqui produzido em três capítulos estruturados no formato a seguir.

No primeiro capítulo “A reforma Pereira Passos: o espaço e os personagens”, apresentaremos o cenário político, econômico e social da cidade do Rio de Janeiro à época da remodelação arquitetônica da mesma, além do seu status como cidade-capital e os agentes históricos que nela atuaram. Para esse fim abordaremos autores como CARVALHO (1987), BENCHIMOL (1990), ROCHA (1995), ABREU (1997), ANDREATTA (2006), RODRIGUES (2002) sobre os aspectos históricos e a capitalidade da urbe carioca, dentro do contexto da reforma e SCHMIDT (2007 e 2009), CIAMPI (2007), e GONÇALVES (2007) sobre o ensino da história local.

Já no segundo capítulo intitulado “Que ensino queremos”? analisaremos de forma crítica o ensino da reforma Passos nos livros didáticos de História. Somada a essa reflexão, abordaremos a proposta de ensino da reforma a partir dos conceitos de cidadania e resistência.

No terceiro capítulo “Uma proposta para o ensino da reforma Pereira Passos na/pela cidade”, realizaremos um roteiro de atividades no contexto que interrelaciona e desvenda a cidade, em contrapartida àquela que “se civiliza”. Nesse caminho, buscaremos entrelaçar a remodelação da cidade e a resistência dos grupos subalternizados que lutaram através das táticas de sobrevivência que lhes eram acessíveis, às ações opressoras que lhes eram impostas pela Reforma. Dentro desse quadro, iremos refletir sobre a escola em envolvimento com a vida na cidade e, conseqüentemente, estimular o/a próprio/a aluno/a pensar sobre os sentimentos de pertencimento ao espaço urbano.

O trabalho com as fontes e documentos é elemento imprescindível ao saber histórico em sala de aula, pois o uso escolar do documento amplia a percepção do aluno sobre o saber histórico, construindo sentido para o mesmo. Sob essa ótica, ao longo da dissertação, a metodologia utilizada consistirá na análise de documentos, revistas, jornais, charges e fotografias encontradas em arquivos e na Biblioteca Nacional, referentes ao período da reforma urbana Pereira Passos. A abordagem nos livros didáticos sobre a reforma Passos, também constitui objeto do nosso interesse, portanto faremos uma avaliação crítica sobre como o tema é tratado em suas páginas, contribuindo ou não para o pensamento crítico do aluno. Além dessas fontes a base da pesquisa se fará em estudos sobre o período do mandato de Pereira Passos, partindo da abordagem histórica de autores como BENCHIMOL (1990), ABREU (1997), CHALOUB (1986), ROCHA (1995), AZEVEDO (2016), entre outros autores.

Buscando aprofundar a ambiência da *belle époque* que transformaria a cidade e o cidadão carioca não somente em seu tecido urbanístico, mas também o modo de vida da população, consultaremos dissertações, teses, livros sobre o tema da reforma, que nos permitam aprofundar e dialogar com a temática em análise.

1 O RIO CIVILIZA-SE?

Um descalabro destes, quando se morre à fome no sertão! Milhares de contos para botar abaixo um bairro da cidade, com as praias cobertas de imigrantes, que nem ao menos são colocados na derrubada, dando-se trabalho aos estrangeiros, para os filhos do país, os que têm sustentado os vagabundos do litoral, agora que a terra lhes nega o pão, serem atirados aí à toa! Nós não precisamos de avenidas, Sr. Barão. Carecemos é de transportes, proteção à agricultura, hábitos de trabalho, educação cívica. Tratam disso as oligarquias? Tratam?

Personagem Plínio. Vieira, José. O Bota-abaixo, crônica de 1904 (2019, p. 112-113).

1.1 Dialogando com as diferentes interpretações

Atualmente já há uma significativa e expressiva bibliografia sobre o tema da reforma Pereira Passos. Essas leituras nos permitem obter uma visão mais aprofundada sobre as implicações sociais da temática proposta, levando em conta as ações, as perdas e os ganhos da população pobre que vivia nos arredores da área central do Rio de Janeiro, nos permitindo resgatar o período complexo e tenso que a nova configuração urbana impôs aos cariocas.

A década de 1980, inaugura o marco de estudos sobre o tema. Nesse período, em que a ditadura militar brasileira, começava a desabar, inaugurando o período de redemocratização do país, as discussões sobre a reforma de Pereira Passos e as empreendidas pelo governo federal passaram a se fazer presentes nos meios acadêmicos. No período, o movimento operário com as greves no ABC paulista, a formação da Central Única do Trabalhador – CUT, além de outros movimentos populares, emergiam como um grito sufocado por pelo menos duas décadas. Era chegado o tempo do direito de expressão, de renovação política, o direito à cidade e à cidadania em sua forma plena, culminando no movimento das “Diretas-Já.

O desafio de compreender essa complexidade nos impulsiona a estudar autores como Lia Aquino de Carvalho, Francisco Elia, Jaime Larry Benchimol, Maurício Abreu, Roberto Moura, José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevcenko, Sidney Chalhoub, Sérgio Lamarão, Roberto Moura, Mônica Pimenta Velloso, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva, entre outros, procurando elucidar as continuidades e discontinuidades do período em que a cidade

foi afetada por um projeto arquitetônico autoritário sobre os habitantes do Rio de Janeiro, no qual as situações de sofrimento, dor, separação, esfacelamento da identidade, acomodação, conflito, enfrentamento, confronto foram constantes entre a população que o vivenciou.

A pesquisa desenvolvida tem como base histórica e documental as abordagens de Jaime Larry Benchimol, (1992) e Maurício de Abreu (1997), autores que fazem amplo levantamento das fontes primárias, apresentando dados estatísticos relevantes sobre a ocupação espacial da cidade do Rio de Janeiro à época do estudo que iremos desenvolver.

Lucien Febvre, afirma que a História é repleta de possibilidades de ser escrita e revisitada (1989). Dessa forma os temas e estudos históricos não se esgotam e estão em constante renovação e diálogo, seja sob um novo olhar ou novas perspectivas, relacionados aos movimentos de revisão que pretendem formular as releituras necessárias da História. Desenvolver o tema da reforma Passos é desafiador e ao mesmo tempo instigante, pois uma vez que existem vários trabalhos sobre o mesmo, investigando-o sob variados ângulos, existe também a proposta, e esse é o objetivo do presente estudo, de despertar novos olhares sobre o tema para o ensino de História a partir da ótica dos “vencidos”, ou seja, sobre como a população pobre e expulsa de suas casas não se rendeu aos vencedores, mas reinventou-se, apesar das condições adversas que lhe eram impostas. Como afirma Reinhart Koselleck “No curto prazo, a história pode ser feita pelos vencedores. No longo prazo, os ganhos em compreensão histórica têm advindo dos derrotados” (apud Hobsbawm, 1997, p. 256).

Fugindo das explicações simplistas e dogmáticas sobre a reforma Passos, procuramos contribuir para uma nova visão acerca do ensino desse tema, uma vez que as proposições e produção historiográfica sobre o mesmo, é sempre de uma população pobre, alijada em seus direitos mais fundamentais como o de moradia, por exemplo, mas, retirando o motim da Revolta da Vacina, submissa aos desmandos do poder público.

O ensino de História se torna dinâmico e atual, a partir da renovação e constantes debates sobre os conteúdos propostos no currículo, tendo em vista as diferentes abordagens que as pesquisas propõem e revelam. Nessa linha de atuação, nós professores temos que estar atentos a essa renovação e constante atualização dos temas históricos, realizando uma prática cotidiana em que o diálogo e a mediação didática no ensino da História a partir das novas pesquisas sobre o saber histórico, estejam alinhadas, pois como afirma Ernesta Zamboni “Para muitas das pesquisas voltadas para a produção do conhecimento é fundamental que haja uma relação íntima entre saberes e as práticas docentes” (2000/2001, p. 106).

Tais considerações nos permitem compreender que embora tenhamos muitas produções sobre a reforma urbana do início do século XX, ainda existem temas a serem explorados, fontes para dialogar, a partir de novos olhares e perspectivas, pois

O ensino de história tem um lugar privilegiado, em interação com as memórias coletivas e individuais, na construção de identidades e na transmissão de conceitos que darão suporte a esta construção. Não pode abster-se de seu papel de formação comprometido com o respeito à diversidade e de combate à intolerância, bandeiras fundamentais nas lutas políticas e sociais que se travam contra os grupos que mantêm sua hegemonia no silenciamento e na opressão. Se o que se pretende é um ensino de história capaz de dar sentido à vida prática, que seja o de orientar o indivíduo a posicionar-se em defesa de uma sociedade plural (COSTA, p.41,2016)

Uma das pioneiras a tratar as questões da cidade na década de 1980, Lia Aquino de Carvalho, destaca o desenvolvimento industrial como o fator responsável pela retirada das habitações coletivas, na intenção de melhorar as condições de vida da população. Ressaltamos aqui, porém, que esse viés como fator propulsor da reforma, abrangia as classes trabalhadoras formais, sem contemplar, porém, os trabalhadores informais, que também retiravam o seu sustento, das ocupações que lhe eram possíveis dentro da reforma autoritária, imposta pelo poder público, já que este proibiu ocupações como o comércio ambulante e a venda de bilhetes de loterias nos quiosques, entre outros trabalhos informais.

Giovanna Rosso del Brenna (1980), em seu livro *O Rio de Janeiro de Pereira Passos – uma cidade em questão*, utiliza os jornais cariocas como fonte de pesquisa, apresentando publicações que exaltavam e criticavam o prefeito, nos permitindo conhecer diferentes posicionamentos à época da reforma. Em sua obra, Brenna critica o poder público por se preocupar em remodelar a capital brasileira à época, deixando, seus problemas em segundo plano. Sua crítica vai além, ao também registrar em seu trabalho a utopia das grandes obras através dos artigos e matérias pagas em jornais e revistas nacionais, buscando o chamado “consenso” para o projeto arquitetônico em execução no Rio de Janeiro do início do século XX.

Em *A Era das Demolições*, Oswaldo Porto Rocha, analisa a expansão do espaço urbano ocorrida durante a administração de Pereira Passos como “um mecanismo de controle socioeconômico, empregado pela burguesia” (1983, p. 25). Seu estudo compreende a reforma Passos como uma ação regida dentro da lógica capitalista. Para esse autor, a modernização do porto, a ampliação das ruas, ampliando a circulação, visava facilitar o transporte de mercadorias e o tráfego de trabalhadores, mas também a movimentação policial no combate a qualquer ameaça às classes abastadas. Rocha enfatiza ainda que as demolições que remodelaram a cidade abriram espaço para livre especulação do capital imobiliário, intervindo, porém, nos usos e

costumes da população que ali vivia. Caracterizando os espaços do Morro da Favela (atual Morro da Providência) e a Praça Onze, o autor utilizou letras de músicas apresentando os espaços da região central ocupado pelas classes populares, como espaço de resistência e solidariedade diante do caráter modernizador imposto pela elite dominante.

Francisco Elia (1984), salienta como o processo de remodelação da capital federal promoveu a destruição das condições de vida das classes trabalhadoras, uma vez que suas moradias foram destruídas. O autor destaca ainda

Não era só a moradia das classes pobres que estava sendo demolida sob o soar das picaretas; era todo um modo de vida, de pensar, de agir, que deixava de existir em função do arbítrio estatal e dos interesses do capital privado nacional e internacional. (p.100).

Tal afirmação nos permite perceber que o autor apresenta a população de forma apática ao afirmar que o modo vida da classe popular se extinguiu. Tal declaração oculta o lugar da resistência dessas mesmas classes, que lutaram e resistiram dentro das possibilidades das quais dispunham, tema que será analisado mais adiante.

Autora de um estudo profundo sobre o espaço urbano do Rio de Janeiro desde o início dos tempos coloniais Sônia Gomes Pereira (1992) destaca em sua tese de doutorado, a importância da reforma dentro do contexto de insalubridade que caracterizava o Rio de Janeiro no início do século XX, responsabilizando as ações do poder público na partida de parte da população de baixa renda para os subúrbios, as poucas casas de cômodo ou morros, agravando, então, a já difícil vida dessa parcela da população urbana carioca.

Em seu livro *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, Benchimol (1992) analisa, como Pereira Passos ao assumir a gestão da cidade suspendeu o funcionamento da Câmara do Vereadores, tornando-se com o apoio do presidente Rodrigues Alves, um verdadeiro ditador na cidade, exigindo mudanças na legislação e afirmando ser um político apolítico, que pretendia acabar com os problemas sanitários do Rio de Janeiro, através da imposição de regras e demolição de moradias.

As obras de Roberto Moura *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (1995) e *As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro* (1990), de Mônica Pimenta Velloso, são bastante significativas ao abordarem o papel ativo das camadas populares para resistirem à reforma de acordo com o seu campo de possibilidades. Vale ressaltar que essas obras trazem também importantes contribuições sobre a dinâmica social e identitária existente entre os moradores da área central do Rio de Janeiro, em contraste com a

cidade que “se civiliza” no contexto da reforma urbana de Pereira Passos, pois como afirma Moura

A luta sangrenta, não registrada nos livros de uma história voltada para o mito nacional da harmonia e da passividade popular frente aos governantes, termina em muitas mortes e prisões, como um episódio relevante, cruento, no processo de reestruturação da cidade, que se valeria do tijolo à pólvora para impor sua racionalidade civilizatória (1995, p. 206).

Em seu livro *Cidade Febril* (1986), Sidney Chalhoub ressalta como ao contrário do discurso do prefeito Pereira Passos, este, associado às elites, queria acabar com os hábitos da população considerados coloniais, uma vez que sob a roupagem da modernidade, Passos desejava enterrar modos de vida, trabalho e habitação da população pobre, na tentativa de europeizar o Rio de Janeiro e negar a brasilidade que representava a diversidade cultural e étnica. Na mesma obra, Chalhoub argumenta ainda que as autoridades através de um discurso “civilizatório” e científico realizavam as intervenções de forma autoritária, afirmando “fazer política, mas deslegitimando o lugar da política na História” (1985, p. 35). Cabe aqui nos perguntar e esta é uma interessante discussão a ser feita com os alunos, como esse pretensão de civilizar a sociedade carioca, não veio acompanhado pelo desejo de melhorar as condições de vida ou conceder benefícios, aos moradores menos favorecidos da área central da cidade à época. Essa tarefa cabe a nós, professores de história uma vez que

É preciso fazer com que os alunos vivam a experiência de se posicionar sobre o mundo, que sirva para construir subjetividades treinadas para ver, sentir, pensar, imaginar, para formar sujeitos comprometidos com a sua comunidade, com os problemas de seu bairro, que aprenda a conviver com a alteridade, com as opiniões divergentes, com sensibilidade. É preciso fazer a História “fazer sentido”. (SANTOS J., 2019. p. 179).

Dentro dessa visão, é preciso construir uma história que faça sentido, estimulando o aluno a ver, a sentir o que não foi dito, percebendo sinais, indícios, vestígios, ausências, pequenos rastros, presentes nas entrelinhas, preenchendo as lacunas, problematizando as temáticas desenvolvidas, atribuindo sentido às mesmas, ensinando-o a correlacionar experiência e sensibilidade históricas, contribuindo para a formação de uma cidadania consciente e uma sociedade mais justa.

Maurício de Abreu (1988), em sua obra *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, apresenta uma ampla visão sobre o Rio de Janeiro, do início do século XIX, até 1964, ressaltando não só a questão espacial, mas, relatando as mobilidades facilitadas pelo transporte,

e as consequências socioespaciais da reforma engendrada por Pereira Passos, sendo esta uma obra de referência para quem desenvolve estudos sobre o Rio de Janeiro.

Abreu considera que a reforma Passos, foi um “verdadeiro período Haussmann à la carioca” (p. 67), passando do modelo colonial escravista para a base capitalista. Abreu considera ainda que a reforma Passos teve um caráter excludente, pois segregou a população urbana carioca nos subúrbios (pobres), na Zona Sul (elite) e no Centro (comércio) e nas favelas, para onde se deslocou os marginalizados sociais, onde esta seria a “única alternativa que teria restado a uma população pobre e que precisava residir próximo ao local de emprego” (1988, p. 66), pois

Ao remodelar a cidade, Passos alterou profundamente o nível em que essa questão era colocada. Separando usos e classes sociais que estavam anteriormente próximos, ou que se interpenetravam perigosamente, gerando faíscas, definiu precisamente os espaços de produção e os espaços de consumo da cidade, separando definitivamente os locais de trabalho dos locais de residência” (2003, p. 225).

Alinhado ao pensamento de Rocha, Jayme Larry Benchimol (1992), destaca o caráter capitalista da reforma, marcada pelo autoritarismo de Pereira Passos e voltada aos interesses econômicos das elites. Benchimol, porém, vai além da motivação econômica da reforma, argumentando que a obra da Avenida Central, por exemplo, não foi feita apenas para escoar o trânsito de mercadorias e pessoas, mas outros fatores de ordem política, social, política, econômica e ideológica, se fizeram presente na remodelação proposta. Saneando e embelezando a cidade, o poder público não só estimula a imigração europeia, mas também protege as classes favorecidas economicamente das moléstias existentes à época. Tais posicionamentos, nos fazem refletir, porém, como a reforma Passos, justificada por uma prática sanitária e higienista e amparada nos ideais de progresso nacional e civilidade europeia, também contribui para a destruição não só das moradias, mas também para a destruição das formas de viver, morar e trabalhar na cidade carioca, pois

A avenida (e o elenco de normas e proibições que acompanharam sua construção) desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência; varreu, em seu caminho, além das casas de cômodos e cortiços, uma infinidade de pequenos estabelecimentos comerciais, oficinas e fabriquetas (BENCHIMOL, 1992, p. 229).

Segundo Benchimol, essas intervenções “alteraram ou pretenderam alterar práticas econômicas, formas de lazer e costumes, profundamente arraigados no tecido social e cultural do Rio de Janeiro” (1992, p. 277). Vemos assim, que a reforma urbana do início do século XX,

não só atingiu a população em sua vida material, mas, também, moral, ao terem seus usos e costumes abalados.

Em diálogo com Oswaldo Porto Rocha e Lia Aquino de Carvalho, Sérgio Lamarão (2006), destaca que esses autores abordaram o tema da reforma Passos e do problema das habitações populares derivadas de questões econômicas mais amplas, a partir das relações de produção.

André Nunes Azevedo (2010), discorda de Benchimol, sobre a afirmação deste último de que Pereira Passos como um Haussmann tropical. Para o autor mesmo tendo residido em Paris e acompanhado a remodelação que Georges-Eugène Haussmann, quando prefeito de Paris (1853-1870), produziu, através de uma transformação arquitetônica radical na mesma, não podemos, segundo o autor, colocá-lo “em uma posição de copiadador mesquinho do urbanismo de Haussmann” (2010, p. 273). Azevedo justifica ainda a sua posição sobre as diferenças entre Haussmann e Pereira Passos, afirmando que, em seu projeto de reforma urbana de 1875, este último, tinha como proposta deixar o centro intocado, transferindo a região central do Rio de Janeiro para o então desconhecido bairro de Vila Isabel, não possuindo assim, o “caráter demolidor” de Haussmann (2001, p. 14).

Na dissertação *Entre relíquias e casas velhas: a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro* (2013), Paula de Paoli, traz uma importante contribuição à discussão historiográfica sobre a reforma, criticando o discurso que enfatizava a necessidade de renovação da cidade, apresentando-a como atrasada e colonial, pois desde o século XIX as freguesias centrais do Rio de Janeiro já vinham sofrendo mudanças na sua estrutura arquitetônica, coexistindo edificações modernas com outra mais antigas. Dessa forma, segundo a autora, a ideia propagada do novo em detrimento do velho, como se a reforma Passos tivesse que destruir tudo e apagar um “passado colonial” significava mais um discurso no sentido de estimular o consenso do que na prática. Segundo Paoli,

[...] as reformas urbanas do início do século XX vieram acompanhadas de um aparato de propaganda maciço. Isso ocorria porque era preciso convencer os habitantes da cidade de que aqueles espaços, que eles conheciam desde sempre, seriam radicalmente transformados em poucos anos, e também construir um consenso social em torno da transformação. Por este motivo, o discurso de exaltação da produção do novo (e de depreciação da cidade “velha”, que era sua parte integrante e fundamental) teve um papel preponderante naquelas intervenções (p.33).

A autora questiona ainda se não poderia coexistir no Rio de Janeiro à época da reforma urbanística o velho e o novo, ou seja, se para se ter um Rio de Janeiro moderno e civilizado,

seria necessário promover uma campanha maciça contra um Rio de Janeiro atrasado, insalubre, epidêmico e de cortiços e ruas estreitas.

Sobre a historiografia da década de 1980, Paoli critica a visão antagônica que a mesma produziu, generalizando a região central como um espaço único e homogêneo, afirmando que “observa-se um grande paralelismo de visões e argumentos entre os vários autores. Todos os textos reproduzem, embora com objetivos diferentes, as mesmas estratégias discursivas que justificaram as reformas urbanas em seu tempo” (p. 109). A autora defende assim que os estudos sobre a reforma, que afirmam que a mesma expulsou os pobres da área central, não se sustenta, pois, parte da população se aglomerou em freguesias, pertencentes à própria região central não tendo sido deslocada do Centro para os subúrbios.

Suelem Demunner Teixeira (2020) questiona a redistribuição espacial destacada por Abreu, pois segundo essa autora

O Centro da cidade não foi esvaziado de sua condição residencial de forma abrupta. Ao analisar o recenseamento promovido por Pereira Passos em 1906, observamos que a área central ainda registrava não só muitos domicílios, como também o crescimento populacional em algumas freguesias, [...] (p. 32).

A partir dessas considerações, Teixeira faz uma análise importante sobre a ocupação espacial do centro do Rio de Janeiro à época da reforma Passos. Consideramos importante a afirmação da autora sobre a ocupação do solo urbano do Rio de Janeiro à época da reforma Passos,

ao generalizar o espaço do centro da cidade como se fosse único e tivesse sofrido intervenções por igual em todo o seu perímetro, pois dizer que Pereira Passos teria expulsado os pobres do centro da cidade, seria generalizar esse espaço, como se não houvesse nele pelo menos 7 (sete) freguesias (Candelária, São José, Sacramento, Santo Antônio, Espírito Santo, Santana e Santa Rita) cada uma com suas peculiaridades, e ainda, como se a reforma urbana tivesse atuado em todas essas freguesias por igual. Há de ser ter cuidado com as generalizações, tanto em relação às referências bibliográficas quanto as encontradas nas fontes primárias, como os discursos da imprensa na época (2020, p. 34).

Mantendo aberta a interrogação sobre o processo histórico que se desenvolveu, os estudos historiográficos mais recentes, em especial da primeira década do século XX, caminham no sentido da não naturalização do passado. Essa condição tem a tarefa resgatar a dívida com os vencidos, pois “Assim como a historiografia está vinculada às demandas de seu tempo, o ensino de história tem também seus objetivos, suportes e estratégias transformados em razão das demandas desta temporalidade” (COSTA, 2016, p.18).

Fugindo de uma memória enquadrada hegemônica que coloca as classes populares do Rio de Janeiro à época da reforma Passos, em uma condição subalternizada e vencida, como já demonstrado nas declarações de Francisco Elia e de Nicolau Sevcenko, quando este último afirma

A capital federal e a sua população foram submetidas, sem nenhuma consulta ou esclarecimento a uma lei de exceção. E não havia recursos com que reagir: era submeter-se incondicionalmente à vontade dos mandatários (2010, p. 71),

Dando continuidade às interpretações historiográficas sobre a reforma Passos passemos agora a novas chaves interpretativas, revelando os matizes de novas tintas no cenário do tema ao qual nos propomos dissertar. Nessa linha, observaremos que apesar da reforma Passos, ter remodelado fisicamente a cidade do Rio de Janeiro e ter imposto hábitos e costumes baseados em um modelo exterior, a população excluída não se acomodou, obtendo, dentro do espaço e das possibilidades que lhes eram permitidas, vitórias significativas.

Na direção dessas percepções, ao desenvolver a temática aqui proposta em sala de aula, uma outra visão sobre da Reforma será revelada. O tema aqui proposto, delinear-se-á então apresentando um quadro de disputas bem mais complexo do que o representado pela dualidade poder público x classes populares, demonstrado por uma parte da historiografia, pois, apesar da luta ser desigual, a reforma Passos, concretizou um campo de disputas complexo, com derrotas e vitórias para ambos os lados, já que “as reformas não impediram que a população excluída e mais destituída de poder lutasse e obtivesse vitórias significativas” (SILVA, 2019, p. 441).

Dentro da renovação historiográfica em relevo, Eneida Quadro Queiroz em sua Dissertação *Justiça Sanitária: Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária* (2008) e em seu artigo *A Guerra do Bota-Abaixo* (2006), traz um outro ângulo da abordagem sobre a reforma Passos, ou seja, a resistência. Após relevante pesquisa no acervo documental do Arquivo da Justiça Federal, Queiroz afirma que boa parte da população residentes na área central do Rio de Janeiro, resistiu dentro das instâncias que lhe eram de direito, recorrendo a ações judiciais, isto é, moradores e inquilinos, através de ações junto à Justiça Sanitária para “reverter as sentenças de demolição ou interdição de imóveis” (2006, p.21) ou pelo menos receberem indenizações maiores das autoridades administrativas.

A autora critica ainda os livros didáticos de História, que registram os moradores do Centro do Rio de Janeiro, durante a intervenção urbanística Pereira Passos, como meros espectadores e vítimas passivas do destino que lhe era imposto pela classe dirigente da capital federal. Cabe-nos aqui então uma reflexão sobre o livro didático de História e

consequentemente sobre o ensino de História que temos a partir desse material, que em muitas regiões é o único instrumento do qual o professor dispõe para desenvolver com os alunos o conhecimento histórico.

Tal proposição nos obriga a refletir sobre a escola e sua função enquanto instituição compromissada com a realidade social, devendo primar por um saber autêntico, atualizado e que permita a formação de indivíduos críticos e participativos dessa mesma sociedade no sentido de contribuir para a transformação da desigualdade que nela impera. Contudo, com algumas exceções, essa não tem sido a realidade escolar dos nossos alunos. E o livro didático tem contribuído para a manutenção desse perfil, na medida que não propicia questionamentos e muitas vezes, com raras exceções, não é atualizado de acordo com as produções historiográficas em voga. Quase sempre esse material apresenta e reforça o conteúdo histórico pela ótica do dominante, privilegiando a visão e ação do colonizador, ocultando a ação das classes ditas subalternas, como se as mesmas não tivessem nenhuma importância ou participação nos processos históricos. Nesse aspecto é preciso refletir sobre que tipo de ensino de História queremos e qual o ensino que nossos alunos têm recebido nos bancos escolares das escolas brasileiras. Uma História que omite o conflito entre as classes, não dando importância ao papel que o indivíduo ocupa no processo de produção, é uma escola que contribui decisivamente para a dominação da elite dominante em nosso país.

Dessa forma, estudar e analisar a História significa estabelecer uma ponte permanente entre presente e passado, a partir de uma História vivenciada, que estimule a reflexão e a ação, acompanhada por um conteúdo historiográfico atualizado e que permita o desenvolvimento do conhecimento histórico não como um algo pronto e acabado, mas em constante reelaboração e construção que se dá a partir de necessidades e problemas colocados pelo cotidiano dos nossos alunos na sociedade em que todos nós estamos inseridos.

Retomando a análise historiográfica a qual nos propomos neste trabalho, destacamos outro sopro de renovação historiográfica sobre a reforma Passos. Trata-se de Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva que, na mesma linha historiográfica de Eneida Queiroz, aborda em seu artigo “*Reforma Pereira Passos: resistência de uma população excluída*”, publicado na Revista de Ciências Sociais (2019), a resistência da população da área central do Rio de Janeiro, também pelo viés da luta e da resistência, pois segundo Mayara Grazielle “Resistência são ações realizadas na vida cotidiana, não tomam somente a forma de grandes revoluções e não dependem necessariamente de grandes mobilizações” (p. 410). A autora critica ainda a forma como o tema da reforma foi abordado pelos intelectuais, que segundo a visão da mesma representaram a população de forma passiva. Através do seu artigo, Mayara Grazielle, busca

resgatar a ação dos “vencidos”, dentro do cenário da reforma urbanística que então se realizou no Rio de Janeiro, no início do século XX, ressaltando como a comunidade da Pequena África

resistiu à tentativa de europeização e aburguesamento da cultura, pois ela vivia de uma maneira diferente do restante da cidade. Distante dos padrões desejados pela elite e pela classe dirigente, os negros estavam voltados para a África, mesmo essa África sendo distante ou construída no imaginário (p. 425).

Bruno Carvalho, em sua obra *Cidade Porosa* (2013), apresenta relevante contribuição sobre as transformações urbanas e sociais ocorridas na Cidade Nova na administração de Dodsworth, orientada pelos mesmos valores associados à modernidade e aos padrões civilizatórios europeus da reforma Passos.

Nessa perspectiva o autor salienta o caráter autoritário da Reforma desenvolvida por Pereira Passos, uma vez que inspirada na remodelação urbana parisiense, promoveu uma redistribuição da população, pressionando “aqueles que não se enquadravam no molde de ‘civilizado’ e ‘moderno’ a se mudarem para as favelas ou áreas mais afastadas do centro” (CARVALHO, p. 126). O autor salienta o resultado do bota-abaixo de quase seiscentas edificações, deteriorando as condições de vida de grande parte da população que habitava o Centro do Rio de Janeiro. Carvalho afirma ainda

Hoje, entendemos mais claramente como a elite brasileira igualava a noção de civilização ao que vinha da França: e, como Needell coloca, de como “civilizar” significava deixar para trás certas práticas populares consideradas anacrônicas, perseguindo as e reprimindo-as, em particular as de origem africana ou relacionadas a grupos de imigrantes, especialmente na esfera pública (2019, p. 125).

Nessa direção a análise de Carvalho opera com dois conceitos principais, “porosidade” e “palimpsesto”. Segundo o autor no Rio de Janeiro, coexiste uma sobreposição de categorias e grupos étnicos e raciais, mesmo quando indesejáveis. Utilizando a noção de porosidade, ressalta a interação do tipo porosa entre os múltiplos atores sociais e a mútua influência de suas culturas, como por exemplo as trocas entre as diásporas transatlântica africana e judaica, muito bem apresentada em sua obra, a partir da experiência cultural da Cidade Nova.

Outra metáfora significativa proposta pelo autor remete ao conceito de “palimpsesto”, um “pergaminho cujo texto primitivo foi raspado para receber novo texto” (LUFT, 2009, p.498). Tal categoria apresentada por Carvalho é muito interessante quando refletimos sobre as “raspagens”, ou melhor, as tentativas de apagamento, tal como nos antigos manuscritos, das marcas e camadas históricas, promovidas pelos governantes no Rio de Janeiro, buscando, reescrever com as tintas e cores da burguesia letrada uma “nova” história da urbe carioca. O

autor observa como ao longo de 200 anos, entre 1763 e 1960, o Rio de Janeiro foi “raspado” diversas vezes, configurando um verdadeiro laboratório para os planejadores urbanos.

O contraditório dessa ação é que tais marcas são indelévels, pois, longe de ficarem esquecidas pelos aterramentos e construções, permanecem vivas e são transmitidas às novas gerações por cada agente histórico que dela participou, em um interagir constante entre as temporalidades históricas que dela fazem parte. Cabe destacar, em tais análises que não é nossa intenção contribuir para o mito da democracia racial, que obscurece as desigualdades sociais e raciais. Nossa intenção é de reafirmar as redes de solidariedade social e cultural, que permanecem até os dias atuais em que as identidades sociais se constituem entre na contemporaneidade pelos grupos sociais que difundem a sua memória, como integrantes da sua história e do seu pertencimento às mesmas.

Em sua tese de doutorado, *Pelos Pobres* (2008), Romulo Costa Mattos destaca, o processo de construção social das habitações populares na Primeira República, destacando os discursos e campanha dos jornais da época em relação a essas habitações.

O autor analisa como as reformas urbanas realizadas na primeira década do século XX, agudizou a crise por moradias, contribuindo para o aumento das favelas na cidade. A obra aborda o estigma construído pela elite letrada sobre as favelas, classificando-as como locais de pobreza e associadas às “classes perigosas”. Romulo salienta o duplo estigma das moradias populares, pois além das mesmas serem consideradas territórios das “classes perigosas”, focos de epidemia, espaços marcados pela promiscuidade e por uma ideologizada noção de pobreza (2008, p.11), eram perigosas também pela questão da higiene, como afirma João do Rio “É perigoso entrar só nesses covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria” (apud in MATTOS, 2008, p. 9) e ainda

Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza” (apud in MATTOS, 2008, p.10).

Neste contexto, e fundamentado em farta documentação dos jornais e revistas da época, além de outras fontes, Romulo aponta para a profundidade da Reforma Passos no contexto habitacional da cidade do Rio de Janeiro, impulsionando o aumento das favelas na cidade, pois além de outros fatores, eram os locais mais próximos dos seus postos de trabalho.

Todavia, e o autor salienta essa visão de forma bastante relevante, observamos a partir da sua obra, como até hoje, a marca de criminalidade e violência é associada às favelas, em especial no dia a dia da imprensa carioca

A associação massiva entre favelas e violência urbana nas reportagens cotidianas se explica basicamente pela simplificação de que a pobreza gera violência, quando, na verdade, essa última tem sua origem na desigual dinâmica de produção da riqueza em nosso país (2008, p. 14).

Tendo em vista que a maioria dos alunos das escolas públicas brasileiras são oriundos das classes populares, é relevante que o ensino de História atribua sentido e significado à vivência da localidade na qual os alunos estão inseridos. E aqui ressaltamos a importância à história local, como estratégia de ensino para oferecer visibilidade à corpos e vozes tradicionalmente excluídos e marginalizados na História oficial.

Essas considerações nos levam a realçar o caráter educativo dessa dissertação, pois é preciso um ensino voltado para a quebra dessa tradição de pensamento. Como afirma Certeau, “o gesto que liga as ‘ideias’ aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador” (1982, p.65). Gesto esse que nos remete ao professor como personagem relevante dessa experiência e sua atuação a partir de um ensino de História que problematizando o conhecimento partindo da experiência de vida dos alunos, dê voz aos excluídos nos conteúdos ensinados. Além disso, é preciso uma perspectiva teórico-metodológica que ilumine as experiências sociais e coletivas do aluno e da realidade em que ele vive, contribuindo para a construção da sua consciência histórica.

Nessa perspectiva o ensino de história local configura-se como uma abordagem social e estratégia de ensino que impulsiona a reconstrução da História e as condições de vida dos grupos sociais partindo da visão dos sujeitos nela inseridos e suas múltiplas realidades.

No Rio de Janeiro, as favelas são vistas como a fonte da violência urbana, ‘transbordando’ para o asfalto (BRUM, 2011, p.31). A história local possibilita aos alunos dessas localidades a reflexão sobre o espaço em que vivem e interagem com outros sujeitos que lá habitam. Essa reflexão proporciona a formação de uma identidade social cidadã, onde o indivíduo que mora na favela reflita sobre os processos e interferências que sofreu. É urgente a necessidade de quebra desse estigma da favela como foco “das classes perigosas”, uma vez que lá habitam trabalhadores, pessoas humildes, que vivem e sobrevivem nas condições que lhe são impostas pela sociedade desigual em que vivemos.

Discorrendo sobre a visão da maioria dos jornais da época a respeito da violência no período das reformas urbanas, Mattos aponta o caráter discriminatório dos discursos da imprensa sobre as classes pobres e moradores das favelas tidos como “desocupados” e “vadios”. É interessante observar que a elite letrada à época não percebia a condição de vida desses sujeitos sociais como fruto das dificuldades econômico-sociais inerentes ao crescimento do capitalismo contribuindo para o aumento das desigualdades sociais, em especial a uma sociedade pós-escravidão, mas, prefere classificá-los em uma ideologia do pobre e vadio como potencial marginal.

No entanto, embora houvesse por parte dessa mesma elite letrada uma referência pejorativa sobre as classes populares, Mattos, revela a preocupação da mesma com a modificação desse cenário através da educação “Haja o ensino obrigatório, organizado sob o ponto de vista de aproveitar especialmente às classes menos abastadas, e a frequência das colônias correcionais e das prisões diminuirá na proporção em que será aumentada a frequência das escolas” (*Gazeta de Notícias*. “Notas e notícias”. 13 de julho de 1903). A mesma matéria expressava ainda “Reprima-se, pois, a vadiagem, porque é um delito ou uma infração da lei; mas procure-se ao mesmo tempo evitar a vadiagem, para que não haja necessidade de reprimi-la” (*Gazeta de Notícias*. “Notas e notícias”. 13 de julho de 1903). Como o próprio autor destaca, fica claro nessas afirmações a visão dos letrados à época de que a construção de escolas deveria ocorrer porque a vadiagem era uma lacuna educacional e não porque havia a preocupação com a ampliação do conceito de cidadania ou uma sociedade mais democrática (MATTOS, 2008, p. 115). Essas tensões são históricas e estão intimamente relacionadas aos processos de colonização e subordinação presentes em nossa sociedade.

No processo de aprendizagem histórica, cabe ao professor superar a mera transmissão de conhecimentos, mas, atribuindo sentido e significado para esse mesmo conhecimento, desenvolver reflexões e atividades que consolidem a habilidade de análise por parte do aluno da sua própria realidade social. Além de promover uma consciência cidadã, tal processo possibilita ao discente discernir os limites e possibilidades de sua atuação na permanência ou na transformação da realidade histórica em que vive.

Enriquecendo a crítica historiográfica sobre o tema da remodelação da capital carioca, Rômulo Mattos ressalta as análises feitas por André de Azevedo que criticam as supostas generalizações promovidas pela historiografia da década de 1980, que baseadas segundo Azevedo, em um “paradigma marxista” (2003, p. 26) estariam empenhadas em apresentar Pereira Passos interessado em “aburguesar o espaço urbano em detrimento das camadas populares” (2003, p. 43). Outra análise feita por Mattos diz respeito à crítica de Maria Isabel

Lenzi, aos que consideram Pereira Passos como o prefeito “do bota-abaixo, insensível aos problemas dos menos favorecidos” (2003, p. 108). O autor salienta que André Azevedo ao sustentar a visão do prefeito Pereira Passos sobre o Rio de Janeiro como uma “cidade organicista, que idealizava a cidade como um corpus continente de diversos órgãos vitais, nos quais é fundamental a ligação destes para o funcionamento do corpo urbano”, é passível de anacronismo, já que a visão “sistêmica de cidade que surge como uma nova disciplina científica – o urbanismo – tornou-se hegemônica no Rio de Janeiro apenas na década de 1920” (MATTOS, 2020, p. 55). Romulo Mattos argumenta outrossim que as hipóteses formuladas por Azevedo e Lenzi sobre a área central a qual Pereira Passos queria integrar ao cotidiano dos trabalhadores, “parece ter sido feita à revelia de dados relevantes” (2003, p.56), uma vez que a derrubada de 2.240 prédios entre 1902 e 1906, levou à retirada de 39.600 moradores dessa mesma área (somente as obras da Prefeitura derrubaram 1.040 prédios e deixaram 10.400 moradores desabrigados (VAZ, 1985, p. 226).

Romulo Mattos destaca o quadro da crise habitacional impulsionado pela remodelação arquitetônica ocorrida no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, (2020, p.57). Esse cenário “se expressou no aumento do número de pessoas morando em cada domicílio e na expansão das construções domiciliares nas freguesias periféricas ao centro histórico da cidade” (RIBEIRO, 1997, p. 176). A hipótese de uma integração conservadora, a partir da distribuição da urbanidade almejada por Pereira Passos configura-se em um problema. Na medida em que os subúrbios não recebiam a atenção necessária do poder público, a imprensa antes entusiasta da reforma Passos, passou a criticá-la, reiterando semanalmente a necessidade das benfeitorias solicitadas e não atendidas como

[...] limpeza de valas com água estagnada; falta de esgotos; falta de nivelamento, limpeza e capinação das ruas; deficiência da iluminação a gás; inexistência de calçamento; falta de calçamento das ruas (que gerava nuvens de poeira; falta de policiamento e de corpo de bombeiros; falta de escolas; falta de jardins públicos; falta de passarelas sobre a via férrea (as passarelas eram palcos frequentes de atropelamento), etc (ABREU, 1987, p. 20).

Ao citar o abandono dos subúrbios pelas autoridades municipais, o autor aponta a falta de cuidado por parte do poder público em relação a essas regiões. Diante dos dados expostos tanto sobre a diminuição do parque domiciliar como em relação ao abandono do subúrbio pelo poder público, fica difícil não acreditar que o objetivo da reforma Passos seria na verdade muito mais o de segregar do que o de integrar a população da área central do Rio de Janeiro. Nesse

sentido, o argumento do prefeito chefe do Distrito Federal preocupado com os mais desfavorecidos fica igualmente comprometida.

Importante destacar ainda que, segundo o autor, ao facilitar as condições urbanas do Centro e da Zona Sul, o Estado transferiu verbas dos setores mais pobres para os mais ricos da cidade, uma vez que os primeiros pagavam impostos tanto quanto os segundos (ABREU, p.17).

Corroborando com Oswaldo Porto Rocha (1995), Romulo Mattos defende que as reformas urbanas espelharam a vitória das classes privilegiadas economicamente e seus interesses nos setores ligados ao comércio (em especial à importação), aos meios de transporte e à construção civil, além de estimular os setores de infra-estrutura. Outrossim, o interesse de Pereira Passos pelo ramo da construção civil não pode ser ignorado (SANTOS, 2003, p. 14).

Segundo Marc Bloch, “conscientemente ou não, é sempre as nossas experiências cotidianas que, em última análise, vamos buscar, dando-lhes, onde for necessário, os matizes de novas tintas, os elementos que nos servem para a reconstituição do passado, [...]” (2001, p.43). Dentro desse contexto, nos vêm à mente a expressão “solidariedade das épocas”, também expressa por Marc Bloch, em seu livro *Apologia da História*, na qual o autor propõe um diálogo entre elas, o que nos permite perceber como as temporalidades históricas estão em permanente diálogo. Explorando esses “diálogos” e guardando os devidos limites, procurando evitar o anacronismo, encontramos convergências na conexão entre passado e presente nas questões inerentes à sociedade injusta e desigual na qual vivemos.

Nesse sentido a obra *Remoções no Rio de Janeiro olímpico* (2015) de Lucas Faulhaber e Lena Azevedo nos remete a essa “solidariedade” apontada por Marc Block (2001), quando abordam em sua obra, as desapropriações e remoções de moradores de favelas e ocupações irregulares na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 2000. Os autores destacam que, a título de sediar eventos esportivos de grande porte como os Jogos Pan Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, famílias foram removidas entre 2007 e 2015 nos bairros cariocas. A Zona Portuária foi a região mais atingida, devido à construção do Projeto do Porto Maravilha, cujo objetivo era o de revitalizar a região como um centro de cultura e entretenimento durante os jogos olímpicos. Vemos assim, como em pouco mais de cem anos após a reforma Passos como a população do Rio de Janeiro, presenciou um novo projeto de reformas urbanas na região central da cidade. Novamente com um discurso modernizador, o poder público criou naquele espaço um Boulevard Olímpico, promovendo na verdade a mercantilização do local, que se tornou um polo de atração para os turistas. Contudo, tal iniciativa não favoreceu os moradores que ali viviam com benefícios sanitários ou ajuda material, por exemplo, mas apenas removeu-os do seu lugar de origem intervindo em seus

costumes e espaço de convivência. Falhauber e Azevedo assumem a tese de que as ações do Poder Executivo municipal violam série de direitos dos habitantes de tais construções, sobretudo o direito à moradia, uma vez que “conceitos travestidos de noções técnicas que esvaziam a participação e a discussão pública e planejam o espaço urbano, ferindo direitos em nome do progresso, sobrepondo o interesse privado ao público” (2015, p.22).

Através dessas abordagens, os autores aprofundam as questões relacionadas ao poder do Estado atuando como agente principal na remodelação do espaço urbano a partir da análise do seu papel interventor e estratégico na estrutura da cidade.

Segundo Falhauber, o progresso em si não tem nada de natural, e o uso deste termo significa muitas vezes a apropriação do território – que é um bem coletivo – visando o aumento cada vez maior do capital, por parcelas economicamente favorecidas como o mercado imobiliário.

Como resultado, consolida-se a segregação social no espaço urbano carioca gerando a gentrificação dos ocupantes originais, em um processo que iniciado no início do século XX, seria potencializado ao longo desse mesmo século. As ações de remoção e retirada de direitos dos moradores originais, ainda hoje é realizada pelo poder público, na esteira do capitalismo voraz que deteriora as relações sociais, dentro do quadro de desigualdade social em que vivemos na sociedade atual.

Nesse contexto, observamos que no diálogo entre presente e passado, o presente “ilumina” o passado e a sua inteligibilidade, permitindo que nós professores, desenvolvamos junto aos alunos a capacidade de entender esse mesmo “diálogo entre as épocas”. Essa chave interpretativa nos possibilita refletir com os alunos, sobre o que podemos apreender do passado buscando iluminar o presente, em especial na linha do tema a ser desenvolvido nessa dissertação. Vale destacar que essa experiência é inesgotável e deve ser um exercício constante em nossas aulas de História, pois dele depende o desenvolvimento da sensibilidade histórica, estimulando nos alunos uma compreensão do conhecimento histórico que faça sentido e que os instrumentalize a reivindicar os seus direitos, enquanto sujeito ativo, responsável pela mudança da sua realidade social, na busca por uma sociedade justa e igualitária. Entendemos ainda que a escola é o espaço social, por assim dizer de excelência para essa reflexão e conscientização e o elemento propulsor de busca por esse mesmo espaço dentro da sociedade em que todos nós vivemos e atuamos.

1.2 Os espaços e os personagens na cidade-capital

Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas squares, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra [...]"

Paulo Barreto (1997, p. 161-162)

Desde a sua fundação, as cidades desenharam-se em espaços geograficamente e territorialmente circunscritos, onde seus moradores construíram suas experiências e práticas cotidianas, inventando e reinventando espacialidades e temporalidades. Sendo objetos de estudo palpáveis, o espaço citadino permite que não somente recuperemos a sua dimensão histórica, como nos possibilita refletir sobre os cenários ali organizados, o território, a arquitetura e a percepção das permanências, as transformações das condições sociais, econômicas e políticas dos seus habitantes, em interação constante entre passado e presente.

Eleita, pelos colonizadores, mesmo antes da sua fundação, como espaço gracioso e digno "[...] Mas tudo é graça o que dela se pode dizer, senão que pinte quem quiser como deseje um Rio, isso tem este de Janeiro. [...] Parece-me que vossa alteza deve mandar fazer ali uma população honrada e boa"¹ (MATTOS et al, 2015, p.11), a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro possui uma vocação natural para a beleza. Ao fazermos um passeio pelo contexto histórico da cidade percebemos que como outras cidades do Brasil, o Rio de Janeiro com suas ilhas, praias, montanhas, matas, rios, lagoas e alagadiços, mangues, é comprovadamente uma cidade graciosa. À parte sua beleza espontânea, vale destacar que em seus 460 anos de história, a cidade exerceu um papel importante no cenário político e econômico nacional. Tal perfil foi construído não só pelos testemunhos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX como pelas poesias e canções que emolduram a antiga capital federal.

Neste ponto, ao adotarmos a cidade como eixo do estudo no ensino de História é possível perpassarmos não somente períodos e acontecimentos históricos, mas, compreender os aspectos tênues da realidade cotidiana e as vivências dos variados atores sociais que ali circularam e até hoje circulam.

¹ Carta de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil ao rei de Portugal, D. João III, em 1553.

Privilegiada por sua posição geográfica, o Rio de Janeiro, ao longo da sua existência se estabelece em sua vocação portuária como porta aberta para o mundo, sendo um importante centro distribuidor das novidades oriundas da Europa.

Com a transferência da sede da capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro no século XVIII, mais precisamente em 1763, a história de sua transformação no maior centro administrativo e comercial da colônia, e posteriormente do país, começou a ser traçada, uma vez que

Por desempenhar a função de capital, exerce sobre o restante do uma força simbólica e estética que, além de um papel mora e civilizador, desempenha papel de difusão de condutas e modos de agir. Essas qualidades a transformaram num microcosmos da nação, se confundindo com o próprio Brasil (RODRIGUES, 2002).

A centralidade que a cidade obteve com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro e a sua transformação na sede administrativa do Império Português, não somente revigorou a sua capitalidade, mas, permitiu a abertura de novos mercados e reforçou o seu papel de centro do país. Nesse contexto, o Rio de Janeiro seria o espaço por onde os principais acontecimentos políticos e culturais se desenvolveriam, levando inclusive ao aumento do fluxo migratório para a capital do Império. A urbe carioca que possuía cerca de 50.000 mil habitantes até 1808, passou a contar com uma totalidade populacional de 65.000 habitantes na primeira década do século XIX. Houve o aumento de quase um terço de sua população original (BENCHIMOL, 1990).

Já nos últimos anos do século XIX a abolição da escravidão e a mudança de regime político, trouxeram novas realidades e também expectativas ao horizonte nacional, lançando a capital econômica, política e cultural do país em uma febril agitação. A passagem das relações sociais-econômicas do tipo senhorial-escravista, para burguês-capitalista na sociedade brasileira se fizeram sentir. No período, grande parte dos cidadãos foram envolvidos pela primeira vez nas expectativas e dificuldades que essas transformações de natureza econômica, social e política implicavam. Além do aumento da demografia, a composição étnica e a estrutura ocupacional do Rio de Janeiro, também foram alteradas, pois com a abolição, muitos ex-escravizados, provenientes da região cafeeira, migraram para a cidade, integrando o grupo de trabalhadores. Outra característica demográfica da cidade diz respeito ao grande número de imigrantes (CARVALHO, 2004, p.16), que engrossaram esse contingente populacional na última década do século XIX.

Tal aumento populacional está vinculado tanto à migração de ex-escravizados libertos da zona rural para a urbana, como à intensificação da imigração, além dos melhoramentos

sanitários realizados à época (LAHMEYER, 1978, p. 469). Por conseguinte, algumas características da demografia da cidade no final do Império e no início do período republicano são reveladas pelos dois primeiros fatores, pois como registra o censo de 1890² dos 522.651 moradores da capital, 34% eram negros ou mestiços. O censo de 1906, porém, não discrimina os habitantes pela cor, expressando o desejo de “embranquecimento” da população, expressando a ideologia racista do período (CHALOUB, 1996, p. 25).

A respeito desse aumento populacional é importante destacar que o mesmo propiciou a ampliação de trabalhadores em ocupações mal remuneradas ou ocasionais. Segundo José Murilo de Carvalho “Domésticos, jornalheiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam entre nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas” (2004, p. 17).

Vale acrescentar que o aumento populacional, agravou as condições de habitação, especialmente para os pobres, sendo tal necessidade destacada pela Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, que a atribuía à imigração, aconselhando inclusive à Inspetoria de Higiene que fosse cautelosa ao fechar habitações, devido às consequências sociais que poderiam advir dessas ações.³

Desde a segunda metade do século XIX já havia uma centralidade sobre as reformas urbanas nas principais cidades da Europa e da América Latina. Centralidade cujas características expressam a afirmação da capitalidade de cidades de Montevideu, Buenos Aires e principalmente o Rio de Janeiro.

Weid destaca que no fim do século XIX o Rio de Janeiro

passou a ser o principal centro comercial e financeiro do país Durante a década de 1880, intensificou-se o estabelecimento de indústrias, principalmente têxteis nos arredores distantes do Centro, como Laranjeiras, Botafogo, Jardim Botânico, Gávea, Tijuca e Andaraí. [...] Na década 1890 São Cristovão perdeu definitivamente seu prestígio com a transferência das famílias abastadas para a Zona Sul e a adaptação dos antigos solares em espaço de produção fabril ou casas de moradia coletiva. A região transformou-se em densa zona industrial (1997, p.4).

Percebemos que essa centralidade contribuiu decisivamente para a reforma urbana realizada por Passos, a partir do revigoramento da capitalidade do Rio de Janeiro, elemento intrínseco a sua historicidade e tradição no cenário brasileiro.

² Recenseamento Feral da república dos Estados Unidos do Brasil, ano de 1890, e Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal), realizado em 1906.

³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (ACRJ). P.41-4-5.

Em *L'Europe des capitales*, Giulio Argan analisou a importância da cidade-capital, característica comum a cidades que eram vistas como vitrine de uma nação, no século XVII, a partir do processo de construção das monarquias nacionais europeias. Segundo o autor “determinadas cidades são tomadas como sinônimos de um país, sendo ou não a sua capital política-administrativa, como Nova Iorque, Roma e Paris” (ARGAN, 1964).

Argan argumenta ainda que a marca que legitima esses espaços enquanto referência política e econômica nacional, é exatamente a presença de instituições culturais, a intelectualidade e a elite letrada. Ocupando essa posição de referência a capitalidade do Rio de Janeiro fez com que a cidade se tornasse um modelo para as demais regiões do país, justificando assim, os investimentos financeiros e simbólicos sobre a mesma, pois “A reforma devia fazer acreditar que o Brasil – metonimizado na cidade-capital – havia ingressado na era do progresso e da civilização” (BARRA, 2006).

Em tais análises é vale ressaltar que a capitalidade de uma cidade não é algo implícito à mesma, mas é construída através das experiências urbanas que se desenvolvem em seu território. Neste sentido a capitalidade do Rio de Janeiro está intimamente ligada ao seu desenvolvimento histórico.

Como afirma Margarida de Souza Neves,

existem cidades com especial vocação cenográfica. Nelas encena-se um roteiro que deve ser reproduzido pelo país inteiro, que, por sua vez, as olha como representação de sua identidade, como síntese de seus projetos, como monumentalização das tradições que preza e quer eternizar. São as cidades-capital. Ao representar o país como um todo, essas cidades assumem, recorrentemente, uma função metonímica (2003, p.253).

Cabe destacar que entre 1870 e 1914, as inovações científicas e tecnológicas relacionadas à Segunda Revolução Industrial, como a invenção do automóvel, do telefone, da eletricidade, entre outras, estimularam nas elites europeias a certeza de prosperidade e otimismo em relação ao futuro. Nesse contexto, ao longo do século XX, a burguesia europeia exportou para grande parte do mundo os valores e o modo de vida europeus. A Paris da Belle Époque, das roupas elegantes, dos cafés e confeitarias parisienses, promovia um culto às aparências em que a cultura francesa era a mais influente.

Uma vez protagonista como cidade-sede da Corte no cenário nacional durante o período imperial, com o advento da República em 1889 a outrora capital da Colônia e do Império, obteve uma nova vocação a de capital republicana. Tal capitalidade fez do Rio de Janeiro uma

cidade-referência para o conjunto do país, uma vez que as províncias o vêm como uma projeção do que elas mesmas poderiam realizar. Segundo Margarida de Souza Neves

o sonho de reproduzir, talvez em escala menor, os jardins franceses da capital, os prédios imponentes, os monumentos, o bonde, a iluminação elétrica, o progresso enfim, sonhado apenas como uma espécie de parusia imanente (1992, p. 10).

Ainda segundo a definição de Neves, tal título converteu a “Cidade-capital” em um farol para o Brasil, a projetar os ideais de beleza, modernidade e civilização que deveriam servir de norte para o restante do país, convertendo-se em cenário através do qual se tentava projetar uma imagem cosmopolita e moderna a ser perseguida pela própria nação (2003).

Todavia, a urbe carioca enfrentava, problemas em relação ao saneamento e a necessidade da criação de uma rede de água potável (Andreata, 2006). Sendo assim, foi criada uma Comissão para elaboração do primeiro plano urbanístico da cidade do Rio de Janeiro designada pelo imperador D. Pedro II, no ano de 1874. O engenheiro Francisco Pereira Passos, era um dos integrantes da Comissão.

Além do alargamento de ruas e praças, altura de prédios entre outras remodelações, o plano previa “todos os melhoramentos que posam interessar à salubridade pública” (BENCHIMOL, 1990, p. 140). Benchimol (1990) afirma que os projetos da Comissão de Melhoramentos eram “financiados, construídos e, em sua maioria, explorados em proveito de bancos e companhias estrangeiras”. Observamos assim a exploração pelo capital internacional do setor de serviços públicos no Rio de Janeiro, facilitado pelo Estado.

Argumentando não ter ainda orçamentos para os melhoramentos na parte central da cidade” (ANDREATA, 2006, p. 152), o Plano definido pela Comissão de Melhoramentos contemplava somente os bairros Cidade Nova, Engenho Velho, Andaraí e São Cristóvão, omitindo a área central que na década de 1870, apresentava-se como amais calamitosa em relação aos surtos das doenças, como a febre amarela e a varíola, constituindo o foco dos problemas mais graves da cidade. Benchimol destaca que a base para tal justificativa se devia ao fato de que a remodelação nessas áreas “dependiam de longas e demoradas investigações sobre o preço do grande número de prédios que teriam que ser desapropriados” (1990, p.141).

A Comissão de Melhoramentos realça ainda que a execução da obra deveria ser realizada por uma empresa privada “A comissão não duvida aconselhar que se entregue a execução do projeto a uma empresa capaz de leva-lo a efeito (BENCHIMOL, 1990, p.146). Fica claro então o caráter especulativo do Estado ressaltado por Andreatta (2006) pois, ao

propor o crescimento e o beneficiamento da urbe onde o valor imobiliário era maior associava o interesse público aliado à promoção imobiliária.

Dentro desse contexto, De Paoli (2013), destaca que havia o ideal de modificar radicalmente a cidade “pestilenta” e de aspectos coloniais antiestéticos, tornando-a uma cidade moderna e, portanto, ‘civilizada’ (DE PAOLI, 2013, p.26).

1.3 A cidade perigosa vs a cidade civilizada

Na passagem do século XIX para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro ainda possuía vestígios do seu passado colonial e escravista. Em função de sua atividade portuária, o centro do Distrito Federal era bastante povoado. Nesse período houve um aumento significativo na demografia da cidade. Em 1872 o Rio de Janeiro possuía 274.892 pessoas moradores. Já em 1890 o aumento populacional cresce para 522.651 pessoas (LOBO, 1978, p. 469). Tais fatores estão ligados ao fim da escravidão, pois com o seu término, muitos ex-escravizados, migraram para o centro da cidade em busca de melhores condições de trabalho, além da ampliação do quantitativo de imigrantes (LOBO, 1978, p. 469). A intensificação do fluxo migratório alterou igualmente a composição étnica da população carioca, que passou a concentrar um número maior de negros e mulatos. Dados do censo de 1890 demonstram ainda que dos 522.651 habitantes da capital, 180.000 ou 34% eram negros ou mestiços.⁴ Em relação aos imigrantes, havia no Rio de Janeiro à época, 155.202 habitantes de nacionalidade estrangeira – a maior parte de portugueses – representando 30% da população da urbe carioca (LOBO, 1981, p. 509). Tais fatores contribuíram para o aumento populacional da cidade carioca. Inicialmente instalados na área central da cidade, o aumento do número desses trabalhadores, elevou a demanda por habitação. Entretanto, a estrutura física da urbe se caracterizava por

[...] ruas estreitas e congestionadas, erguiam-se, indiferenciadamente, pequenas oficinas e fábricas – uma ou outra mecanizada; casas de cômodos, cortiços, estalagens e hospedarias, onde se alojava a maioria da população trabalhadora da cidade e o contingente numeroso e flutuante dos estrangeiros que nela se detinham por tempo limitado; armazéns e os mais variados estabelecimentos varejistas; moradias particulares; edifícios públicos; escritórios de grandes companhias e bancos (BENCHIMOL, 1990, p. 113).

⁴ Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, 31 de dezembro de 1890. Disponível em biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/. Acesso em: maio de 2025

Mediante essas informações não é difícil imaginar que circular pelas ruas do Rio de Janeiro à época, significava se deparar com um cenário marcado por ruas estreitas e casarões transformados em cortiços⁵ e casas de cômodos⁶. Segundo Lia Aquino de Carvalho, no centro da cidade, era comum, uma grande concentração de moradias populares instaladas em

[...] edifícios mal construídos, sem forma alguma arquitetônica, onde indivíduos nacionais e estrangeiros, muitos deles recém-chegados, pertencentes em sua generalidade às classes proletárias, se aglomeravam em aposentos estreitos, úmidos, mal arejados, sem nenhuma condição de higiene e conforto [...] (1995, p. 39).

Havia ainda para os que não podiam pagar os aluguéis, a alternativa da favela onde

[...] vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que pagando duramente alguns palmos do terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moutões os quatro pilares do seu palacete(...)ali não moram apenas os desordeiros, os facínoras como a legenda (que já tem a Favella) espalhou; ali moram também operários laboriosos que a falta ou a carestia dos cômodos atira para esses lugares altos (SANTUCI, 2008, p. 161).

O quadro social dos pobres na Primeira República era bem árduo, pois além de coexistirem em moradias superlotadas e insalubres, conviviam com a insegurança no ambiente de trabalho, trabalhando pesadamente por retornos módicos, em condições paupérrimas, alimentação deficiente e doenças. Pois,

embora a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, supostamente tenha substituído o trabalho servil pelo trabalho assalariado, as condições de trabalho e as tarefas desempenhadas pelos negros e mulatos nas cidades permaneceram praticamente inalteradas (HAHNER,1993).

Segundo a perspectiva da autora supracitada, esses problemas não recebiam a devida atenção dos governos brasileiros, o que servia para agravar ainda mais a situação, contribuindo para o quadro social deplorável desses mesmos trabalhadores e ex-escravizados, tornando os menos favorecidos ainda mais vulneráveis à fome e às doenças no início da Primeira República brasileira.

⁵ Cortiço: habitação coletiva, geralmente formada da subdivisão de uma residência em pequenos cômodos com divisões em madeira ou construção ligeira, algumas vezes instaladas nos fundos de prédios e uns sobre os outros, sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia comum. BACKEUSER, Everaldo. Habitações Populares. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro de Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. 111p.

⁶ Moradias cujos cômodos são alugados, sendo as instalações sanitárias de uso coletivo. Geralmente eram ocupadas por pessoas ou famílias com pouco poder aquisitivo.

A aglomeração intensa de pessoas em cortiços ou estalagens, cujos cômodos eram abafados e com pouca ventilação, além de pouca ou praticamente nenhuma estrutura sanitária para os seus moradores, não deixa dúvidas do quanto as habitações populares da Primeira República no Distrito Federal, eram insalubres, contribuindo para doenças e epidemias. Porém, é preciso ressaltar que não somente o tema da habitação estimulava esse quadro, sendo responsáveis por ele as condições de alimentação, trabalho e os serviços públicos relacionados à saúde que eram então oferecidos à população.

Todavia, cabe ressaltar que apesar desse quadro social difícil os trabalhadores não aceitaram o papel de espectadores das situações que lhe eram impostas, pois

seria ilusório pensar que toda a situação se resume no velho esquema do trabalhador despossuído, dono apenas da sua capacidade de trabalho que se encontra no tal “mercado” com um capitalista altivo e carrancudo, que detentor dos meios de produção, lhe acena com a possibilidade de um emprego. Esse esquema não dá conta dos milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem a o tal “mercado”, mantendo-se como ambulantes, vendedores do jogo do bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros, etc (CHALHOUB, 1986, p.37).

Os trabalhadores, tanto os formais como os ambulantes, procuravam estabelecer suas moradias próximo ao seu local de trabalho, na intenção de diminuir os custos com transportes e o tempo de chegada ao mesmo. Nos cortiços, casas de cômodos ou mesmo nas favelas do então Distrito Federal, viviam trabalhadores urbanos muitos dos quais graças ao trabalho informal nas ruas do Rio de Janeiro possuíam vínculos empregatícios frágeis, além de pessoas desempregadas, que estavam, portanto, à margem da sociedade carioca e, na maioria das vezes, distantes das políticas públicas. Atores sociais que não foram contemplados diretamente com os benefícios da *belle époque* carioca, pois com a implantação do projeto urbanístico, suas condições de moradia, que já eram precárias, tornar-se-iam piores.

Em 1904, João do Rio narrava na *Gazeta de Notícias*, a sua visita, junto a um delegado de polícia à “zunga”, nome dado às hospedarias baratas na Rua da Misericórdia. Seu objetivo era conhecer um dos locais de moradia das chamadas “classes perigosas” no Rio de Janeiro. Sobre a vistoria, o cronista afirma “É perigoso entrar só nesses covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria”. (1999, p. 278) e ainda “impossível o cheiro de todo aquele ‘entulho’ humano” (grifo nosso), (p. 286).

Seu diagnóstico preconceituoso sobre a vistoria vai além da avaliação de insalubridade, ao declarar que “Há por aqui gatunos, assassinos, e coisas ainda mais nojentas” (p. 286). Lixo e meliantes, eis aqui a visão do autor sobre as classes populares no início do século XX.

A face das condições sociais difíceis em que viviam e sobreviviam as classes populares, delineada na crônica do literato, associa perigo e miséria, demonstrando a visão estigmatizada da sociedade à época, sobre a pobreza. Em sua obra “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”, Licia Valladares aponta que a análise sobre o discurso da pobreza na passagem do século XIX para o XX gera importantes reflexões sobre

[...] a questão da saúde e da necessidade de higienização da cidade tais quais apareceram no discurso médico-higienista do século XIX; [...] a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora, presentes no pensamento jurídico e político da virada do século; [...] o discurso sobre a necessidade de transformar o homem livre [...] em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho (1991, p. 84).

O preconceito da elite letrada em relação aos moradores das habitações coletivas ganhava ressonância entre a elite política, pois segundo Chalhoub

os legisladores brasileiros utilizam o termo “classes perigosas”⁷ como sinônimo de “classes pobres”, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade. Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente “rolar até o abismo do crime” (1986, p. 48).

A realidade das moradias insalubres associa a pobreza à ociosidade e ao crime, definindo na visão social dos nossos parlamentares e da elite letrada à época, a noção de “classes perigosas”. Esse quadro fica claro quando um dos congressistas afirma

As classes pobres e viciosas ... sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de toda a sorte de malféitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando o mesmo vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo se constitui um *justo* motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade (grifo nosso).⁸

A ociosidade e a pobreza, dois atributos das chamadas “classes perigosas” segundo a visão da elite política época da Primeira República no Brasil. Ao primeiro atributo estaria

⁷ De acordo com Alberto Passos Guimarães, o termo “classes perigosas” surgiu na Inglaterra em relação às pessoas que já tivessem sido presas ou às que mesmo não tendo passado pela prisão preferiram obter sua subsistência e da sua família não por meio do trabalho, mas, através de furtos ou roubos. Chalhoub sustenta que a definição da expressão é bastante restrita, já que se refere apenas aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei. Contudo, no Brasil do início da Primeira República, os deputados viam os pobres como pessoas que “apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’” (CHALHOUB, 1996, p. 48).

⁸ Anais da Câmara dos Deputados, vol.3, p. 73.

associado a população negra, oriunda do cativo, que na visão das classes dominantes, não conseguiam se adaptar ao mundo do trabalho – como se os mesmos não tivessem trabalhado a vida toda de forma injusta –, tendo como opção a ociosidade e em consequência os vícios e a desordem.

Tais proposições equivocadas, revelam, uma prática discriminatória contra esses trabalhadores. Chalhoub afirma que as tensões entre senhor-patrão branco x escravizado empregado-negro davam a tônica do processo histórico da cidade do Rio de Janeiro há quase quatro séculos (1986, p. 75),

deste confronto, reativado no período do pós-Abolição através da chegada maciça de imigrantes, especialmente portugueses, à cidade, resultou a recriação ou a continuação em um novo contexto da subordinação social do negro brasileiro (p.75).

Esse desprezo em relação aos trabalhadores brasileiros negros revelava a obstinação das elites dominantes em promover o “progresso” do país, tentando “branquear” a população brasileira. A tese da superioridade da raça branca sobre a negra sustentava que

com a miscigenação constante a raça negra acabaria por desaparecer do país, melhorando assim a nossa “raça” e eliminando um dos principais entraves do progresso nacional – a presença de um grande contingente da população de população de cor, pessoas pertencentes a uma raça degenerada (CHALHOUB, 1986, p. 75).⁹

Dentro desse quadro negativo dos trabalhadores negros no Brasil à época em estudo, não parece difícil perceber o quão difícil era para uma colocação no mercado de trabalho como assalariado, sendo preteridos em relação aos imigrantes. O censo de 1890 demonstrou que mais da metade dos 89 mil estrangeiros ativos economicamente trabalhavam na indústria manufatureira, comércio e atividades artísticas, o que significa que os imigrantes atuavam nas atividades mais dinâmicas. Já 48% dos não-brancos trabalhavam nos serviços domésticos, 17% na indústria, 16% não tinham profissão declarada e os demais dedicavam-se às atividades extrativas, pecuária e à agricultura.¹⁰

Em relação à pobreza, outro atributo das classes perigosas, haveria um parâmetro de classificação, pois se uma pessoa era pobre, mas tinha como garantir sua sobrevivência, este não oferecia risco à ordem social e não era rotulado dentro das chamadas “classes perigosas”.

⁹ Sobre a ideologia do branqueamento, ver Skidmore, Thomas, e., Preto no Branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹⁰ Dados do recenseamento de 1890, reproduzidos em Hasenbalg, Carlos A. Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 159.

Contudo, se a sua existência estivesse relacionada à ociosidade e a pobreza, isso afetaria a sua vida moral impelindo-o ao crime. Tais considerações distinguem claramente o pobre laborioso do pobre perigoso.

Esse divisor de águas fica explícito nos debates calorosos, realizados após o 13 de maio, na Câmara dos Deputados a partir do Projeto do deputado Ferreira Vianna, elaborado em 1888¹¹, não há dúvida da utilização pelos nobres deputados de um discurso ideológico que tornava o indivíduo pobre um suspeito em potencial. Porém, a visão dos nossos legisladores, à época a ociosidade, também sofre distinções, pois segundo a Comissão parlamentar que estudou o projeto

Se o legislador tem o imprescindível dever de consagrar no direito positivo prescrições tendentes à repressão dos crimes que atentam à ordem social, não lhe é lícito desconhecer que esses atos derivam-se, o mais das vezes, do relaxamento ou da depravação dos costumes, tendo geralmente como causa geradora a ociosidade.¹²

No esforço de justificar a legislação que punia a vadiagem, os discursos dos deputados utilizaram o conceito de trabalho como elemento fundamental e moralizador da ordem social no universo ideológico que procuravam produzir, tornando-o obrigatório para as classes populares. O discurso do deputado Rodrigues Peixoto demonstra bem essa perspectiva quando afirma

Em todos os tempos, o trabalho foi considerado o primeiro elemento de uma sociedade bem organizada. Cada membro da comunidade deve a esta uma parte do seu tempo e do seu esforço no interesse geral, cuja inobservância apresenta gravidade, o que autoriza de certo modo a intervenção do Estado.¹³

O caráter maniqueísta dessas interpretações por parte da elite sobre as experiências e modos de vida dos populares, é por si mesmo contraditório, na medida em que não explicam a ordem social vigente, mas isto sim, tentam camuflar as contradições sociais inerentes e injustas do ordenamento social capitalista imposto.

¹¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol.3. p.240. Uma versão anterior da análise que se segue foi publicada em Chalhoub, S., “Vadios e barões no ocaso do império: o debate sobre a opressão da ociosidade na Câmara dos Deputados” In: Estudos ibero-americanos, vol. 9, nº 1 e 2. PUC/ Rs, julho e dezembro 1983.

¹² *Ibidem*, Vol. 6, p. 68.

¹³ *Ibidem*, Vol. 6, pp. 150-153.

A cosmovisão formulada pelos parlamentares, serviu para justificar suas leis e manter as relações de dominação na sociedade da Primeira República, uma vez que segundo os mesmos, somente a ociosidade e a indigência colocaria a ordem social em risco, assim

Fica claro que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é, com certeza atributo dos nobres deputados e seus iguais... (CHALHOUB, 1986, p. 47).

Recortando ainda mais a discussão ensejada neste estudo, observamos o estigma social que pairava sobre as classes populares através das abordagens policiais que sofriam. Desejoso de retratar a realidade dessas mesmas classes na comitiva por ele liderada, João do Rio acabou por registrar o pavor dos moradores das habitações coletivas diante da inspeção policial que se concretizava, ao serem abordados pelos agentes policiais exclamando: “–Espero a hora do bote para a ilha. Sou carvoeiro, sim senhor... Ai! minha mãe! Vão levar-me preso”! Outra moradora indaga “– Por que será tudo isso? Vão levar-nos presas”? (RIO, 1978, p. 287).

Diante dos fatos apontados é notório o controle social cotidiano presente na sociedade capitalista, representando para as classes populares nela inseridas, relações de luta. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* Lima Barreto ilustra bem essa realidade quando afirma

Admirava-se que essa gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e porque essa tenacidade é tanto mais forte, quanto mais humilde e miserável (1995, p. 89).

Sob esse viés, o ensino da reforma urbana planejada por Pereira Passos a partir de 1903, toma outra direção. Nesse caminho, além de analisarmos as relações de disputa implícitas na proposta de transformação da cidade do Rio de Janeiro, percebemos que, no bojo dessa remodelação, encontra-se um processo de dissimulação das condições de desigualdade social, que marcaram - e ainda hoje é assim - a História do Brasil e mais detidamente o período da Primeira República, recorte temporal desta dissertação. A questão central não era sobre as moradias em si, mas sim sobre o local que elas ocupavam, a área central da cidade.

Para além do discurso de patologia social, a criminalização da pobreza nada mais era que uma estratégia das elites governamentais para legitimar e justificar o projeto político de dominação burguesa desocupando e destruindo essas moradias. Tais ações pretendiam valorizar a área central da cidade gerando a especulação e o enriquecimento do setor privado. A execução

do projeto arquitetônico elaborado por uma empresa privada é demonstrada no discurso da Comissão de Melhoramentos ao afirmar que

Pensa a Comissão que haveria toda conveniência em ficarem a cargo do Estado, que poderia depois vender a particulares os terrenos beneficiados ao longo das novas ruas e avenidas [...]. A comissão não duvida aconselhar que se entregue a execução do projeto a uma empresa capaz de levá-lo a efeito (BENCHIMOL, 1990, p.146).

Tendo em vista que a História estuda o processo das transformações sociais e que seu objeto de estudo é sempre uma determinada sociedade em um determinado momento histórico, torna-se fundamental que esse mesmo objeto de estudo torne-se visível. Para isso é necessário reconstruí-lo em sua essência, trazendo à tona as mediações, contradições, enfim, a complexidade das relações sociais que o sustentam, dando voz e vez aos diferentes sujeitos que o compõem, confrontando suas propostas, revelando suas contradições. Tais articulações nos impelem a examinar junto aos alunos a ambiguidade de uma proposta de renovação arquitetônica que na verdade – e o documento torna isso bem visível – retirava os direitos dos trabalhadores e moradores pobres que viviam na área central da cidade destruindo suas moradias e buscando estabelecer nesse mesmo espaço grupos sociais abastados através da ação direta do Estado (BENCHIMOL, 1990).

Dessa forma elucidar o processo histórico dos fatos em destaque a partir de uma concepção didática problematizadora, pressupondo a busca por um diálogo entre presente e passado, remete à ideia de aproximação do saber histórico às experiências do aluno, pois ainda hoje a pobreza é criminalizada em nosso país. Os alunos, em especial os das classes populares, sentem isso na própria pele, pois muitos habitam as comunidades desfavorecidas economicamente, sofrendo preconceito e sendo estigmatizados como se fossem inferiores aos demais sujeitos sociais, assim como os personagens da visita de João do Rio. Muitas das questões que problematizam o saber histórico desenvolvido pelo professor em sala de aula, derivam da cultura experiencial dos alunos, da sua memória individual ou social. Contextualizar essas experiências com o conhecimento histórico a ser desenvolvido, delineando possibilidades de interpretação do passado é tarefa precípua do docente.

Nesse processo de reconstrução de conhecimentos e resgate tanto individual como coletiva da experiência dos alunos, o ensino da História deve procurar ações que articulem os conteúdos desenvolvidos em sala de aula a partir da sua vivência particular, uma vez que a mesma

[...] compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, há muitos acontecimentos inter-relacionados ou muitas repetições do mesmo tipo de conhecimento. [...] A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis (THOMPSON, 1981, p. 15-7).

A repressão e o autoritarismo característicos da reforma e vividos pelas classes populares no início do século XX, nos permite perceber as contradições da cidade que afasta a quem lhe empresta a sua própria cultura, como os povos de matrizes étnicas africanas, por exemplo. Atualmente o racismo ainda persiste em nossa sociedade brasileira. Os relatos e denúncias de casos de racismo nas mídias, não nos deixam mentir sobre essa difícil realidade ainda presente em nosso país. Sob esse aspecto é importante frisar a relevância de um ensino de História que não somente aprofunde essas questões, mas também que desenvolva a compreensão da sociedade brasileira a partir de uma construção plural, em que as diversas culturas provenientes dos processos históricos pelos quais passamos sejam consideradas e valorizadas.

Por conseguinte, na intenção de construir uma cidade moderna, as ações de Pereira Passos, e dos técnicos que trabalhavam para esse fim, buscaram não somente minimizar a problemática social e as contradições presentes na urbe carioca. Tais ações buscaram igualmente construir, através de um discurso modernizador e calcado no embelezamento estratégico da cidade, a imagem de uma cidade higiênica em oposição à cidade perigosa, caracterizada pela presença de cortiços, estalagens, vadios, etc. era preciso segundo a visão das instâncias do poder público, embelezar a capital federal, apagando características arquitetônicas relacionadas ao Rio de Janeiro colonial e imperial.

A partir dessas considerações podemos concluir que o Rio de Janeiro da *belle époque*, palco da recém fundada República Brasileira, anunciou a vitória da sofisticação, como imperativo urgente de uma cidade que, na visão das elites necessitava “civilizar-se”. Em vista desta concepção, a remodelação urbana nela processada a transformaria em “uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio” (SEVCENKO, 1983, p. 36). Na linha dessa interpretação era notório observar que na Avenida Central, pós-reforma, as fachadas dos prédios ostentavam mármore e cristal, e a eletricidade iluminava as ruas e lojas de artigos finos e importados. No Carnaval, carros abertos onde desfilavam pierrôs e colombinas, à moda do Carnaval veneziano era o cenário perfeito dentro do projeto modernização e embelezamento estratégico da cidade carioca.

Ao analisarmos a modernização do Rio de Janeiro sob o viés do “embelezamento” da cidade, associado à limpeza e elegância, evidencia-se um projeto estratégico de execração de costumes, cenários e tradições associados à cidade colonial e escravista e dos quais a elite civilizada queria se livrar.

Benchimol destaca que

o termo "embelezar" tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade encobre por assim dizer, múltiplas "estratégias". A erradicação da população trabalhadora que residia na área central, projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo - num plano mais imediato - aos interesses especulativos que copiavam essa área altamente valorizada e - num plano mais geral - às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao "desfrute" das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional (1992, p. 228).

Nesse sentido Souza salienta que

Enquanto boa parcela da população precisou recompor sua vida nos subúrbios e morros, espaços onde efervescia a cultura popular, a fina flor carioca, tentando reproduzir o estilo francês, aumentaram intensamente a frequência das ruas do centro da cidade. A nova avenida e suas lojas de artigos importados, seus cafês e restaurantes e principalmente seu charme, trouxeram os ares da Europa para o tropical Rio de Janeiro, o novo boulevard sem dúvida, era o emblema dos novos tempos, palco perfeito para as novas práticas nele encenadas (2008, p. 70).

O caráter ideológico da reforma se reflete na da vida população pobre que sem seus direitos de cidadania garantidos, tiveram que recompor suas vidas nos espaços possíveis. Contudo, em algumas análises recentes sobre as transformações ocorridas na capital federal no início da República como a de Margarida de Souza Neves esse mesmo ideal modernizador foi sendo construído a partir de um efeito ilusório (NEVES, 2003, p. 256-286). Ao mesmo tempo que a modernização da cidade realizada de forma compulsória e efetivada por um grupo social restrito, buscava projetar o ideal modernizador francês alterando o aspecto urbanístico carioca, lançava sobre a cidade uma luz falsa, lançando sombras sobre os graves problemas sociais como a moradia, a mobilidade de uma enorme população de negros e mestiços, na tentativa frustrada de silenciar a sua cultura e sociabilidade (NEVES, 2003).

Testemunha ocular da remodelação processada no mundo urbano carioca, o literato Lima Barreto, afirma que de uma hora para a outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu, como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia. (BARRETO, 1961, p. 106).

Renata Moraes, destaca que a sociedade do tempo de Lima era a do imediato pós-abolição em uma cidade que pretendia a todo custo ser Europa, mesmo que para isso precisasse apagar o seu passado de homens e mulheres negros (MORAES, 2022, p.39).

Nesse ponto cabe-nos explicitar o que seriam os padrões que a *belle époque*¹⁴, parisiense inaugurou. Celebrada pela riqueza de inovações e novidades em diversos âmbitos da sociedade parisiense, a *belle époque* marcou não somente moda, a cultura, os costumes, a arquitetura, entre outros aspectos das nações do continente europeu como exportou para as capitais do mundo à época, essas mesmas marcas. A modernização da “Ville Lumière” – Cidade Luz, realizada pelo Barão de Haussmann (1863 e 1870), prefeito da cidade imprimiu à urbe francesa “no modelo de metrópole industrial moderna imitado em todo o mundo” (BENCHIMOL, P. 192). Contudo, a Reforma representou a demolição de casas comerciais e moradias antigas através de “métodos draconianos que o consagraram, em meio ao grande tumulto de interesses feridos, como um ditador, cuja habilidade consistia em atuar sobre alvos muito precisos, no menor tempo possível” (Benchimol, p. 193). O remodelamento empreendido por Haussmann, tinha por objetivo não somente embelezar Paris, mas também coibir conflitos entre o poder público e os cidadãos civis expulsando os antigos moradores do local (muitos oriundos da classe trabalhadora) para a periferia.

Nesse contexto, torna-se importante assinalar a relevância do desenvolvimento de uma compreensão histórica da realidade social a partir de uma prática de ensino reflexiva e dinâmica. O ensino da reforma Passos, nos estimula a desenvolver junto ao aluno reflexões que o permitam perceber e analisar as relações de disputa implícitas na proposta de transformação da cidade do Rio de Janeiro a partir dos padrões europeus. Tal como em Paris, sob o efeito de um discurso ideológico pautado na racionalidade, civilização e limpeza, no Brasil, o Estado oligárquico e centralizador do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, modificou todo seu aparato legal e sua estrutura administrativa na remodelação da cidade do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1902, Rodrigues Alves assumiu a presidência do Brasil e Francisco Pereira Passos, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. A gestão desses dois políticos marcaria profundamente a história da urbe carioca, uma vez que, na esteira da modernização, ambos os gestores promoveriam uma intensa remodelação urbana e arquitetônica, cujo objetivo era

¹⁴ Trata-se de uma expressão francesa empregada para caracterizar um período de tranquilidade social e de supremacia burguesa nas grandes cidades europeias durante os primeiros anos do século XX (AZEVEDO 1999). O período da *belle époque*, marca uma fase de “expansão internacional do capitalismo, uma vez que devido ao aumento da produção industrial e do consumo, o Ocidente teve que buscar matéria-prima e novos mercados além de suas fronteiras” (AZEVEDO, 1999).

remodelar a aparência da cidade nos moldes de urbanização europeia e acabar com os surtos de doenças como a febre amarela, por exemplo. Nos antigos casarões, no centro do Rio de Janeiro, onde seria construída a Avenida Central, a população pobre, formada principalmente por escravizados e seus descendentes, vivia em precárias moradias.

As obras na capital foram divididas em duas gestões, a federal e a municipal. Com uma equipe comandada pelos engenheiros Lauro Müller, Paulo de Frontin e Francisco Bicalho, o governo federal intensificou as obras de modernização do Porto e a abertura das avenidas que lhe auxiliassem, para os fins da circulação de suas mercadorias, além do saneamento da área central da cidade. Seriam a Avenida do Cais (atual Rodrigues Alves), a Avenida Central e o prolongamento do canal do Mangue. Em setembro de 1903, Rodrigues Alves promulgou um decreto que deveria “aprovar planos, plantas e orçamentos para a execução das obras de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, declarar desapropriados os prédios e terrenos nelas compreendidos e criar uma caixa especial para esses serviços”.¹⁵

Sobre a Avenida Central (atual Av. Rio Branco), o Projeto previa

Para a celebração de grandes festas nacionais, glorificação de grandes vultos da humanidade, ficará a cidade do Rio de Janeiro com essa rua e o jardim do campo da Aclamação dispondo de condições materiais, sobre as quais não levará vantagem nenhuma outra cidade.¹⁶

Vemos assim que a grande avenida seria importante não somente para a circulação, mas também traria em seu bojo os ideais de representação e vitrine da nação o que nos remete à Chartier, quando este afirma que as lutas que envolvem as representações “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (1988, p. 17).

Como afirma Benchimol, as informações a respeito das desapropriações e demolições são desconstruídas, pois segundo Sousa Rangel, foram desapropriados 590 prédios e adquiridos mais 4 para completar fundos de terrenos. O governo federal teria dispendido cerca de 38 mil contos. Segundo Oliveira Reis, a avenida exigiu 700 demolições; de acordo com Leeds, demoliram-se de 2 a 3 mil casas, elevando-se o custo das desapropriações a 26.456.638\$019. Já Eulália Lobo menciona 641 casas de comércio desapropriadas por 8.000:000\$000 (1992, p. 229). Contudo, é fato que as demolições contribuíram para a uma extrema crise habitacional,

¹⁵ Decreto nº 4969 de 18 de setembro de 1903.

¹⁶ PROJETO de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro, 1903, p.13-4.

com os preços dos aluguéis inflacionados, cômodos superlotados, além dos trabalhadores do Centro terem suas vidas mudadas drasticamente, em prol dos interesses capitalistas, resultando em ações de expropriação e valorização de determinadas áreas da cidade como ressalta Benchimol (p. 229).

Em sua gestão, Pereira Passos, na intenção de reestruturar a cidade nos moldes europeus, estruturou e concretizou um plano popularmente conhecido como "bota-abaixo", demolindo prédios e abrindo avenidas, calçando ruas e construindo praças e jardins, tendo como espelho os modelos de urbanização europeus, em especial o francês. Segundo Jeffrey Needel, inspirada em Haussmann - prefeito que realizou transformações urbanas na capital francesa entre 1852 e 1870 – a reforma teria sido realizada de forma consciente e bem fundamentada (1993, p.55). Em uma de suas mensagens ao Conselho Municipal, Pereira Passos percebemos qual era a visão do alcaide sobre civilização e população

Velhas usanças se mantinham, que em muitos casos, lhe negavam foros de capital e mesmo de simples “habitat” de um povo civilizado. Deficiência de vias de comunicação para desafoço do intenso movimento urbano, calçamento geralmente péssimo, limpeza pública precária, carência quase completa de embelezamentos ou de quaisquer atrativos nos logradouros públicos, afastando deles a população, edificação antiquada, anti-higiênica, antiestética e uma infinidade de outros defeitos a atestarem o longo e contínuo descaramento das mais palpitantes necessidades públicas.¹⁷

À luz dessas informações, percebemos que o Rio de Janeiro, possuía, no início do século XX condições insalubres, necessitando de obras de saneamento e melhores condições urbanas. Porém, observamos, nas declarações do chefe do executivo municipal, não apenas o desejo de melhorar as condições técnicas e higiênicas do espaço urbano carioca, mas a necessidade de “embelezamentos”, pois, segundo a sua concepção a carência desse substantivo “afastava a população”. Nesse ponto, nos perguntamos se os ambulantes, ex-escravizados - em busca de oportunidades, mas ainda sob o estigma da escravidão-, descamisados a viver pelas ruas, trabalhadores informais em sua busca pela economia da salvação diária que viviam na área central do Rio de Janeiro, não formavam também a população carioca? Nas palavras do alcaide configura-se um diagnóstico sobre a cidade assinalado por um total desprezo às classes desfavorecidas que ali habitavam.

Com o propósito de alcançar um modelo de urbanidade europeia, foram impostas inúmeras proibições às práticas urbanas comuns da cidade carioca. Em 1903, o Jornal do Brasil apresenta em suas reportagens de destaque, essas proibições, conforme registrado abaixo

¹⁷ Mensagem do Prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 1º de setembro de 1903, Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1903. p. 6.

para que a cidade seja civilizada, o povo também precisa se civilizar. Por isso, Pereira Passos decretou uma série de novas leis que prometem mudar os hábitos dos cariocas. Por determinação do prefeito de cuspir dentro dos bondes e todas as repartições públicas terão de ter escarradeiras disponíveis ao público. Também não será mais possível ordenhar vacas nas ruas, vender loterias nos quiosques, mendigar e atirar polvilho no carnaval. A Prefeitura também promete fazer a sua parte, instalando mictórios públicos em pontos estratégicos da cidade, para que a população não faça suas necessidades próximo aos quiosques.¹⁸

Cabe destacar que na visão dos governantes, a população, considerada não civilizada, era vista igualmente como a responsável pela “desordem pública” fomentando, segundo o olhar dos mesmos, prejuízos à saúde não só a física, como a “moral” (BENCHIMOL, 1990, p. 16). A esse respeito é importante refletir sobre o caráter ideológico dessas leis, que em defesa de uma política sanitarista, desintegrava não somente o tecido urbano, mas as redes de solidariedade e relações afetivas existentes entre os habitantes citadinos. Mediante essas mesmas considerações cabe-nos o questionamento sobre essa visão de cidade, uma vez que segundo Lefebvre (2001) não é a cidade o espaço por excelência onde os cidadãos habitam e se apropriam de todas as suas potencialidades? Ainda segundo o autor, o conceito de habitar e o direito à cidade dele oriundo, se caracteriza como o espaço de vivências, onde as pessoas apropriam-se e usufruem dos benefícios gerados ao seu redor. Mediante essa reflexão percebemos o quão importante é o papel da educação e dos professores que nela atuam, no esforço de estimular no aluno o entendimento sobre o papel da cidade, questionando certos discursos de exclusão social e interesses econômicos que até hoje se propagam em nossa sociedade. A esse respeito é importante enfatizar que o caráter ideológico desses mesmos discursos só será desconstruído e o potencial educativo da cidade alcançado, na medida em que, e nesse ponto nos reportamos a Gadotti quando afirma que todos os ‘habitantes da cidade devem usufruir das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que ela oferece’ (2006, p. 3).

Walter Benjamim em *Sobre o Conceito de História*, privilegia a História dentro da sua missão de rememorar o passado para reparar o presente, no sentido de fazer justiça aos excluídos, esquecidos ou atropelados pelo “progresso”, rompendo assim com a visão historicista, cristalizada na visão e versão dos vencedores (2005, p.117). Assim, segundo o autor, “os bens culturais, documentos culturais são documentos da barbárie”. Dessa forma, e ainda segundo Benjamim, os bens culturais, “Devem a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios, que os criaram, mas também à corveia anônima dos contemporâneos destes”. No contexto da reforma Passos, percebemos claramente a concretização dessa

¹⁸ Reportagem: Proibido cuspir nos bondes, Jornal do Brasil – Edição Comemorativa: Jornal do Século, 1903.

afirmação pois a ação policial, o higienismo e o tecnismo, foram os pilares da Reforma Urbana realizada no início do século XX no Rio de Janeiro, uma vez que

...todos nós sabemos que aquilo está erradíssimo, que os operários são espoliados, que o avança ali impera, que ali se faz alta engenharia...etc, etc. Uma coisa porém que o público ignora é que o regimen agora estabelecido, pelos mandões da obra colossal, é o pau, sim, senhores, do cacete. Falam do eng. Eugênio Dodsworth que na madrugada do dia 08/11, por volta de uma hora da manhã, chegou com uma turma de “homens (sessenta) seus”, bateu nos operários que trabalhavam na avenida, carregando cestas de barro”. Depois disso deu ordens de que nenhum trabalhador devia abandonar o serviço e saiu dizendo: “Hão de morrer todos”! (Correio da Manhã – notícia de 09/11/1904).

Como falar em transformar o Rio de Janeiro em uma cidade “civilizada” quando os trabalhadores são tratados dessa forma?

Além de denunciar a violência policial, a imprensa critica a prefeitura ao sinalizar ações truculentas da mesma, evidenciando assim que a remodelação da cidade do Rio de Janeiro induziu a coexistência complexa dos atores sociais que dela participaram, como por exemplo um engenheiro, Dodsworth, um técnico, que deveria primar pelo respeito aos trabalhadores, ao contrário utiliza “seus homens”, para agir com violência contra os trabalhadores da construção civil da reforma, atores ocultos pela propaganda da remodelação, mas que trabalharam nela, tratados, porém, com desrespeito e incivilidade, tendo seus direitos espoliados e tratados de forma opressiva e cruel.

Na intenção de construir uma cidade moderna e civilizada, além de liderar um plano de modernização da cidade baseado em desapropriações, remoções, expurgos e repressão a costumes populares, como o comércio de rua, as ações de Pereira Passos e dos técnicos que trabalhavam para esse fim como o médico Oswaldo Cruz, passaram a utilizar a higiene pública como a ideologia das transformações urbanas e elemento definidor do grau de civilização de um povo. Nesse sentido, sem nenhum esclarecimento à população, foi decretada a lei nº 1261, de 31 de outubro de 1904: a lei da vacinação obrigatória. Embora a lei não autorizasse expressamente a entrada nos domicílios para forçar a vacinação, o problema era como o Executivo colocaria em prática o projeto de imunização. Por conseguinte, de forma autoritária, os agentes sanitários foram autorizados a invadir residências para vacinar a população, gerando descontentamento e até mesmo atos de violência como o motim em 1904, contra um projeto excludente de cidade e nação (SEVCENKO, 1984, p. 11).

Tendo em vista as reflexões propostas, consideramos igualmente importante acrescentarmos a essa pesquisa dados do censo demográfico realizado em vinte de setembro de

1906¹⁹ sobre a população do Distrito Federal. Neste significativo documento podemos perceber algumas peculiaridades e parâmetros que revelam os contrastes sociais presentes no Rio de Janeiro ao término da Reforma Pereira Passos. Consoante o censo de 1906, o Rio de Janeiro possuía uma população de 811.443 habitantes. Comparado ao censo de 1890, quando a cidade abrigava 522.651 habitantes, percebemos que o número de cidadãos aumentou em 288.792 almas, isto é, 55,26% em relação à taxa de moradores contabilizada em 1890. Uma análise pormenorizada da situação sócio-econômica do Rio de Janeiro à época, aponta vários fatores que contribuíram para esse aumento demográfico da população carioca, entre eles a imigração, o aumento do número de empresas do Rio de Janeiro, entre outros aspectos (NETO, 2013, p. 217).

Porém, nossa intenção ao abordar os dados desse levantamento demográfico sobre a população da capital do Brasil refere-se em especial à população letrada. Uma análise significativa desses dados joga luz sobre determinadas especificidades dos habitantes do Distrito Federal, como por exemplo o ensino, nos revelando que em 1906, dos 811.443 moradores recenseados, 421.072 sabiam ler ou escrever e 390.371 não foram alfabetizados. Percebemos assim que, para cada 100 cidadãos, 51,89% pertenciam ao primeiro grupo e 48,11% ao segundo. É curioso observar como uma cidade caracterizada pela abundância de reformas urbanas, construção de grandes teatros (*O Malho*, 27/05/1905), buscando ser exemplo pedagógico de progresso, não se preocupou com a instrução da sua população. Que pedagogia do progresso é essa que não promove políticas sociais e não atenta para as necessidades educacionais do seu povo?

O aprofundamento dessas reflexões nos leva a olhar com descrença e suspeição para a pergunta inicial desse capítulo: O Rio Civiliza-se? Acreditamos que um projeto de civilização que exclui cidadãos e como bem demonstra Sevcenko (2010), destinado e às custas de quais sacrifícios e sacrificados, não pode ser considerado civilizador. Porém, entre vencidos e vencedores, cremos que os primeiros lutaram e é exatamente essa “corveia anônima” que pretendemos resgatar nesse trabalho, a história dos “vencidos”, dos que resistiram, dentro do espaço citadino e possibilidades que lhes eram permitidos pela elite dominante que, preocupada com a construção física e embelezadora da urbe carioca excluía esses mesmos “vencidos”, pois

Espremidos entre uma elite governamental partidária de um intervencionismo arbitrário e uma elite burguesa que não desejava tê-los a seu lado como verdadeiros cidadãos, os pobres, por meio de motim, da desobediência às leis, do proselitismo de

¹⁹ Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/. Acesso em: maio de 2025.

seus valores, revelavam à sociedade o seu inconformismo diante da tentativa de excluí-los do novo Rio que se estava construindo. Às reformas elitistas, respondiam com o seu avesso, habitando um espaço que não lhes tinha sido destinado, exercendo ofícios expressamente proibidos, praticando cultos que se queria desonrosos, permitindo-se a expansões de alegria que se tinha como indesejáveis. (PECHMAN; FRITSCH, 1985, p. 187).

Dessa forma pensar o ensino de História a partir do conhecimento e reflexão crítica sobre a história da sua cidade, permitirá a formação cidadã ativa, em que o mesmo, enquanto sujeito histórico, possui a consciência dos seus direitos, deveres e responsabilidades dentro da sociedade em que vive, uma vez que

O ensino de História que supõe a difusão de referências culturais e representações sociais é necessariamente constitutivo de identidades. [...] Trata-se de transmitir uma memória coletiva, alimentadora do passado e de inculcar as representações sociais legítimas (de fato aquelas que fundam o estado de direito republicano e democrático) (AUDIGIER, 2001, IN: SCHIMIDT & CAINELLI, 2007, p. 22).

2 QUE ENSINO QUEREMOS?

2.1 O ensino da reforma Pereira Passos nos livros didáticos

Considerado durante muito tempo (e ainda hoje há professores que o vêm dessa forma), o vilão do sistema educacional brasileiro o livro didático criado em 1838 desde a instituição da disciplina História, no Colégio Pedro II, vigora até hoje. Contudo, todos nós professores, sabemos das suas deficiências de conteúdo, erros conceituais ou informativos, além da alienação do trabalho do professor. Sob essa perspectiva Kazumi Munakata sublinha que “Uma posição prevalente durante muito tempo foi a de que o livro didático, seja pelo seu caráter de vulgarização, seja por ser veículo da ideologia (burguesa) ou produto da indústria cultural, era necessariamente ruim, o avesso da ciência, o que denunciava a precária formação de seus usuários os professores, que recorriam a ele como ‘muletas’” (2012, p.63).

Segundo o Banco de Teses da Capes, enquanto instrumento pedagógico o livro didático tem sido há algum tempo, um dos temas mais estudados no cenário da pesquisa educacional brasileira. Segundo Flávia Eloisa Caimi,

Durante muitos anos as análises acadêmicas sobre livros didáticos de História voltaram suas preocupações para dois principais aspectos: a falsificação e simplificação na abordagem dos conteúdos e a dimensão ideológica subjacente a tais falsificações e simplificações. Esses trabalhos, em geral, demonstravam a intencionalidade de apontar a presença/ausência de determinados conteúdos no livro didático de História (LDH), comparando sua abordagem com a produção historiográfica acadêmica, para concluir, não raras vezes, que o livro didático operava num contexto de simplificação, ideologização e omissão desta produção (2010, p. 102).

Ao longo da nossa vida docente, nós professores percebemos como as produções didáticas apenas relatam os conteúdos, de forma amorfa, sendo apenas um instrumento de uma ideologia, estereótipos ou cultura que, através dos seus textos e ilustrações, difundem os valores da classe dominante, de acordo com os preceitos da sociedade branca e burguesa. Tais veículos pedagógicos apenas transmitem os conteúdos curriculares sem criticidade ou sem procurar produzir no aluno um pensamento que vá além do que está nas entrelinhas do assunto ali relatado, como evidencia Circe Bittencourt

autores e editores ao simplificarem questões complexas, embora limitado por razões econômicas, ideológicas e técnicas, impedem que os textos dos livros, provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores (2002, p. 73).

Nesse sentido alguns professores o consideram um “mal necessário”, devido às condições difíceis de trabalho do professor em sala de aula, pois sendo um suporte de conhecimento que opera para além do espaço escolar, muitas vezes é o único material de leitura que chega à casa dos alunos. Todavia, a interpretação do livro didático como elemento com pouco ou nenhum valor educacional, vem sofrendo mudanças, em especial devido às ações avaliativas que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, tem realizado sobre a produção didática no Brasil e sua distribuição nas escolas. O PNLD, executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), órgãos responsáveis por mediar a relação entre o Estado e o mercado de livros didáticos, disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias de maneira sistemática, regular e gratuita. Neste contexto, a oferta dos livros didáticos distribuídos no país, é feita pela administração pública, através do PNLD, o que possibilita às classes populares o acesso ao mesmo de forma gratuita.

Participam do PNLD as escolas das redes de ensino públicas e as instituições federais que tenham aderido previamente ao Programa. Sendo um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo, atende a todas as etapas da educação básica: Educação Infantil e do Ensino Fundamental nos anos iniciais (1º a 5º ano) e finais (6º a 9º ano) e do Ensino Médio, tornando-se um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas beneficiadas. Na medida em que engloba todas essas etapas, o Programa é realizado alternadamente, isto é, anualmente um edital é lançado para aquisição de materiais para uma delas, bem como é aberto um processo de escolha, para que as escolas e os seus professores selecionem, as obras com as quais desejam trabalhar nos anos vindouros à escolha. O período de atendimento de cada uma das etapas da educação básica é de quatro anos consecutivos, pois acredita-se que, nesse tempo, o livro possa ser preservado fisicamente, manter-se atual em termos de conteúdo e beneficiar mais de um estudante.²⁰

A produção do livro didático, no cenário educacional brasileiro atual, abrange variados sujeitos sociais, tais como professores, estudantes e suas famílias, gestores educacionais, políticas educacionais públicas, mercado editorial, mídia, envolvidos em sua produção,

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-informacao/acoes/programas/programas-do-livro/pnld/> Acesso em: 08 de abril de 2025.

circulação e consumo. Dentro desse quadro percebemos a complexidade desse objeto cultural que “estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo” (APPLE, 1995, p. 85). A escolha dos livros didáticos pelos professores nas escolas é mediada, dentre outros elementos, pelo Guia de Livros Didáticos, documento originado do trabalho dos avaliadores das diferentes áreas e disponibilizado pelo FNDE às escolas cadastradas no censo escolar.

Vale acrescentar que o livro didático é um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Embora elaborado por uma equipe técnica responsável pela sua dimensão material, o livro didático enquanto mercadoria está associado ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista, pois como indica Circe Bittencourt,

A análise do discurso veiculado pelo livro didático é indissociável da análise dos conteúdos e tendências historiográficas de que é portador. É importante perceber a concepção de conhecimento expressa no livro; ou seja, além da sua capacidade de transmitir determinado acontecimento histórico, é preciso identificar como esse conhecimento deve ser apreendido (2008, p. 314).

Somada a esta reflexão, as produções didáticas, possuem um formato padronizado associadas à lógica da sociedade de mercado, na qual vivemos. Destacamos, porém, que as práticas de utilização do livro didático, não necessitam ser padronizadas, uma vez que o conhecimento contido no livro depende, ainda, da forma pela qual o professor o faz chegar aos alunos. Sob essa linha de pensamento cabe à nós professores, enquanto protagonistas desse enredo decidir a forma como esse material será usado. Esta é uma opção nossa, dos professores, responsáveis pelos procedimentos de uso do livro didático no cotidiano da sala de aula.

A visão dicotômica que classifica o livro didático como herói/ vilão, não oferece apoio ao trabalho do docente. A utilização criteriosa do livro didático deve ser feita considerando-o como ferramenta auxiliar, fonte de pesquisa, suporte pedagógico, na condição de coadjuvante, e não de protagonista. Sem jamais ser ressaltado como instrumento exclusivo e único de professores e alunos, o livro didático não pode e não deve ser o nosso único instrumento de trabalho no processo de ensino-aprendizagem escolar, outros materiais pedagógicos como filmes, vídeos, textos afins e escritos pelo próprio professor relacionados ao tema desenvolvido, devem fazer parte do nosso planejamento.

Cabe apontar que um “bom” livro didático, ou um livro didático “ideal”, parafraseando Rüsen (2011), torna-se de grande relevância para a tarefa pedagógica. Mas, como sublinha Erinaldo Cavalcanti (2016) “muito pouco servirá se não existir um professor ou professora com

formação docente apropriada e condições de trabalho que permitam o exercício docente de forma digna e adequada às exigências e à responsabilidade que a profissão requer” (p. 281).

Dessa forma, ao fazermos a escolha do livro didático a ser adotado, precisamos optar por materiais que privilegiem a reflexão crítica, com imagens e documentos que auxiliem a elaboração do conhecimento histórico, não se restringindo a funções meramente ilustrativas e/ou comprobatórias. No quesito das atividades o caminho deve ser aquele que seja condizente com as potencialidades dos alunos e o contexto sociocultural-cognitivo dos mesmos. Com interesse e comprometimento e pautados nas características do projeto pedagógico da unidade escolar, poderemos fazer escolhas que possam contribuir de forma significativa para o nosso trabalho, junto aos alunos em sala de aula.

Um outro aspecto a ser considerado relaciona-se ao fato de que embora o livro didático tenha um importante papel no processo de produção do saber escolar, o *modus operandi* através do qual professores e professoras atuam em suas salas de aula, a participação desses profissionais nos debates especializados sobre os mesmos é diminuta. Partindo da premissa de que “Escolher o que deve ou não ser ensinado é um ato político” (GABRIEL, MORAES, 2014, p. 28), parece-nos, portanto, necessário uma reformulação urgente sobre as discussões que embasam as produções didáticas nacionais, construindo condições para que o abismo entre a universidade, enquanto espaço de formação, e a educação básica, enquanto espaço, de atuação dos docentes seja apagado.

É importante salientar que ao criticarmos as concepções cristalizadas sobre um ensino de História desconectado da realidade do aluno e pautado na memorização, não significa abandonar os conteúdos, mas de reforçar sua relação com o presente. Quando o professor rompe com a “tradição” e apresenta proposições didáticas pautadas na interpretação, estabelecendo relações entre as temporalidades, os alunos passam a ter uma relação de diálogo da História ensinada com as questões do presente,

Não se trata de abandonar os conteúdos, mas de reforçar sua relação com o presente. Para que estudar a estrutura política do Egito Antigo e o papel do Faraó naquela sociedade que existiu há 5.000 anos? Em que pese o fascínio que os mistérios do Egito suscitam, para o aluno são nomes e categorias que em nada influenciam sua vida ou sua forma de pensar. Não faz sentido até que o professor estabeleça as relações entre as formas de exploração do trabalho, o poder teocrático ou a crença na vida após a morte, por exemplo, confrontando-as com as convicções presentes nas diversas culturas contemporâneas. Ao trabalhar privilegiadamente as rupturas e continuidades daquela história, esta mediação do professor pode ser capaz de levar o aluno a compreender o mundo atual e a si próprio como parte daquela história (COSTA, 2016, p. 18).

No que concerne ao tema da reforma Passos, ressaltamos a necessidade de problematização dos acontecimentos ocorridos a partir da ação dos agentes históricos envolvidos na mesma, entrelaçando saberes, descortinando horizontes mais amplos que fomentem nos alunos o exercício de um pensar histórico e crítico. É perceptível nas obras didáticas atuais uma outra visão sobre a reforma, fruto dos trabalhos historiográficos recentes sobre a mesma. Notamos assim que, embora tais produções ainda tratem os conteúdos a partir dos vencedores e não dos “vencidos” e das ações de resistência concretizadas por esses últimos, esses mesmos “vencidos” já estão sendo inseridos nas produções didáticas que analisamos nesta dissertação.

Antes de entrarmos mais detalhadamente na análise dessas produções, ressaltamos, que estes instrumentos mediadores do ensino-aprendizagem não são os únicos suportes do ensino, pois como afirma Ilmar Rohloff de Mattos, ao escrever “[q]ualquer que seja o suporte, qualquer que seja a referência dos textos que lhe são oferecidos, é ao leitor que parece caber o papel privilegiado, porque a leitura é sempre apropriação, invenção e produção de significados” (2006, p.10), sabemos, porém, que em muitas escolas, esse é o único aporte para o ensino e a aprendizagem, dentro da realidade brasileira. Conforme destacou Selva Guimarães (2012), é o segundo livro de maior circulação no país, ficando atrás apenas da Bíblia. Partindo dessas premissas e tendo como base o objetivo inicial ao analisarmos essas produções procuramos investigar qual abordagem os livros didáticos fazem sobre o ensino da reforma Pereira Passos. Como eles trabalham esse tema? O que apresentam e o que silenciam?

A partir da discussão aqui ensinada, selecionamos alguns exemplares das coleções de livros didáticos do PNLD, do 9º ano do Ensino Fundamental, para a nossa análise, quais sejam, **História** (Editora SM, 2012), **Projeto Araribá História** (Editora Moderna, 2014), também da mesma editora **Projeto Araribá História** (Editora Moderna, 2018), **Jovem Sapiens** (Editora Scipione, 2022), **Superação História** (Editora Moderna, 2022) **História** (Editora SM, 2022), **Jornada Novos Caminhos História** (Editora Saraiva, 2022) e uma do Ensino Médio: **História** (Editora Saraiva, 2010) e investigamos como dito acima, como o tema é tratado. Percebemos que nos livros mais antigos (2010 a 2014), o tema da Reforma é abordado de forma narrativa, como um processo de ações autoritárias e violentas, por parte do governo municipal. Todavia, esses exemplares (2010 a 2014), não apresentam nenhuma espécie de estratégia por parte dos moradores das edificações demolidas contra os desmandos que sofreram. Nessas produções didáticas a reforma é apresentada como se os agentes sociais que sobreviveram a violência destacada nas suas páginas, tivessem assumido um papel resignado e subordinado, de forma estanque e submissa.

Contudo, as produções mais recentes (2018 a 2022), apresentam o tema da reforma urbano-sanitária de Pereira Passos com alguma noção das contradições que a mesma operou na cidade carioca, mesmo que de forma superficial, uma vez que não destaca a resistência das classes populares. A obra didática **História** (Editora SM, 2022, p. 24 e 25), embora aborde o conteúdo sobre a tema de forma narrativa, ao final do texto afirma

Se uma parcela da população do Rio de Janeiro se orgulhava das novas paisagens, muitos criticavam as reformas, que dividiram a cidade em duas partes: uma europeia, para as elites, e outra suburbana, frequentada pelos mais pobres, isto é, negros, indígenas e migrantes (p. 25).

Em outra seção do livro à parte do conteúdo principal, intitulada Informação, os autores apresentam trechos da abordagem de Sidney Chalhoub no livro *Trabalho, Lar e Botequim* sobre a retirada de direitos da classe trabalhadora com a demolição de suas moradias,

Escondidos então por trás de uma política de planejamento urbano que visaria apenas ao “saneamento” e “embelezamento” da cidade [...] uma elite de empresários intimamente associada ao poder público coordenou um processo de urbanização que visava orientar a ocupação do espaço urbano de acordo com os imperativos da acumulação capitalista. [...] A administração de Pereira Passos [...] desencadeia um período bastante violento de reforma urbanística nas áreas centrais da cidade, temperado por arbitrariedades de toda ordem e demolidores golpes de picareta. Em apenas quatro anos, milhares de pessoas tiveram de deixar suas casinhas em cortiços ou estalagens e seus quartos em casas de cômodos, que foram desapropriadas ou demolidas por ordem da prefeitura. (1986, p. 90, 91 e 94).

Percebemos assim, nos dois trechos selecionados alguma preocupação em citar as arbitrariedades empreendidas pela reforma Passos, mas sem aprofundamento da crítica a essas ações ou a resistência da população desfavorecida aos atos que sofreram, caracterizando a mesma como passiva e vítima dos desmandos do poder público do Distrito Federal. Mais interessante ainda é observar como o texto de Chalhoub é colocado à margem, classificado como Informação, com caráter opinativo, apenas, sem qualquer exercício de reflexão ou crítica sobre as denúncias que o autor apresenta.

Na produção didática **Superação** (Editora Moderna), José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987, p.40-41), é citado ao afirmar que um dos objetivos da reforma Pereira Passos, foi realizar uma limpeza social, ao afastar do centro urbano carioca os grupos populares constituídos majoritariamente por pobres, ex-escravizados, doentes e moradores de rua, transformando as estruturas da paisagem urbana do Rio de Janeiro, impondo um novo estilo de vida e padrões estéticos à população. Porém, o livro cita a importante consideração do autor sobre o fato dessa mesma “limpeza” ter fortalecido a identidade carioca na medida em que esses

mesmos grupos preservaram e ampliaram seus hábitos e tradições através da Pequena África na qual “a cultura dos negros muçulmanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os ranchos carnavalescos e inventando o samba moderno. [...] Assim, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobreterrâneo da cultura das elites” (CARVALHO, 1987, p. 41). Enriquecendo o tema, o livro cita Lima Barreto e suas crônicas relacionadas às desigualdades sociais e ao desejo dos governantes de tornar as cidades brasileiras no mesmo padrão estético e urbanístico das grandes capitais europeias.

Uma das grandes contribuições que a disciplina de História realiza é a revisão dos conteúdos, através da desnaturalização do social, favorecendo a construção da memória e identidade dentro do ensino que pretendemos desenvolver. Os conteúdos selecionados e a abordagem dos mesmos possuem íntima relação com a formação cidadã que desejamos construir na educação básica. Estudar a reforma por um único ângulo, o da vitimização e subordinação, eliminando a subjetividade presente nas formas de resistência, apenas confirma a subordinação que tanto interessa à História oficial e elites governamentais. Todavia não é do nosso interesse apresentar as classes populares como “heroínas” diante das condições subalternizadas às quais eram submetidas. A origem da dominação subsiste tanto nas relações intrínsecas entre dominantes e dominados pois como afirma Nicholas Davies

A heroização do povo pode ser consoladora, mas não ajuda a compreender a realidade, e, portanto, a transformá-la num sentido favorável às classes populares. Ao contrário, pode ser tão mitificadora quanto a história tradicional, que enaltecia os “grandes homens” das camadas dirigentes (2009, In: PINSK, J. p. 52).

Nesse sentido a compreensão da realidade histórica pressupõe o compromisso com a transformação social, pois “Só uma história que se pretenda científica, sempre em busca da apreensão do real, pode servir autenticamente aos interesses populares” (DAVIES, 2009, In: PINSK, J. p.53).

Comumente, percebemos que os livros didáticos ao retratarem os conhecimentos históricos, os fazem dentro de uma visão estereotipada das classes subalternizadas, apresentando-as como vítimas passivas ou como supersticiosas e irracionais, como na Revolta de Canudos. É certo que tais visões influenciam os alunos, em especial os das classes populares, a se considerarem inferiores dentro da conjuntura social em que vivem. Cabe perguntar então, a nós professores como a compreensão das atuações das camadas populares podem contribuir para a mudança, para o compromisso com a transformação dessa mesma sociedade? Fica claro

que além de retratar a realidade em sua totalidade histórica, sem limitações a uma classe ou outra, precisamos desenvolver com os alunos reflexões que estimulem o mesmo a entender a participação popular no passado sem mitificações, em todas as suas marcas e contradições. No entanto, esse mesmo conhecimento histórico deve servir como uma ferramenta de atuação no presente do aluno, no sentido da luta por uma sociedade igualitária e justa. Nessa perspectiva, “sem a idealização ingênua (heroização), nem autodepreciação (a história do ponto de vista conservador) esse aluno estará apto a atuar de forma crítica como sujeito ativo da mudança social” (DAVIES, p. 53).

Assim, produções didáticas que promovam revisões e estimulem o pensamento crítico, apontando para a transformação são fundamentais para aprendizagens significativas, que estimulem a consciência histórica crítica por parte dos nossos alunos.

O livro didático **Jovem Sapiens** (Editora Scipione, 2022), por exemplo, ao abordar o tema da reforma Passos registra que

As reformas no Rio de Janeiro faziam parte de um projeto de “regeneração” da cidade, o qual, além de reformas urbanas e sanitárias, buscava a mudança nos costumes das pessoas. Além de uma capital moderna, as elites brasileiras desejavam que a população fosse civilizada”, comportando-se de acordo com os padrões europeus. Por isso, vários costumes e várias tradições considerados perturbadores da ordem, como a serenata e o jogo de capoeira, foram duramente reprimidos durante a Primeira República (p. 57).

Analisando o trecho acima, percebemos que não obstante a obra didática utilize os termos regeneração e civilizada, estes não são problematizados de modo a provocar nos alunos uma consciência crítica sobre a degeneração social que a reforma operou na vida dos cidadãos que habitavam a região do Centro do Rio de Janeiro dentro do contexto da reforma que ali fora concretizada.

Ainda dentro do estudo sobre a reforma os autores da obra declaram

Durante as reformas, muitos moradores pobres e pequenos comerciantes foram expulsos do centro da cidade, sem qualquer indenização ou um novo local para se fixar. As obras foram conduzidas de modo autoritário e com repressão policial, gerando grande insatisfação popular. Os pobres, afastados de suas residências, deslocaram-se até os morros vizinhos ou para os subúrbios, construindo moradias improvisadas que deram origem às primeiras favelas da cidade do Rio de Janeiro (p. 59).

É possível que os autores quisessem deixar registrado um posicionamento sobre a reforma realizada na cidade carioca. Porém, não houve um aprofundamento dessa reflexão junto aos alunos, especialmente em termos da resistência da população desfavorecida, o que

evidencia uma abordagem da História apenas pela ótica dos vencedores. Na seção Sujeito em Foco, o livro cita a crítica de Lima Barreto ao empreendimento e o motim da Revolta da Vacina, sem contextualizar o projeto urbanístico a partir do tema da resistência das populações desfavorecidas, que de acordo com as suas possibilidades lutou, seja através da afirmação da sua identidade cultural ou mesmo do motim. A produção didática menciona a Casa da tia Ciata, localizada na Pequena África, mas apenas dentro do conteúdo curricular pós-abolicionista. Citando um trecho da obra literária de Roberto Moura (1995, p.106) o material pedagógico destaca esse espaço como local de reafirmação da identidade coletiva dos afrodescendentes.

Dentro da renovação historiográfica atual sobre o tema, o livro didático **Projeto Araribá** (Editora Moderna, 2018), apresenta para o professor, como sugestão de Bibliografia o livro *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro* de André Nunes de Azevedo (2016).

Quanto ao livro do Ensino Médio **História** (Editora Saraiva, 2010) não há nesta obra didática o tema da reforma Passos, evidenciando o silenciamento e omissão sobre um tema tão importante à compreensão dos agentes sociais que atuaram na cidade do Rio de Janeiro no início da Primeira República brasileira. Desse modo fica evidente o grande problema de algumas produções didáticas que, selecionando os seus temas, propagam o aspecto seletivo e ideológico dos valores implícitos ou explícitos presentes nos conteúdos dessas produções didáticas. Sobre esse questionamento ressaltamos Jim Sharpe, em seu artigo *A História vista de Baixo* (BURKE, 1992), onde o autor trata a dificuldade dos historiadores em reconstruir a história das classes subalternas

Como abordagem a História vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como corretivo à História da elite, para mostrar por exemplo, que a batalha de Waterloo, envolveu tanto o soldado como o duque. A segunda é que oferecendo essa abordagem alternativa, a História vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica de uma fusão da História da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de História (SHARPE, 1992).

Pela análise das produções didáticas aqui elencadas, percebemos que o tema da resistência e da cidadania não perpassa nenhuma das propostas didáticas analisadas.

Diante dessa realidade percebemos que as opções e escolhas dos professores sobre o que ensinar ou como ensinar intervêm diretamente no tipo de ensino que ele deseja construir com o aluno. Uma prática pedagógica que incorpore a dimensão problematizadora dos conteúdos, despertando no aluno a capacidade de pensar criticamente, sendo instrumento de resistência e libertação dentro da sociedade desigual na qual vivemos ou uma educação engessada na legitimação dos poderes instituídos, mantendo-se em uma perspectiva

conservadora dentro da coletividade a qual pertence. Desse modo, a depender do viés adotado pelo professor, ele pode legitimar ou transformar, os temas curriculares. Essa consciência e percepção críticas, são de suma importância para marcar diferentes encaminhamentos dos temas desenvolvidos junto com os alunos em nossas salas de aula, pois de acordo com Ana Maria Monteiro

Para isso contribui o ensino da História que traz subsídios do conhecimento histórico para auxiliar a construção e reconstrução da memória que possibilita aos indivíduos estabelecer relações afetivas com a cidade e o país onde vivem, compreendendo como a sociedade em que vive foi construída através do tempo, tendo uma história com continuidades e descontinuidades, mudanças, transformações. Além do mais, incorporam contribuições e informações que fortalecem lutas e demandas sociais (2007, p.19).

Cabe salientar, porém, que, em muitas escolas o livro didático talvez seja o principal instrumento de trabalho de inúmeros professores e professoras, exercendo uma significativa influência no exercício docente do ensino de História, podendo ainda, marcar de forma decisiva a forma como as crianças e jovens irão realizar suas leituras interpretativas de si, da sociedade na qual está inserido e das demais. É preciso destacar, porém, que a participação do professor nos debates sobre a produção desse material continua sendo bem pequena, tornando a utilização do mesmo bastante complexa.

Dentro desse contexto, é tarefa nossa como professores, o desafio de ir além das páginas da produção didática à qual o aluno tem acesso, utilizando uma metodologia que possibilite não somente a leitura, mas também a interpretação despertando o sentido crítico-histórico do conteúdo curricular em estudo, problematizando os conteúdos e tratando também o livro didático como objeto de investigação.

2.2 Cidadania e resistência no ensino da reforma Pereira Passos

Sabemos que ao longo do século XX essa política de remoções de moradias teve impactos significativos na vida do cidadão carioca, violando direitos e provocando rupturas, sendo na verdade parte do processo da lógica do capitalismo urbano, presente na memória da cidade do Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. E como afirma Mário Brum “Uma memória dos tempos em que o Estado foi executor de uma política estigmatizante e segregacionista de imensa parcela da população da cidade”. (2007, p. 308).

Uma História plural que estimule o aluno a identificar-se enquanto sujeito histórico-social, percebendo os processos de rupturas e permanências em seus espaços de convívio, é fundamental para a formação da sua habilidade de pensar historicamente e agir nas demandas cotidianas presentes nos espaços sociais em que está inserido de forma crítica e cidadã.

Para Miranda e Blanch (2013), “a cidade se constitui como um espaço aberto à problematização do presente, à contestação da vida, à reflexão acerca da pluralidade das experiências humanas e marcas temporais que não são dadas no presente” (2013, p. 67). A questão do abuso contra os trabalhadores, é um problema que persiste até hoje na sociedade brasileira ainda mais no contexto atual, marcado pela crise econômica, agravado pelo fato de que muitas vítimas não denunciam por medo de perder o emprego.

Considerando que problematizar o presente representa o ponto central para o desenvolvimento de uma abordagem historiográfica da cidade, até mesmo porque o próprio ensino de História busca esta problematização, a proposta pedagógica deste trabalho pretende uma interação contínua entre presente e passado. Esse interligar do olhar entre tempos e espaços, fugindo da concepção de uma História positivista, pronta, acabada, questiona a construção de uma cidade “civilizada”, mas que maltrata os operários que nela atuaram. Através dessa interligação a discussão e a conscientização sobre as ações de abusos, como assédio moral, que ocorrem no Brasil atual, promovem o tom dinâmico tão necessário ao ensino da História.

A transformação urbana realizada na cidade se fez em meio a presença de uma cultura popular, além de uma população expressiva de ex-escravizados vivenciando e expressando a sua cultura africana. Essa dualidade, entre o europeu e o africano, expressa o cenário social e político onde a Reforma Passos foi concretizada, tornando evidente, pelo perfil social da cidade aqui exposto, que os conflitos seriam inevitáveis, uma vez que, nesse período, a cidade do Rio de Janeiro

era palco de lutas e conflitos étnicos e nacionais, conflitos que contribuíam para fortalecer a nova ordem que estava sendo gerada pela produção gradual da cidade nos quadros do capitalismo nos finais do século XIX e início do século XX (CHALHOUB; RIBEIRO; ESTEVES; p. 96. 1984/1985).

Contudo, se por um lado essa sociedade reprodutora das desigualdades, buscava construir através dos seus discursos de “nacionalização” e “modernização” uma “Europa possível”, a expressiva população de cultura africanizada presente no Rio de Janeiro, revelava

a fragilidade desse projeto, tendo em vista as implicações que a “Pequena África” e a forte predominância de sua cultura popular imprimia ao cotidiano carioca, pois sendo uma

Cidade administrativa e política, de base escravista, o Rio sofre influência marcante da cultura africana. Em meados do século XIX, a população escrava chega a representar mais da metade da população da corte, enquanto na cidade de São Paulo o contingente de escravos não chegava a atingir 9% da população (Dias, 1985).

Além do que

Uma elite que procurava se identificar com a modernidade, a civilização e o progresso, defendendo valores igualitários e liberais, não pôs fim às hierarquias e aos privilégios. Adotou uma política não dialógica para realizar as reformas urbana e sanitária que, a seu ver, se faziam necessárias (SILVA, p. 441, 2019).

Tais articulações nos permitem conferir essa ambiguidade de mundos impulsionando a associação entre espaço e identidade cultural presentes na cena carioca. Pois se de um lado a ordem dominante tenta implantar uma ideologia e cultura europeia e artificial e lacunar, os excluídos criam suas próprias estratégias de sobrevivência e resistência através dos seus próprios canais de integração e identidade cultural.

Desta forma o projeto urbanístico-social e saneador que foi realizado não consegue integrar os diferentes grupos sociais que compunham a cidade do Rio de Janeiro. Porém, é importante enfatizar que uma sociedade extremamente fragmentada cria seus próprios canais de integração à margem da vida política tradicional. E é por meio das suas vivências e experiências cotidianas, que os habitantes constroem a cidade. Lima Barreto através de um dos seus personagens pronuncia uma frase bem significativa a esse respeito “A cidade mora em mim e eu nela” (BARRETO, 1919). É exatamente esse entrelaçamento, que se configura na memória afetiva, que impulsiona o protesto e a resistência por parte dos excluídos, em relação ao projeto urbanístico que procurava modernizar a cidade.

Diante do exposto, refletir e problematizar junto aos alunos, sobre como as transformações urbanas da reforma Passos afetaram e impactaram negativamente a vida dos cidadãos, sobrepondo-se aos seus direitos, como a liberdade de manifestação, de estabelecer as suas próprias regras de convivência, independente da classe social em que estejam inseridos, constitui-se em significativa tarefa para o ensino deste conteúdo escolar.

No livro *O saber histórico em sala de aula*, Circe Bittencourt afirma que os fatos históricos são resultado das construções coletivas dos indivíduos em sociedade, relacionando o

ensino de história e a cidadania. Neste sentido a autora destaca o protagonismo do aluno nesse mesmo ensino. Como afirma a autora

Para a maioria das propostas curriculares, o ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive. As introduções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática (2002, p. 19).

Nessa perspectiva, a visão educacional do aluno como sujeito do seu conhecimento, têm por finalidade básica a construção de uma postura investigativa e crítica por parte dos estudantes do conhecimento que lhe é oferecido, dando-lhe condições de pensar historicamente e de reconhecer-se como sujeito ativo na sociedade em que vive.

Mediante essas reflexões é preciso considerar que nós professores de História, devemos pautar a nossa prática na busca por um ensino mais significativo, problematizando os conteúdos a partir das especificidades que produção do conhecimento histórico requer.

Elucidar os aspectos em que a cidadania foi influenciada, sobretudo nos direitos sociais, no ir e vir, na liberdade de expressão e na manifestação das práticas culturais na cidade, no período da reforma urbanística do Rio de Janeiro constitui um dos temas principais dessa Dissertação. Sob esse viés interpretativo, consideramos importante apresentar as fases de construção desse conceito na História da Humanidade, para melhor compreendermos como ele foi afetado pelas ações políticas no início do século XX.

Diante dessa reflexão nos indagamos sobre: o que seria pensar em cidadania? Que conceito, isto é, que instrumento de interpretação devemos eleger sobre o termo em relevo, uma vez que, no universo acadêmico, variadas são as suas interpretações?

No intuito de clarificar esses questionamentos, parece-nos, necessário começar da origem, ou seja, da etimologia do vocábulo em destaque. Por conseguinte, o termo cidadania oriundo do latim *civitas*, teve na Grécia antiga o ponto de partida para a sua conceituação, pois o mesmo pressupõe o encontro político entre a cidade e o seu território na polis ou Estado. A expressão *polis*, que daria origem à palavra política (politikos: adjetivo que queria dizer “relativo à ‘polis’” - BOBBIO, 1990: 954), designava ao mesmo tempo a cidade, seu território, e o poder político da mesma, o Estado, de tal modo que um não era concebido sem o outro.

Todavia, na Grécia antiga, cidadão era somente o indivíduo que possuía poder político, julgando e exercendo funções ou cargos públicos e tendo o poder de escolher representantes nas assembleias, condição da qual as mulheres, escravos e os metecos eram excluídos. Assim,

de acordo com a estrutura social grega nascer em uma cidade não significava ser cidadão na mesma, o que revela o caráter seletivo do exercício da cidadania naquele espaço geográfico. Além do que, o cidadão de uma certa cidade, somente poderia exercer os seus poderes no território circunscrito àquela *polis*, ficando evidente a associação da condição de cidadão ao pertencimento a uma comunidade, geograficamente demarcada pela *polis*.

Marcando a identidade individual e os interesses coletivos da comunidade “O cidadão adere às finalidades e às regras da cidade, o que lhe vale dispor de prerrogativas, direitos e deveres que lhe conferem um direito de cidade” (LE PORS, 1999, p.3). Ao longo da História, verificamos que o conceito sofreu e ainda hoje, sofre variadas formas, demonstrando possíveis interpretações a seu respeito, uma vez que o mesmo está atrelado às ações e transformações sociais inerentes aos sujeitos dentro de seu tempo e conjuntura histórica.

A partir das reflexões aqui expostas, entendemos que, mesmo com a sua ampliação, em um sentido abstrato e múltiplo, ao longo da História, a cidadania esteve e está, mesmo na atualidade, associada à cidade e à noção de pertencimento à mesma. E é esse o espaço por excelência, delimitado politicamente dentro da rede de lugares que o compõem, que a cidadania assume a sua dimensão mais concreta e cotidiana, pois “é nas cidades e nos seus lugares, mais especificamente, que os direitos, sob a forma de leis, aparecem de forma palpável e contraditória, decodificando-se em normas e posturas que regem a vida urbana” (OLIVEIRA, 1999).

Neste ponto de reflexão interessa-nos sobretudo destacar o papel da escola enquanto espaço, onde a cidadania possui sua ampla expressão, em seus fins e objetivos, contribuindo como uma das principais agências de socialização de crianças e jovens. Na esteira dessas análises, destacamos outra expressão muito comum presente no currículo do ensino de História, qual seja, “formar cidadãos críticos”, proposta interessante no sentido da superação do ensino engessado dos conteúdos escolares que ainda perdura na educação básica atual. Não obstante, cabe aqui indagar o que seria formar um cidadão crítico? Seria tão somente e apenas, estimular esse aluno a criticar as situações sociais injustas presentes na sociedade atual ou além disso, buscar alternativas dentro do seu campo de possibilidades para superá-las? Nesse ponto a afirmação de Circe Bittencourt ilumina as nossas reflexões,

Para a maioria das propostas curriculares, o ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive. As introduções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como

agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. (2004, p.121).

Acreditamos assim, que esse deve ser um dos objetivos do ensino de História, ou seja, a formação de alunos que se sintam protagonistas da sua História e da sociedade que o envolve, enquanto agente transformador da mesma, exercendo plenamente a sua cidadania.

Um segundo aspecto a considerar nos remete a ideia de que embora existam variadas atitudes que garantem a prática da cidadania, não há como negar que a cidadania hoje aponta fundamentalmente para o relacionamento entre a sociedade política e os seus membros. Por esse ângulo, optamos como base para a nossa investigação o conceito de cidadania que segundo Corrêa (2002, p. 217) “significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida”.

A esse respeito é importante destacar que a cidadania só se constrói plenamente quando os cidadãos participam coletivamente das decisões que afetarão seus próprios destinos, o que não ocorreu na reforma engendrada no Rio de Janeiro no início do século XX. Os agentes históricos socialmente menos favorecidos que a vivenciaram, foram desvalorizados e desrespeitados em suas manifestações identitárias culturais e plurais, nas suas relações intersubjetivas em seus locais mais próximos, já que

[...] espaço público não é território, na acepção geográfica de localização e delimitação, mas antes de mais nada um conceito jurídico e político [...] O espaço público... resulta da ação de seus membros. Portanto Cidadania é fundamentalmente o processo de construção de um espaço público que propicie os espaços necessários de vivência e de realização de cada ser humano, em efetiva igualdade de condições, mas respeitadas as diferenças de cada um (CORRÊA, 2002, p. 221).

Além da cidadania outra contribuição teórica e conceitual importante para o estudo aqui realizado refere-se ao tema da resistência, entendido aqui, não somente no sentido da revolta, posto que o estudo irá tratar sobre a Revolta da Vacina, já que este é um fato histórico intrínseco ao trabalho a que nos propomos. Mas, analisar a resistência como estratégia utilizada, durante a reforma, pelos agentes históricos menos favorecidos economicamente, para lutar, a partir do espaço de possibilidades que possuíam, contra as situações injustas às quais eram submetidos. Entendemos assim esses agentes, não como indivíduos passivos da realidade desigual da qual faziam parte, mas como elementos ativos dentro do campo social que lhes era permitido, pois como afirma Silva na vida cotidiana o ato de resistir nem sempre se configura em grandes revoluções ou grandes mobilizações (2019, p. 410).

Sob esse aspecto a contribuição de Bosi, oferece ainda mais legitimidade ao tema ao afirmar que

Resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é de/sistir.

Compreendemos assim, a partir dos conceitos aqui explicitados, ou seja, a cidadania e a resistência, como os setores populares, no desejo de fugir da condição de semicidadãos que lhes era imposta pelo poder público, utilizaram as estratégias a eles disponíveis para resistir a essa condição, lutando por seus direitos e com os recursos a que tinham acesso. Evidenciamos ainda que, por mais que os agentes do poder público da Primeira República quisessem homogeneizar socialmente a população carioca e excluir do imaginário urbano os elementos populares, no intuito de europeizar a cidade, suas tentativas foram frustradas.

Mediante tais reflexões não nos resta dúvidas de que a população desfavorecida resistiu e as formas dessa resistência e as estratégias de sobrevivência dos grupos subalternizados, estão impressas nas manifestações de resistência como a favela e a Revolta da Vacina uma vez que

Espremidos entre uma elite governamental partidária de um intervencionismo arbitrário e uma elite burguesa que não desejava tê-los a seu lado como verdadeiros cidadãos, os pobres, por meio de motim, da desobediência às leis, do proselitismo de seus valores, revelavam à sociedade o seu inconformismo diante da tentativa de excluí-los do novo Rio que se estava construindo. Às reformas elitistas, respondiam com o seu avesso, habitando um espaço que não lhes tinha sido destinado, exercendo ofícios expressamente proibidos, praticando cultos que se queria desonrosos, permitindo-se a expansões de alegria que se tinha como indesejáveis. (PECHMAN; FRITSCH, 1998).

Uma forma de habitação popular muito comum na Primeira República no Brasil, era o cortiço. Nesse local, geralmente ocupado pelos pobres e ociosos, era um espaço de habitação coletiva e por isso mesmo propício às epidemias, sendo então alvo das autoridades sanitárias. Nesse contexto, essas mesmas autoridades organizaram ações de destruição dessas habitações, terminando com a destruição do maior deles, o Cabeça de Porco, ação realizada pelo prefeito Barata Ribeiro no fim do século XIX (VALLADARES, 2000, p. 6-7). Nesse sentido Lílian Fessler Vaz afirma que “o discurso de higiene disseminou a condenação das habitações populares coletivas (insalubres ou não), fazendo abstração das más condições de higiene que imperavam igualmente nas moradias não populares, nas fábricas, escolas, quartéis, etc” (1994, p.584). Não podemos deixar de registrar que no bojo dessa demolição estava a tentativa de

exclusão das identidades culturais dos moradores dessas habitações. Na esteira desses questionamentos cabe destacar que ainda hoje essas ações se configuram e se multiplicam pela ausência de políticas públicas para acesso à moradia e, ainda, pela inexistência de ações governamentais de planejamento urbano e territorial. No contexto dessas reflexões queremos ressaltar a importância da consciência cidadã que uma educação na/pela cidade se configura, estimulando os alunos a lutar pela transformação desse quadro social através uma cidadania ativa e plural que reivindique das autoridades, políticas e ações a transformação do cenário atual.

Chalhoub, destaca a intensa perseguição às habitações populares tanto no final do Império como nos primórdios do regime republicano. A visão que permeava a elite carioca no final do século XIX e igualmente vigente no pensamento de autoridades policiais e políticas no início do século XX, era a de que esses espaços, constituíam-se em “terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos” (1996, p.29). O autor apresenta ainda a ideia de que os pobres que habitavam esses locais eram vistos por esses grupos como pertencentes às “classes pobres ou viciosas” ou “classes perigosas”. A associação entre pobreza e “perigo”, na qual todo pobre - mesmo que nunca tivesse cometido algum delito - era visto como um potencial criminoso, era comum. Vemos aqui o estigma e a suspeição que permeava a existência e as moradias das camadas populares, vista como “classes pobres”. Chalhoub destaca visão da comissão parlamentar encarregada de encaminhar o projeto de lei sobre a ociosidade

O primeiro enigma a decifrar é se os nobres deputados, ao utilizarem a fórmula “classes pobres e viciosas”, pensavam que as palavras “pobres” e “viciosas” significavam a mesma coisa: neste caso todos os pobres seriam viciosos. Casos esses termos não apareçam como sinônimos, ficaríamos com a possibilidade de termos “bons” pobres – honestos, trabalhadores – e pobres viciosos – aqueles que seriam membros potenciais das classes perigosas (p.21/22).

Sobre o Cabeça de Porco, Chalhoub argumenta como o conceito de “classes perigosas” esteve associado à violência na demolição do cortiço, o que segundo o autor não configurou “um ato isolado, mas um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde meados na década de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas” (1996, p. 25). O autor argumenta ainda que no final do século XIX, o Cabeça de Porco foi um importante espaço no contexto da luta e resistência contra a escravidão, o que possivelmente justifique a truculência empregada pelas autoridades policiais contra os mesmos, na “tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos” (p. 25/26). Vemos assim que a visão generalizada de suspeição

diante dessas moradias e de seus habitantes, era na verdade, o desejo da elite e das autoridades políticas de dismantelar qualquer possibilidade de organização das camadas populares de lutar por seus direitos dentro de uma sociedade pós-escravista e discriminatória.

Outra contradição que percebemos no discurso das autoridades à época é a de que se a destruição dos cortiços, moradias consideradas insalubres, era uma medida para sanear a cidade, tais ações impulsionaram a população mais pobre a construir suas moradias em favelas sem as mínimas condições de higiene, ou seja, sem água encanada, sem rede de esgoto e por isso mesmo expostos à várias doenças.

Contudo, fato é que o combate a essas habitações coletivas agravou o déficit habitacional, o que contribuiu para o crescimento das favelas (SANTANA; SOARES, 2009), pois muitos dos seus moradores se deslocaram para os morros e suas encostas, construindo precárias moradias. Nesse sentido, a consolidação das favelas no tecido urbano carioca passou a designar um termo genérico em referência às aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, localizadas, em geral, em encostas (ABREU, 1994) definindo uma nova forma de habitação e uma solução para o problema habitacional da população pobre.

No contexto da reforma implementada, outra alternativa encontrada pelos trabalhadores foi a de se dirigir para o subúrbio, na busca por residências mais baratas, pois além de terem suas casas demolidas, o preço dos aluguéis no centro subiu consideravelmente “Em geral, a população que se dirigiu aos subúrbios foram os segmentos de classe média com empregos estáveis, tal como os militares” (BENCHIMOL, 1992). Porém, as que permaneceram no centro foram as que viviam do trabalho informal, tendo uma condição de vida mais humilde.

As transformações urbanas não afetaram somente as residências dos moradores pobres, mas também suas fontes de renda. Grande parte dos trabalhadores eram vendedores ambulantes ou mesmo prestadores de serviços e morar no centro era condição importante para a sua própria sobrevivência, pois o trabalho deveria ser procurado diariamente (ABREU, 2003).

Além do que outros fatores contribuíram para dificultar a vida dos moradores e trabalhadores no centro posto que

A valorização e especulação com o solo elevando o preço dos aluguéis, os novos impostos que acompanhavam o fornecimento e serviços como iluminação elétrica, calçamentos modernos, água, esgotos; a legislação municipal estabelecendo restrições e normas arquitetônicas para as construções urbanas; a proibição do exercício de determinadas profissões ou praticas econômicas (como a criação de animais domésticos, o plantio de hortas) ligadas a subsistência das famílias trabalhadoras... tudo isso atuava, indiretamente, como poderosa força segregadora, revolvendo, sobretudo, área central da cidade (BENCHIMOL, 1992, p.287).

As reformas urbanísticas e demolições realizadas, longe de melhorar a crise habitacional, só a agravaram gerando um grande número de desabrigados que do dia para a noite encontraram como soluções, a transferência para bairros mais afastados, a aglomeração nas habitações coletivas remanescentes ou a construção de suas moradias em áreas desvalorizadas como as encostas de morros, intensificando assim o processo de favelização. E mesmo as casas construídas para os operários pelo poder público, apenas 120 (*Jornal do Commercio*, 18/06/1905), além de não resolver o problema habitacional, só ficaram prontas em 1908, dois anos após o término da reforma Passos (LOBO, 1989, p.81).

Toda essa tentativa de separar as classes dentro do espaço urbano carioca através das transformações arquitetônicas, não ocorreu, contudo, da forma esperada, pois

A cidade, agora reformada e moderna, continua sendo marcada pela diferença. O espaço não foi moldado de maneira definitiva pelos urbanistas, visto que a leitura dos espaços feita pelos usuários não é a mesma que a realizada por seus criadores, nem os usuários do espaço o percebem de maneira igual (SILVA, 2019, p.415).

A Avenida Central por exemplo, embora tenha sido remodelada para ser um padrão de civilização e representação da elite, foram os pobres que se reapropriaram desse espaço, fosse através do comércio ambulante, das festividades e das manifestações, visto que “A rua acabou não sendo um espaço onde se pudesse praticar o exercício da segregação, boa parte da fruição da cidade do Rio de Janeiro é gratuita e democrática, mesmo diante de todo o esforço por uma exclusão das camadas populares” (PEREIRA, 1992).

A Revolta da Vacina, iniciou-se no Rio de Janeiro em dez de novembro de 1904. À época, a cidade carioca passava por graves problemas urbanos: precário sistema de água e esgoto, lixo na rua, habitações populares insalubres e superpovoadas, um ambiente ideal para a proliferação de doenças como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola.

Na tentativa de acabar com esse difícil quadro epidemiológico, Rodrigues Alves convocou o médico sanitário Oswaldo Cruz, para conduzir um plano de saneamento e higienização da cidade. Contudo, a população não foi esclarecida sobre a importância da medida, desconhecendo os efeitos da vacina e por isso mesmo temendo-os. Nesse contexto, jornais de oposição noticiavam casos de efeitos colaterais possivelmente causados pela vacina. Além disso tudo, existia a exposição e manipulação de partes íntimas do corpo feita por estranhos, numa época em que certas partes do corpo não eram sequer mostradas em público (SEVCENKO, 2010). Em 19 de agosto de 1904, o jornal *Correio da Manhã* criou uma coluna fixa denominada ‘Contra a vacinação obrigatória’. Nesse espaço do noticiário eram veiculadas

as opiniões de sumidades médicas, filósofos, estadistas, filantropos, entre outros, procurando através da voz de pessoas de renome social imprimir credibilidade à informação veiculada e induzir a população carioca a acreditar nas mesmas. Nessa mesma edição do jornal o artigo de abertura afirmava

WILLIAM EWART GLADSTONE, NASCIDO EM 1809, falecido em 1898. Estadista. Considero as medidas penaes e compulsórias, quaes as do acto da vacinação, com desconfiança e mau pressentimento; o fosse eu incumbido de prestar informações a respeito, havia de exigir, antes de outorgar-lhes o meu assentimento, provas mui evidentes da sua necessidade.” Letter to Mr. Henry Pilman, dated April 17, 1876. (*CORREIO DA MANHÃ*, 19 de agosto de 1804).²¹

Percebemos então, como os jornais à época da Revolta da Vacina, enquanto veículo de comunicação de massa e possuindo um papel fundamental na circulação de informações assumiu um caráter intermediador entre a ciência e a população. É preciso considerar ainda que embora em 1900 80% da população carioca não fosse alfabetizada (BARBOSA, 2013), as imagens nos jornais contribuíram significativamente para a insegurança da população em relação à vacina, pois as charges da época retratavam pessoas com chifre e cabeça de vaca no rosto e no braço, apontando que a vacina poderia causar mutações em quem a recebesse. Considerando o diálogo entre as temporalidades históricas (BLOCH, 2001, p.43), conceito já destacado neste trabalho, não poderíamos deixar de destacar o contexto pandêmico que vivenciamos a partir da vacinação contra o coronavírus a partir de 2020 e a propagação das notícias falsas, as chamadas *fake news* divulgadas pelas redes sociais sobre a mesmas. À época do contexto pandêmico circularam informações falsas semelhantes às do período da Revolta da Vacina como a que citaremos a seguir

A vacina contém uma proteína spike chamada sincitina-1, vital para a formação da placenta humana em mulheres. Se a vacina funcionar de modo a formarmos uma resposta imunológica CONTRA a proteína spike, também estaremos treinando o corpo feminino para atacar a sincitina-1, o que pode levar à infertilidade em mulheres por um período não especificado [...] (LUPA, 2022, c).²²

Contudo, a investigação realizada pela agência Lupa informou que até aquele momento não havia evidências científicas que comprovassem que a proteína spike, presente no

²¹ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 9 de junho de 2025.

²² lupa.uol.com.br/jornalismo/categoria/Covid-19.

coronavírus era usada como base na fabricação da vacina contra a COVID-19, sendo que a sincitina-1, é uma proteína produzida pelo próprio corpo humano (LUPA, 2022, c).²³

Tais discursos veiculados sob um verniz de legitimidade, continham na verdade o vírus da desinformação, estimulando as pessoas a não se vacinar. Sobre essa associação Silva, Teles e Andrade afirmam

A disseminação de informações falsas e equivocadas e sem cunho científico é um dos principais pilares desses movimentos, acarretando medo na população. Os mais atingidos por esses movimentos são as regiões de pobreza e que possuem dificuldade de acesso aos serviços de saúde (2020, p. 490).

A esse respeito é preciso enfatizar o papel crucial do ensino de História. Cabe a nós professores estimular o aluno a busca pela veracidade das informações veiculadas, contextualizando-as historicamente e promovendo assim uma leitura crítica das mídias. Dialogando com a Revolta da Vacina e respeitando as particularidades de cada temporalidade, é possível refletir junto aos discentes como a manipulação da informação e a construção de narrativas falsas sempre existiram, desde os tempos antigos até a atualidade. Sob esse ponto o planejamento das aulas com essa intencionalidade “possibilita uma conscientização e o desenvolvimento de uma autonomia crítica do aluno/cidadão frente aos meios de comunicação que de repente sozinho, ele não conseguisse desenvolver” (CANZIANI), 2004, p. 54). E é exatamente essa conscientização que permite a função educativa do ensino de História com a formação de uma cidadania democrática dos jovens cidadãos.

Em nove de novembro de 1904, Oswaldo Cruz, implementou o plano de vacinação obrigatória, gerando forte reação por parte da população, da imprensa e da oposição parlamentar, culminando na Revolta da Vacina, ocorrendo em grande parte na área central da cidade, sobretudo nos bairros da Gamboa e da Saúde.

No dia dez de novembro, ocorreram os primeiros choques entre a população e a polícia, que reprimia com vigor os distúrbios (PEREIRA, 1992). Revoltada, a população foi às ruas em protesto contra a medida, enfrentando a Polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros, visto que somente a força policial não conseguia dar conta da revolta.

O método de vacinação era considerado violento, a vacina e seus aplicadores pouco confiáveis. Em geral, os opositores da campanha de vacinação contra a varíola reconheciam a utilidade da vacina, apesar de não concordarem com a caráter compulsório e com suas formas de aplicação (SEVCENKO, 2010).

²³ *Ibidem*.

Em dezesseis de novembro de 1904, a obrigatoriedade da vacina foi revogada, demonstrando a força da população. Não sabemos precisamente as estatísticas sobre o conflito, certamente saíram muitos mortos e feridos. Porém, o relatório do chefe de polícia aponta que 945 pessoas foram presas, sendo 461 deportados para o Acre e 484 soltas. Para o exterior foram deportados, por sentença 7 estrangeiros. Sobre os mortos e feridos à época o Jornal do Comércio publicou um levantamento por ocupação dos mortos e feridos, 70,6% dos operários foram feridos e 85,7% mortos. Já entre os estrangeiros foram feridos 27,5% e mortos 31,8% (CARVALHO, 2004, p. 117/ 118).

Contudo, a lei reuniu forças sociais díspares contra o governo, culminando em duas revoltas superpostas, mas de naturezas diferentes, denominada pela historiografia como Revolta da Vacina. Para Boris Fausto, a Revolta da Vacina foi um exemplo de protesto policlassista (BENCHIMOL, 1992). Embora a motivação imediata da Revolta da Vacina fora o decreto de vacinação obrigatória contra a varíola, havia por trás da insurreição um pretexto político, a oposição política, composta por dois grupos, os republicanos, os jacobinos (referindo-se aos civis) e florianistas (referindo-se aos militares), já vinham se articulando para tomar o poder e refundar a república.

Na intenção de um projeto político próprio esses grupos utilizaram a insatisfação da população e incentivaram a imprensa impulsionando a revolta através de seus veementes discursos, na tentativa de liderar o movimento. A data escolhida para o golpe foi 15 de novembro, data do aniversário da república e na qual haveria um desfile militar. Contudo, devido à insurreição popular, o desfile foi cancelado (SEVCENKO, 2010, p. 43).

Em quatorze de novembro, tendo seus planos abalados, marcharam até o Catete, com o objetivo de depor o presidente e estabelecer um novo regime, segundo o modelo positivista. Sabedor do plano, o governo reforçou sua sede administrativa e a tentativa de golpe frustrada. Em síntese: houve tanto um motim popular quanto uma sedição militar (SEVCENKO, 2010, p. 43-46).

Perante o exposto fica claro que mesmo manipulada para participar da revolta, a população também tinha interesses direcionados às reivindicações do motim, pois de ser contra a lei da vacinação obrigatória, sua participação revelava uma insatisfação com todas as transformações que se concretizava na vida da cidade e da população. Nas palavras de Sevcenko “A revolta não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação” (2010, p. 93).

Durante a Revolta da Vacina a ação policial foi intensa e direcionada não somente às pessoas que participaram do movimento, mas também aos sem documento, aos sem emprego,

enfim aos pobres em geral, demonstrando assim, que o importante não era investigar os suspeitos ou prender os acusados, mas utilizar o movimento para expurgar da cidade a turba que incomodava a elite e a classe política.

No processo de apuração dos suspeitos detidos, a violência física era sumariamente praticada, pois os corpos dos acusados eram marcados (SEVCENKO, 1984, p. 98/107), sendo ainda “como uma ficha criminal gravada no próprio corpo dos detidos, que poderia ser consultada para identificá-los a qualquer momento, bastando para isso desnudá-los” (SEVCENKO, 1984, p. 107).

A composição social dos participantes da revolta era em sua maioria baianos (VELLOSO, 1990), sendo o estivador e capoeirista José Horácio da Silva, mais conhecido como Prata Preta, seu personagem mais expressivo. Prata Preta lutou até os últimos dias na Revolta da Vacina, sendo, segundo a imprensa, necessários cinco homens para prendê-lo. Porém, não sabemos ao certo que destino ele teve (SEVCENKO, 1984, p.27).

Estabelecendo relações entre o motim aqui relatado e o ensino enfatizamos a importância de estimular o aluno a perceber não somente as ações de resistência dos sujeitos históricos nela envolvidos, mas a luta política e a disputa entre variados grupos sociais que nela atuaram. São exatamente essas formas de resistência que nos permitem refletir sobre as múltiplas relações que envolveram as camadas populares que lutaram e sobreviveram de forma legítima à reforma imposta.

Passemos agora ao espaço, igualmente importante para compreendermos os caminhos das camadas populares e seus desafios de resistência frente à reforma arquitetônica que impactou as suas vidas à região conhecida como a Pequena África. Local de sociabilidades e redes de solidariedade grupal entre os ex-escravizados e seus descendentes, essa região deu vida e voz à cultura africana na urbe carioca. Criada em 1814 a freguesia de Santana estava localizada na área urbana portuária do Rio de Janeiro. A configuração habitacional da região se caracterizava por pequenas chácaras. Já em 1890 a freguesia concentrava um expressivo contingente populacional e mesmo a área central tendo sofrido grande impacto da reforma urbana, segundo o censo de 1906, era a segunda região com o maior número de pessoas. Segundo Pereira (1992), a escolha do espaço urbano que deveria sofrer a remodelação, estava ligada à necessidade de circulação e a escolha de um novo centro voltado para a área sul. Nesse contexto, mesmo concentrando um grande número de moradias coletivas e uma camada desfavorecida economicamente da população carioca, essa freguesia não sofreu grandes intervenções

A partir da abolição da escravidão em fins do século XIX, os ex-escravizados, principalmente do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, passaram a habitar a região que já vinha recebendo migrantes estrangeiros e nacionais (SILVA, 2015), o que tornou a mesma, uma área repleta de habitações populares (SILVA, 2015). Por conta disso, era um lugar com relativa oferta habitacional, o que tornava os aluguéis mais acessíveis às classes populares, além de se localizar em uma área central, próximo ao mercado de trabalho, como o porto. A maior parte dos migrantes que ocuparam a região vinha da Bahia, iniciando a diáspora baiana na região conhecida como Pequena África, expressão criada pelo sambista Heitor dos Prazeres (1898-1966) à área formada, iniciava no porto do Rio e abarcava os atuais bairros da Saúde, Estácio, Santo Cristo, Gamboa e Cidade Nova, se estendendo até a Praça Onze de Junho no Rio de Janeiro e ocupada por uma população majoritariamente negra. No bairro da Saúde, em especial, habitavam muitos negros baianos, que além de se sentirem acolhidos, encontravam ajuda e o apoio necessários para a sobrevivência em uma cidade que impunha valores culturais exógenos aos seus habitantes. Na localidade, a casa da baiana afro-descendente Ciata, era para os baianos recém-chegados e os aqui já residiam, o local por excelência, o núcleo aglutinador da identidade e resistência cultural da população afro-descendente. Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como tia Ciata, importante personagem da Pequena África (SILVA, 2015), cuja casa abrigava muitos músicos, intelectuais e pessoas da classe média carioca, como Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, João do Rio e Mário de Andrade (VELLOSO, 1990). Sendo em sua casa, que em 1916, surge a partir de uma composição coletiva “Pelo telefone” o primeiro samba brasileiro.

Não foi por acaso que, como já vimos nessa pesquisa, a Revolta da Vacina, composta em sua maioria por baianos (VELLOSO, 1990), teve no bairro da Saúde a sua oposição mais tenaz, pois como afirma Mônica Velloso “Para eles demarcar e defender o pedaço era uma estratégia de sobrevivência, que aparecia nas mais variadas práticas do cotidiano” (1989, p. 2).

Segundo Sevcenko

Para o bairro da Saúde convergia todo o interesse das autoridades. Havia sido projetado para a noite, um ataque geral ao formidável reduto a que haviam dado a denominação de Porto Arthur²⁴, formado por trincheiras de mais de um metro de altura feitas com saco de areia, trilhos arrancados às linhas de bondes, veículos virados, paralelepípedos, fios de arame, troncos de árvores, madeiras das casas em demolição. Seus defensores armados de carabinas e revólveres, bem providos de

²⁴ Porto Arthur era uma pequena cidade na península chinesa de Kwantung, em posição estratégica para o controle do mar da China e, portanto, para os interesses geopolíticos do império russo. Nesse local, em 27 de janeiro de 1927, por terra e por mar, grande parte da esquadra russa do Pacífico foi atacada de surpresa e destruída pelos japoneses, evento que deu origem à guerra russo-japonesa (1904-5).

munição e bombas de dinamite, ali permaneciam numa constante ameaça (1984, p. 25).

Elaborando suas próprias redes de sociabilidade e táticas de sobrevivência na cidade, os afrodescendentes que ali se estabeleceram marcaram sua identidade enquanto povo de herança africana. Como ressalta Silva, as características culturais podem ser pensadas como táticas de sobrevivência. Assim, era comum na região o uso de dialetos africanos, especialmente os de origem nagô, pois “Os negros da Pequena África criaram hábitos, valores e costumes que influenciaram a cultura no restante da cidade e que contrastavam com a cultura propagada pelo processo de modernização” (2019, p. 15).

No contexto dessas reflexões torna-se importante assinalar o conhecimento e a reflexão sobre a identidade desses personagens, possibilitam ao aluno a reconstrução e reafirmação de sua própria identidade, no que diz respeito a si mesmo e a sociedade que integra, pois segundo Gonçalves

crianças, jovens e adultos, sensibilizados, por intermédio de uma reflexão sobre o local, unidade próxima e contígua, historicizando e problematizando o sentido de suas identidades, relacionando-se com o mundo de forma crítica, mudando, ou não, como sujeitos, a própria vida. (2007, p. 182).

A esse respeito enfatizamos a importância dessa localidade para o ensino de História e mais especificamente para o trabalho que desenvolvemos, pois foi por meio do desenvolvimento da identidade e sociabilidade que esse espaço foi reapropriado e preservado pelos grupos que ali viviam. Dentro dessa perspectiva

a utilização do local como referência para o ensino de História possibilita tanto a compreensão do entorno do aluno quanto sua inserção no meio social, identificando relações entre passado e presente nos seus espaços de convivência (BITTENCOURT, 2008, apud Dagostin, et al., 2022, p. 46).

A Pequena África não existe mais dentro da configuração que a mesma possuía enquanto espaço de moradia dos seus fundadores. Contudo, simbolicamente, o seu espaço está legitimamente marcado por meio das ações de preservação da sua identidade cultural e redes de sociabilidade das camadas populares que ali lutaram e resistiram, através das brechas que lhe eram possíveis. Uma resistência subterrânea que não se submeteu à cultura europeizante e burguesa que tentavam lhe impor. (VELLOSO, 1990).

Essa região é hoje um significativo espaço das experiências vividas dos grupos que ali residiram. Nesse sentido como espaço da memória e identidade cultural africana, a região possui um Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana dos negros que ali

habitavam, possuindo um roteiro cultural expressivo como a Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Instituto dos Pretos Novos, a Praça da Harmonia e a casa de Tia Ciata.

O mundo cultural e identitário, vivenciado na região da Pequena África, como a casa de tia Ciata, por exemplo, era intenso, em especial no sentimento de pertencimento ao espaço, sentimento esse que mantinha essa identidade viva através do seu cotidiano, promovendo a diversidade afro-cultural carioca. Nessa perspectiva Mattos ressalta

É interessante perceber que o compositor João da Baiana – que morou na chamada Pequena África, uma área tomada por habitações coletivas –, tal como Lima Barreto, evitou o estereótipo segundo o qual grande parte da classe trabalhadora moraria em lugares sombrios e tristes. Ao contrário, as batucadas seriam tão frequentes que deveriam ser proibidas: “Batuque na cozinha sinhá não quer/ por causa do batuque eu queimei meu pé” (2008, p. 160).

Mediante essas reflexões nossa proposta nesta pesquisa consiste em desenvolver o ensino da reforma Pereira Passos enfatizando a resistência da população menos favorecida no exercício da sua cidadania. Pois, na busca por direitos sociais, do ir e vir, da liberdade de expressão e da manifestação das suas práticas identitárias a população resiste à situação social injusta à qual era submetida. Tal problematização, serve ao caráter plural da proposta de ensino aqui apresentada, para que, através de outras narrativas, outras histórias sejam contadas e outras vozes amplificadas por esse estudo.

O ensino da reforma Passos dentro da História e no espaço do Rio de Janeiro, nos leva a perceber a importância de uma educação na/pela cidade que possibilite ao aluno compreender melhor a cidade em que nasceu e na qual vive e convive e nos remete a buscar possibilidades de entendimento e práticas que possam contribuir para a educação na/pela cidade.

O projeto modernizador e sanitário do porto e da cidade do Rio de Janeiro, à época, traz em seu bojo, o desejo de exclusão das classes populares do convívio e proximidade da elite dominante, ou seja, as “cercas” da separação e afastamento dos pobres e ex-escravizados, delimitando e ao mesmo tempo controlando o espaço em que elas podiam habitar.

Nesse sentido, é importante ressaltar que apesar dessas “cercas”, a população pobre do Rio de Janeiro resistiu fosse através das suas práticas culturais, no deslocamento para regiões próximas dos seus ofícios, e até mesmo através da revolta. Pelo exposto nessa dissertação percebemos que à época a população pobre do Rio de Janeiro, lutou e resistiu dentro das condições que lhe eram possíveis.

Assim, entendemos que o grande desafio para nós, professores de História, é a de construir um “fazer histórico” que permita ao aluno, não apenas um mero conhecimento do

passado, mas uma forma de entender o presente utilizando os conhecimentos desenvolvidos na sala de aula no sentido de uma consciência crítica e transformadora da realidade para melhor, ao que Rüsen denomina de aprendizagem histórica que

[...] pode se explicar como um processo de mudança estrutural na consciência histórica. A aprendizagem histórica implica mais que um simples adquirir de conhecimento do passado e da expansão do mesmo. Visto como um processo pelo qual as competências são adquiridas progressivamente, emerge como um processo de mudança de formas estruturais pelas quais tratamos e utilizamos a experiência e conhecimento da realidade passada, passando de formas tradicionais de pensamento aos modos genéticos (RÜSEN, 2010, p.51).

A aprendizagem histórica favorece a reflexão dos sujeitos históricos em seus grupos de convívio, relações interpessoais e afetividades. Ao aplicar a consciência histórica no seu cotidiano, participando ativamente da coletividade em que está inserido, o aluno opera de forma significativa na construção de identidades que promovam ações concretas de orientação e ajuda mútua nos planos individual e coletivo, propondo ações no presente e projetos no futuro.

Essa mesma aprendizagem e consciência históricas que pretendemos desenvolver através da análise da reforma urbanística que se configurou no Rio de Janeiro no início do século XX. Ressaltamos que, para além das transformações físicas realizadas à época, Pereira Passos desejava mudar os costumes cariocas, propondo uma nova ética urbana baseada nos padrões europeus, impostas através de decretos e leis que não respeitavam as relações identitárias e tradições populares de uma parcela da população que vivia nos arredores da área central. Segundo a visão de Passos e da elite que o cercava e da qual fazia parte, essas relações e tradições, não eram condizentes com o novo modelo de cidade que se pretendia construir e por isso não havia a necessidade de respeitá-las, mantendo-se inclusive, afastados das práticas e usos do espaço urbano difundidos pelas classes populares.

3 PROPONDO CAMINHOS

3.1 Proposição didático-pedagógica: um outro ensino é possível

A cidade se faz educativa pela necessidade do educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de sonhar, de imaginar que todos nós, mulheres e homens impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o estilo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época.
A Cidade somos nós e nós somos a Cidade.

Paulo Freire

Enquanto habitantes da cidade, percebemos os múltiplos contornos que esta representa em nossas vidas. Seus bairros com suas praças, prédios, ruas, avenidas, becos, registram a sua história ou melhor a nossa história, pois

nós habitamos a cidade e, nela, vamos tecendo, em cada presente, nossa própria existência em uma cidade que é múltipla, e que não pode ser explicada a partir de um único lugar ou ponto de vista (MIRANDA, et alli, 2016, p.23) .

Essa capacidade pedagógica que a cidade exala em seus poros, tornam certos lugares ideais para a construção do conhecimento e consciência históricos. O aprofundamento dessa reflexão nos remete não somente ao objeto do nosso estudo, a história da Reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro, mas igualmente a outras cidades brasileiras que como cidades porosas (CARVALHO, 2013), foram modeladas e remodeladas absorvendo em seus sucessivos palimpsestos, camadas do tempo, que intentaram, transformar não somente as suas formas arquitetônicas, mas as suas relações sociais e expressões culturais.

Corroborando com o trecho em epígrafe, a cidade é educativa na sua arquitetura, construções e igualmente nas atitudes e comportamentos dos seus moradores que, configurados no ambiente citadino, qualificam ou desqualificam os seus habitantes, imprimindo rótulos a determinados espaços e grupos como socialmente perigosos, por exemplo. Em sua obra *Mitologias*, Barthes (1989), assinala a mudança da realidade do mundo em imagem do mundo. Partindo dessa premissa percebemos como a remodelação arquitetônica ocorrida no início do

século XX no Rio de Janeiro promovida por Pereira Passos, desejava transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma “imagem do Rio de Janeiro”. Imagem essa que pretendia na verdade promover uma leitura homogeneizada da urbe carioca, omitindo os grupos sociais desprivilegiados, atendendo aos interesses de uma determinada fração social a burguesia. Dessa forma, o contexto e as imagens produzidas pelo poder público tinham o objetivo de legitimar e naturalizar a intervenção urbana realizada pelo prefeito.

Inspirada na poesia de Carlos Drummond de Andrade, Lana Mara Siman (2013), partindo do princípio de que toda cidade constitui um texto a ser lido, propõe

no exercício da docência quanto da pesquisa, a cidade pode ser lida de modo a enxergar flores no asfalto e com essas travar combates às ervas daninhas. E, com esse olhar e atos de combate – de cidadania –, formar participantes de projetos que buscam tornar a cidade mais humana e justa para todos (in Miranda e Siman, p. 42).

Tendo em vista os temas gerados e considerando as problematizações discutidas ao longo dessa dissertação, as atividades desta proposição pretendem, a partir dos documentos produzidos à época da reforma Passos como imagens – fotografias e charges – e textos jornalísticos, refletir junto ao aluno sobre o abismo social existente entre os cidadãos do Rio de Janeiro do início do século XX, durante a reforma Pereira Passos, quando os valores de uma cultura dita moderna e civilizada tentam se sobrepor aos aspectos culturais vigentes. Nesse sentido, esses materiais são importantes fontes de informação, pois nos revelam o imaginário da época em que foram elaborados, permitindo aos alunos compreender e sistematizar o conteúdo desenvolvido, promovendo uma reflexão profunda sobre os temas abordados nesta Dissertação.

Por conseguinte, as fotografias e a charge analisadas receberam um tratamento sistemático para a adequada análise da argumentação política que possuem. Nesse sentido buscamos “didatizar” essas fontes, com o objetivo de estimular o aluno a refletir sobre as mesmas dentro do contexto da reforma Pereira Passos e do conflito da Revolta da Vacina a partir de um olhar aguçado e problematizador, que o permita ver além do que o produtor das fontes queria transmitir. Peter Burke declara que entre as evidências em que se apoia o conhecimento histórico, as imagens têm um lugar garantido, ao lado de textos literários e testemunhos orais (2004). Nesse aspecto as imagens são um potente material de auxílio para o professor, uma vez que possuem em si mesmas uma representação não apenas de sentido, mas também de significados, pois “as expressões visuais possuem notável poder de comunicação, podendo alcançar efeito superior ao do discurso verbal” (MOTTA, 2006, p.17). Ao retratar uma

imagem, o autor já tem em mente o que ele deseja representar e qual a sua intenção ao realizar determinado registro. Nesse aspecto cabe ao pesquisador revelar os múltiplos “significados que a aparente neutralidade das mensagens visuais implica” (JOLY, 1994, p. 47).

No bojo dessas considerações, é importante ressaltar a charge em especial, como um canal privilegiado e universal de crítica em relação às questões políticas e culturais de uma sociedade, aproximando público variados, tornando-se mais inteligível e próximas das classes populares. Segundo Luiz Guilherme Teixeira

Como charge também se designa um traço de reflexão através do humor, que reproduz sujeitos reais e resume conflitos políticos. O humor é o principal fundamento de sua narrativa, o instrumento singular de sua linguagem, uma vez que é através dele que a charge transforma a notícia numa consciência sobre ela [...] (2005, p. 73).

Somada a essa reflexão vemos neste material um significativo instrumento educativo que devido a sua natureza lúdica e visual torna o processo de aprendizagem mais estimulante levando os alunos a questionar, interpretar formar suas próprias opiniões sobre o tema abordado. Nesse ponto, vale destacar o aspecto significativo da charge *Napoleão de seringa e lanceta* (29/10/1904) de Leônidas Freire que foi selecionada para esta proposição didática. Esta imagem, elaborada antes da revolta (os primeiros choques entre a população e a polícia ocorreram em 10/11/1904) que se configurou, demonstra o cenário de caos que se estabeleceria nas ruas do Rio de Janeiro, na medida em que vacina se tornava obrigatória para toda a população, o que realmente ocorreu. Oswaldo Cruz foi assim representado, ele mesmo como o próprio Napoleão em confronto com a população “armada” entre outros instrumentos, com panelas e vassouras. De forma lúdica, a charge repleta de signos, apresenta a ação ditatorial de Oswaldo Cruz que, comparado ao imperador francês e armado com uma seringa, enfrentava a população resistente que lutava com as armas que possuía. Cabe apontar a riqueza de elementos que a ilustração possui, permitindo ao professor através de uma análise apurada deste material junto ao aluno, contribuir para o desenvolvimento do senso crítico, estimulando-os a analisar e questionar a realidade.

Nesse sentido a proposição didático-pedagógica realizada será baseada na análise e reflexão sobre os espaços, narrativas e personagens que retratam o cotidiano da reforma Pereira Passos procurando orientar o olhar dos alunos, a partir das atividades desenvolvidas, à construção de uma visão crítica sobre essa mesma reforma. Para analisarmos a fim debater com os alunos a remodelação realizada na cidade e a Revolta da Vacina, utilizamos como material pedagógico fotografias e charges à época desses dois eventos históricos, uma vez que os

mesmos constituem importantes instrumentos na mediação do ensino-aprendizagem, favorecendo a proposição didática concretizada. Sobre esse tema Lana Mara Siman afirma

Para que o ensino de História, todavia, seja levado a bom termo, [...], torna-se necessário que o professor inclua, como parte constitutiva do processo ensino/aprendizagem, a presença de outros mediadores culturais, como os objetos da cultura material, visual ou simbólica, que ancorados nos procedimentos de produção do conhecimento histórico possibilitarão a construção do conhecimento pelos alunos, tornado possível “imaginar”, reconstruir o não-vivido, diretamente, por meio de variadas fontes documentais. (SIMAN in ZARTH, 2004. p. 88).

Tais imagens não só despertam no aluno uma pré-disposição para o aprendizado, como permitem aos mesmos terem acesso, através da representação física da fotografia, ao conteúdo histórico desenvolvido. Essa ação, além de estimular a imaginação do aluno, sobre o tema em destaque, incentiva-o também a pensar historicamente e de forma crítica, através da sensibilidade do olhar a partir da proximidade visual com o tempo e o espaço abordado.

Nossa proposta educativa constitui-se em um Guia de Atividades composto em três etapas, baseado em textos e imagens da época da reforma Passos. Dentro do guia proposto, elaboramos tarefas que fomentem a interligação do tema analisado com a história local dos próprios alunos a partir do bairro em que eles vivem, ou seja, o bairro de Vista Alegre, no Rio de Janeiro, capital. Partindo dessa perspectiva, as ferramentas teóricas e didáticas utilizadas nessa dissertação, têm como objetivo inspirar os professores a buscarem desenvolver ações pedagógicas que o impulsionem a perceber a cidade e o bairro onde o aluno mora, como espaços repletos de possibilidades para a promoção de uma educação cidadã. Consciente de um ensino de História a partir dos lugares onde o aluno habita, ficará mais fácil para o docente promover atividades que insiram o aluno nesse mesmo espaço estimulando no discente um olhar reflexivo em torno das alteridades que marcam a nossa existência no ambiente urbano. Como já mencionado, o público-alvo da pesquisa são os alunos da educação básica, mais especificamente os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Porém, é preciso frisar que a intenção da proposta aqui apresentada é ser flexível quanto a adaptações, estimulando o seu uso no Ensino Fundamental I, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfim, a partir dos territórios educativos que permitam ao Professor utilizar, adaptar ou complementar a proposição didático-pedagógica apresentada de acordo com a sua realidade, pois

Ao afirmar a potencialidade educativa dos territórios, este conceito proporciona por meio de ações educativas o (re) conhecimento e a interação social dos matizes que compõem o espectro da diversidade cultural de todo e qualquer território. Ao misturar o mundo da escola à realidade social de seu entorno, propõem-se interações entre educação e cultura que pretendem romper com processos de silenciamento, mutilação,

epistemicídio e etnocídio, através de transmissão-transformação dos legados culturais inter e intrageracionais estabelecidos territorialmente (SIVIERO, 2019, p. 125).

Sob esse olhar, destacamos que, embora a proposta tenha sido elaborada tendo como base historiográfica e metodológica a história da cidade do Rio de Janeiro, é nosso objetivo, que o material aqui desenvolvido inspire professores (as) de outras regiões a elaborar outros projetos que viabilizem a reflexão crítica sobre a cidade e os diversos espaços, sujeitos e narrativas que a compõem que podem ter como base as discussões, questionamentos e a metodologia propostos nessa dissertação.

3.2 Sequência didática

“A Pequena África ou Paris Tropical? Resistência e cidadania no ensino da Reforma urbana
Pereira Passos” (1903-1906)

Local: Escola Municipal Maria Baptistina Duffles Teixeira Lott
Professora: Vera Lúcia Moraes dos Santos.

PLANO DE AULA I

Unidade Temática: A Primeira República no Brasil: transformações e resistências.

Data da aula: 28/04/2025

Componente Curricular: História

Nível de Ensino: Ensino Fundamental (9º ano)

Objetivos:

- Identificar os processos de urbanização da sociedade do Rio de Janeiro durante a Primeira República.
- Contextualizar as mudanças no cotidiano das classes populares na reforma urbana de Pereira Passos.
- Promover a reflexão crítica sobre as ações de resistência das classes populares em relação à Reforma Pereira Passos.

Conteúdo: Pequena África ou Paris Tropical? Resistência e cidadania no ensino da Reforma urbana Pereira Passos (1903-1906)

Metodologia do Planejamento:

A metodologia deste plano de aula permite a criação de um circuito de conhecimento dentro da sala de aula, com atividades diferentes para cada grupo. Esta metodologia ativa, denominada Rotação por Estações, propõe que cada grupo acesse o conteúdo de uma seção específica para responder às questões norteadoras da atividade desenvolvida, circulando por diferentes conteúdos complementares sobre o tema central: A Reforma Urbana de Pereira Passos. Ao longo da atividade, os grupos de alunos irão alternar de uma estação para a outra em um tempo estipulado pelo professor. Todas as estações devem acabar simultaneamente. Cada professor poderá adaptar a atividade de acordo com a realidade de sua sala de aula. A finalidade da atividade é o engajamento de todos os alunos tornando-os protagonistas no processo de construção do conhecimento e não meros expectadores passivos.

Quantidade de horas aulas: 1 hora aula

Material didático: Fichas com fontes primárias sobre a Reforma Urbana Pereira Passos e a Revolta da Vacina.

Desenvolvimento:

Etapas 1: Organizar as mesas e cadeiras da sala de aula em cinco grupos.

Etapas 2: Introdução ao tema com a apresentação do Power Point sobre a Reforma Urbana Pereira Passos e a Revolta da Vacina explicando o conteúdo das imagens.

Figura 1 - O Bota-abixo



Fonte: A autora, 2025.

Etapas 3: Dividir a turma em grupos de cinco alunos cada. Explicar a dinâmica de aprendizagem: Rotação por Estações (cada grupo terá 10 min para a atividade). *As atividades estão discriminadas ao final do Plano nº 1.

Etapas 4: Distribuir as atividades para cada grupo de cada estação:

- Campanha da Higienização.
- O Furor das Picaretas – O Bota-abixo!
- Napoleão de Seringa e Lanceta.
- Que Vacina é essa?
- Prata Preta!

Etapa 5: A cada dez minutos o Professor orientará os grupos a trocar de estação para responder a uma nova questão norteadora da outra estação até todos passarem por todas as estações.

Etapa 6: Pedir aos alunos que em casa, redijam um texto sobre a atividade destacando as suas descobertas, questões e dúvidas, para entregar à Professora na próxima aula.

ATIVIDADE 1 – CAMPANHA DE HIGIENIZAÇÃO

FONTE 1

Figura 2 - Fundo dos Prédios 12 e 44 da Rua do Senado



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1906.

ANÁLISE DA FONTE

Nome: _____ Data: _____

Tipo de Publicação (jornal, revista, etc): _____

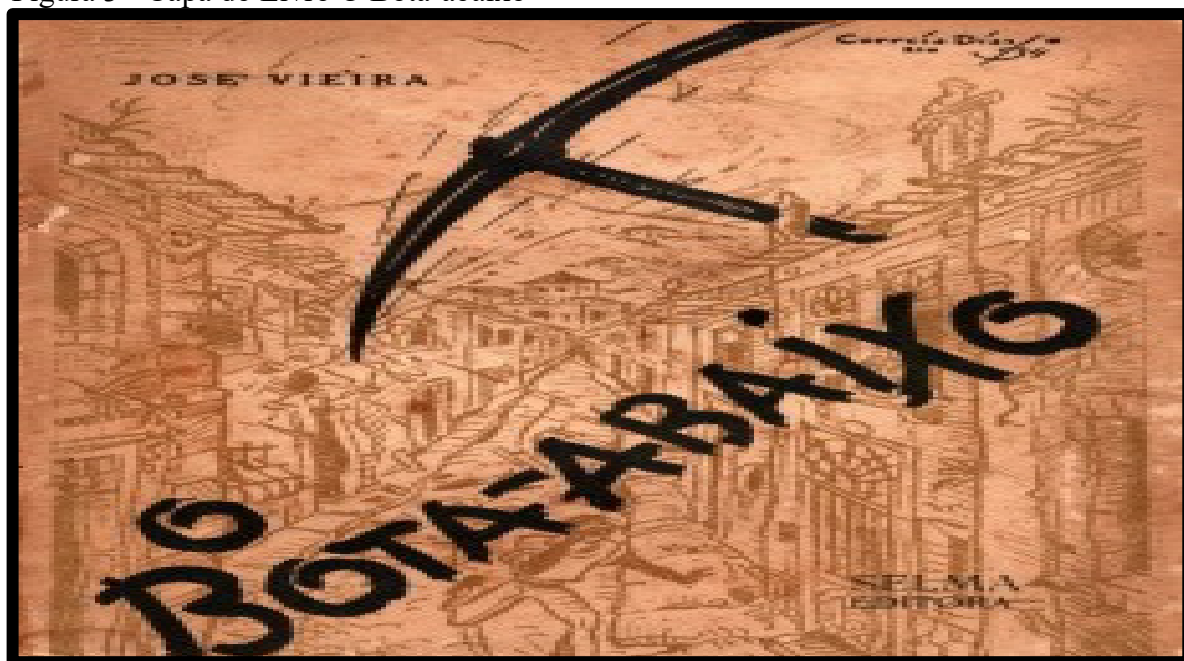
Data da Publicação: _____ Quem produziu? _____

O que está em destaque na Fonte 7?	
Como eram as condições das moradias das pessoas?	
Qual seria a intenção do autor da foto?	
Na sua opinião, o autor alcançou a sua intenção? Justifique.	
E hoje? Como são as moradias das classes populares? O que poderia ser feito para mudar essa realidade?	

ATIVIDADE 2 – O FUROR DAS PICARETAS. O BOTA-ABAIXO

FONTE 1

Figura 3 - Capa do Livro O Bota-abaiço



Fonte: VIEIRA, 1904.

FONTE 2

Figura 4 - Obras de Construção da Av. Central



Fonte: REVISTA KOSMOS, 1904.

ANÁLISE DAS FONTES

NOME: _____ DATA: _____

Tipo de Publicação (jornal, revista, etc): _____

Data da Publicação: _____ Quem produziu? _____

O que está em destaque nas Fontes 8 e 9?	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>
Quais são os personagens da Fonte 8? Como eles estão retratados?	<div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>

FONTE 2

Figura 6 - Valores e Direitos

A Revolta da Vacina (1904), mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas ações políticas, defendiam-se valores e direitos considerados acima do Estado.

Fonte: CARVALHO, 1987, p. 138.

ANÁLISE DAS FONTES

NOME: _____ DATA: _____

Tipo de Publicação (jornal, revista, etc): _____

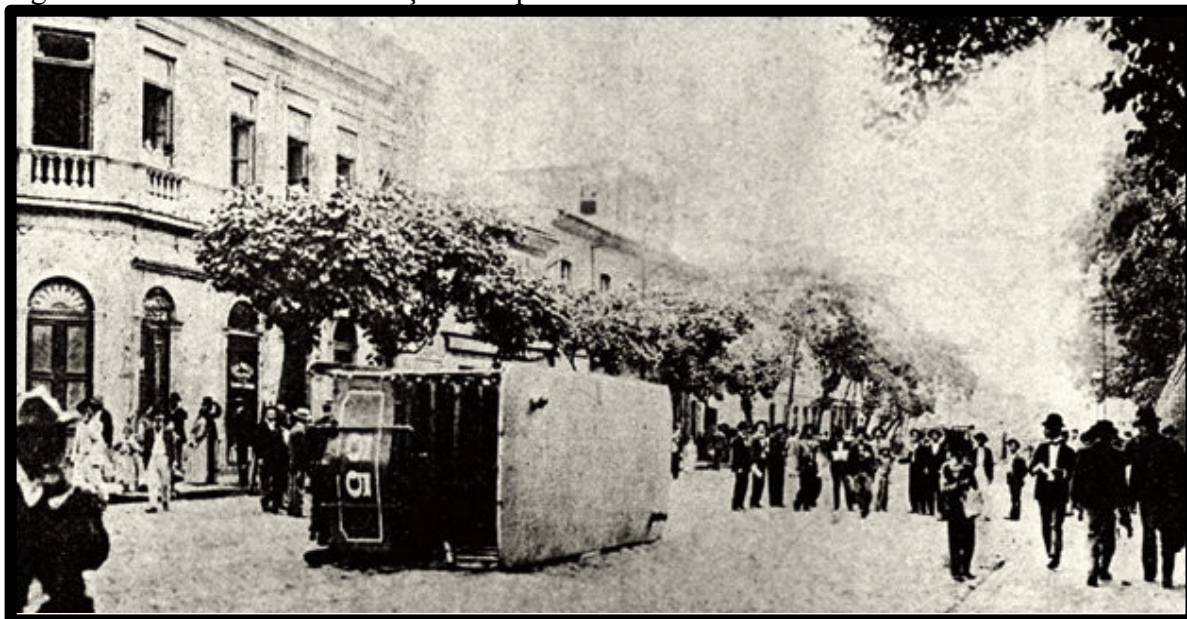
Data da Publicação: _____ Quem produziu? _____

Descreva resumidamente a Fonte 1.	<div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div>
Por que segundo a descrição da Fonte 1, Oswaldo Cruz era chamado de “Napoleão de Seringa e Lanceta”?	<div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div>
Dentro do contexto das reformas urbanas, explique a frase da Fonte 2 “defendiam-se valores e direitos considerados acima do Estado”.	<div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div>

ATIVIDADE 4 – QUE VACINA É ESSA?

FONTE 1

Figura 7 – Bonde virado na Praça da República



Fonte: Revista da Semana, 1904.

FONTE 2

Figura 8 - Vacina obrigatória

Correio da Manhã, 11 de novembro de 1904

“Foi extrema a indignação que o projeto do regulamento da vacina obrigatória no ânimo de todos os habitantes do Rio de Janeiro, cuja sensibilidade ainda não embotaram interesses dependentes do governo e da administração sanitária”.

“Durante o dia de ontem foram distribuídos boletins convocando o povo para um *meeting* no largo de S. Francisco de Paula, contra os desmandos do Conselho Municipal e da execução da lei da vacina obrigatória”.

Fonte: Correio da Manhã, 1904.

ANÁLISE DAS FONTES

NOME: _____ DATA: _____

Tipo de Publicação (jornal, revista, etc): _____

Data da Publicação: _____ Quem o produziu? _____

O que está em destaque na imagem e no documento?	<hr/> <hr/> <hr/>
--	-------------------

Que tipo de informação as fontes apresentam? Quais são os personagens da Fonte 1?	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
De que outras formas o Estado poderia ter agido a fim de evitar o confronto com a população?	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

ATIVIDADE 5 – PRATA PRETA

FONTE 1

Figura 9 – Retrato de Prata Preta



Fonte: Site Capoeira History, 1904.

FONTE 2

Figura 10 - Reportagem sobre Prata Preta

Durante o conflito da Revolta da Vacina, um dos seus líderes, Prata Preta, estivador e capoeirista Horácio José da Silva sobressaiu por sua valentia ao enfrentar as tropas militares. No bairro da Saúde, entre os revoltosos, Prata Preta organizou trincheiras, as quais foram as últimas a serem destruídas. Conhecido como o comandante da revolta se destacou como um símbolo de luta contra o governo autoritário de Pereira Passos e as injustiças sociais.

Fonte: Rio Memórias, s/data.

ANÁLISE DAS FONTES

NOME: _____ DATA: _____

Tipo de Publicação (jornal, revista, etc): _____

Data da Publicação: _____ Quem o produziu? _____

Que personagem está em destaque na imagem?	_____ _____ _____
Que tipo de informação a Fonte 2 apresenta?	_____ _____ _____
Diante dos estudos que fizemos sobre a Reforma Pereira Passos e a Revolta da Vacina, qual a sua opinião sobre Prata Preta?	_____ _____ _____ _____ _____ _____

Obs.: Ao final da aula, pedir aos alunos que pesquisem em sua família ou entre seus vizinhos, se conhece a história de pessoas que vieram morar em Vista Alegre devido às reformas urbanas promovidas por Pereira Passos. E caso consigam alguma fonte, registrem tudo sobre a mesma

e tragam para a próxima aula (inclusive fotografias). Além dessa pesquisa, os estudantes divididos em grupos de quatro alunos, deverão escolher um dos seguintes temas: meio ambiente, desigualdade social, segurança e infraestrutura (calçamento, comércio, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, transporte, etc). Feita a escolha os discentes deverão pesquisar sobre o tema selecionado e trazer para a aula seguinte suas anotações sobre as observações realizadas em um texto organizado.

PLANO DE AULA II

Data da Aula: 28/04/2025 (2º tempo de aula)

Tema: Unidade Temática: A Primeira República no Brasil: transformações e resistências.

Componente Curricular: História

Nível de Ensino: Ensino Fundamental (9º ano)

Objetivos:

- Fomentar o interesse pela História e a cultura negra.
- Promover o respeito e a valorização da diversidade cultural.
- Desenvolver a capacidade análise e expressão criativa.

Conteúdo: A Pequena África e tia Ciata.

Metodologia do Planejamento:

Promover a leitura coletiva do texto “A Pequena África no Rio de Janeiro”, procurando identificar as palavras desconhecidas, construindo um vocabulário de conceitos históricos que estabeleça núcleos com a essência do texto. Concluída a leitura, os discentes deverão responder em grupo (quatro alunos) e de forma manuscrita as questões propostas. Após, o Professor promoverá uma roda de conversa sobre a temática em destaque, para que os alunos compartilhem suas experiências, tirem dúvidas, internalizando os conhecimentos apreendidos durante a atividade.

Quantidade de horas aulas: 1 hora-aula

Material didático: Texto com imagens.

Desenvolvimento:

Etapas 1- Leitura coletiva do texto “A Pequena África no Rio de Janeiro”.

*Obs.: O texto e as Atividades sobre o mesmo, estão ao final do Plano 2.

Etapas 2: Realizar em grupo (quatro alunos) as atividades propostas nas atividades, de forma manuscrita.

Etapa 3: Problematicar o conteúdo estimulando os alunos a expor suas opiniões, dúvidas e questionamentos sobre o texto e as atividades desenvolvidas.

Obs.: Ao final da aula, pedir aos alunos que pesquisem em sua família ou entre seus vizinhos, se conhece a história de pessoas que vieram morar em Vista Alegre devido às reformas urbanas promovidas por Pereira Passos. E caso consigam alguma fonte, registrem tudo sobre a mesma e tragam para a próxima aula (inclusive fotografias). Além dessa pesquisa, os estudantes divididos em grupos de quatro alunos, deverão escolher um dos seguintes temas: meio ambiente, desigualdade social, segurança e infraestrutura (calçamento, comércio, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, transporte, etc). Feita a escolha os discentes deverão pesquisar sobre o tema selecionado e trazer para a aula seguinte suas anotações sobre as observações realizadas em um texto organizado.

Pequena África no Rio de Janeiro

Vera Lúcia Moraes dos Santos

Figura 11 – Pedra do Sal



Fonte: Riotur, 2024.

Pequena África é o território formado pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo na zona portuária do Rio de Janeiro. A localidade foi um importante ponto de chegada de africanos escravizados. A partir da abolição da escravidão em fins do século XIX, os ex-

escravizados, principalmente do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, em busca de trabalho e ajuda mútua, passaram a habitar a região. Nesse espaço da cidade os aluguéis eram mais acessíveis às camadas populares.

Na região estão o Cais do Valongo – Patrimônio da Humanidade -, o Cemitério dos Pretos Novos, os morros da Conceição e da Providência e a Pedra do Sal, cuja história está intimamente ligada ao samba. O espaço Pequena África é um território vibrante na música, história, cultura e gastronomia afro-brasileira. A Pedra do Sal – grande pedra localizada na região – que serviu de embarque e desembarque do sal, era usada para secar e vender o sal na época em que as águas da baía ainda alcançavam as suas margens.

A Casa da tia Ciata, personagem importante da cultura negra do início do século XX faz parte deste importante espaço cultural carioca. Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como tia Ciata, abrigava em sua casa músicos, intelectuais e pessoas da classe média carioca, como Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, entre outros. Há indícios de que na casa da matriarca do samba que em 1916, surge, a partir de uma composição coletiva o primeiro samba brasileiro “*Pelo telefone*”.

Figura 12 – Tia Ciata



Fonte: Plenarinho, 2020.

Integrada ao grupo das baianas quituteiras vendendo seus doces, no seu tabuleiro na rua Sete de Setembro e depois na rua da Carioca, no Centro do Rio de Janeiro, tia Ciata utilizava

suas indumentárias afro-religiosas: turbantes, trajes brancos volumosos e seus fios de conta no pescoço na venda dos seus quitutes. Mulher empreendedora, Hilária associava seus conhecimentos religiosos e culinários à habilidade para a liderança reforçando a resistência cultural afrodescendente no Brasil. Sambista de talento, em suas festas que duravam dias, tia Ciata cantava com desenvoltura. À época, era comum a perseguição policial às religiões de matriz africana e às rodas de samba, percebidos como atividades perigosas, atitudes características de uma sociedade que não valorizava a sua diversidade étnica e cultural. Porém, como o marido de tia Ciata era funcionário público e depois passou a ter um ofício na polícia, suas reuniões eram livres dessa repressão.

Além de doceira, Hilária Batista alugava roupas de baiana, confeccionadas com capricho pelas costureiras negras para os teatros e o Carnaval. Segundo Roberto Moura, sua neta Lili conta que ela gostava muito do trabalho, era consciente do poder do dinheiro, e da necessidade de viabilizar uma vida que, mesmo devotada ao trabalho, não perdesse sua grandeza (1995, p.144).

Outro aspecto importante da vida de tia Ciata relaciona-se aos seus conhecimentos fitoterápicos, relacionados às ervas medicinais. Procurada pelos assessores do então presidente Wenceslau Brás, a respeito de uma ferida que o mesmo tinha na perna e que não curava, tia Ciata foi ao palácio do Catete, sede à época do executivo brasileiro e banhou a perna do presidente com uma infusão de ervas. Após três dias o mesmo estava curado. É significativo salientar a utilização de plantas medicinais para prevenção e tratamento de doenças, característico do sistema ancestral de cura dos povos africanos para a sobrevivência e resistência.

Sendo um marco histórico de memória e preservação da cultura e resistência afro-brasileira, o espaço cultural Casa de tia Ciata possui uma exposição permanente, preservando e mantendo acesa as tradições africanas e de seus descendentes.

ATIVIDADE 1

Escreva um texto sobre a Pequena África, como espaço de memória cultural, na luta contra o racismo e a valorização da história do povo negro no Brasil.

ATIVIDADE 2

Escolha uma característica da vida de tia Ciata que mais o impressionou destacando a importância da característica escolhida como exemplo de luta e resistência para cultura brasileira. Ilustre o seu texto com essa característica.

Bibliografia:

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

PLANO DE AULA III

Unidade Temática: A Primeira República no Brasil: implicações e transformações na História dos bairros do Rio de Janeiro

Data da Aula: 05/05/2025

Componente Curricular: História

Nível de Ensino: Ensino Fundamental (9º ano)

Objetivos:

- Avaliar as contradições e impactos sociais na região em que vive, a partir das reformas urbanas promovidas por Pereira Passos.
- Promover a reflexão crítica sobre a urbanização e suas implicações na vida da população, em especial as classes populares.
- Analisar a diversidade cultural, a história local, as relações sociais e os problemas e oportunidades.

Conteúdo: Que bairro é esse?

Metodologia adotada:

Feita a introdução pelo professor sobre os objetivos da aula, este deve pedir aos grupos que exponha os dados das suas pesquisas a partir do tema escolhido, ou seja, meio ambiente, desigualdade social, segurança e infraestrutura (calçamento, comércio, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, transporte, etc). Cada grupo deverá então, apresentar a sua pesquisa para a turma. A partir das informações elencadas, o professor promove uma roda de conversa com a turma debatendo formas de melhoria das situações apresentadas. As sugestões feitas pelos alunos devem ser anotadas no papel sulfite e afixadas na sala de aula.

Quantidade de horas aulas: 2 horas-aulas

Material didático: Textos trazidos pelos alunos, quadro branco, papel sulfite.

Desenvolvimento:

Etapa 1: Introduzir o tema da aula.

Etapa 2: Pedir a cada grupo que apresente a sua pesquisa sobre o tema escolhido em relação à situação do bairro de Vista Alegre.

Etapa 3: À medida que os grupos forem se apresentando, o professor deve debater com a turma sobre que medidas tomar para melhorar a situação em destaque.

Etapa 4: O docente deve registrar em papel sulfite e afixar em sala de aula os problemas relacionados sobre o bairro de Vista Alegre e as sugestões para a melhoria dos mesmos.

* Obs.: Ao final do Plano três, é importante que o professor promova uma roda de conversa com a turma sobre as metodologias adotadas nas aulas desenvolvidas, para que todos possam refletir sobre as atividades realizadas. Essa ação permite aos alunos sintetizar os aspectos mais importantes das atividades ou os que mais gostaram, o ainda o que pode ser melhorado, ampliado, etc. Acreditamos que esse feedback é uma ferramenta de suma importância para que o professor aprimore e desenvolva melhor as dinâmicas e metodologias ativas do ensino em sala de aula. Além do que, essa ação demonstra que o docente se preocupa com aprendizagem do aluno, tornando o ensino-aprendizagem participativo e dinâmico.

3.3 Entre práticas e problematizações

A proposta educativa foi desenvolvida com o 9º ano da turma 1901, que possui 40 alunos, na Escola Municipal Maria Baptistina Duffles Teixeira Lott, unidade integrante da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, localizada no bairro de Vista Alegre, Rio de Janeiro. As atividades propostas foram realizadas em quatro aulas, divididas em dois dias. As aulas, organizadas em três etapas foram compostas por uma introdução do tema através do power point, além de leitura de imagens, documentos e texto, e outras propostas didáticas como a metodologia ativa de aprendizagem “Rotação por Estações”. Todas as etapas têm como unidade temática: “A Primeira República no Brasil: transformações e resistências”. As atividades desenvolvidas intentaram orientar os alunos sobre o tema trabalhado, aprofundando reflexões e ao mesmo tempo engajando-os nas aulas de forma que os mesmos se tornassem protagonistas na construção do próprio conhecimento e do grupo social ao qual pertence.

A primeira etapa das atividades iniciou-se com a apresentação do powerpoint com imagens, introduzindo o tema da reforma Passos e a Revolta da Vacina. Essa etapa teve como função informar ao aluno sobre a reforma realizada e seus desdobramentos sociais e econômicos na vida da população atingida, incentivando a perceber e refletir sobre as transformações operadas não somente no tecido urbanístico da cidade do Rio de Janeiro, mas, principalmente na vida do cidadão carioca. Após a introdução ao tema em destaque, realizamos com os alunos a dinâmica “Rotação por Estações”. Essa atividade foi de suma importância para o desenvolvimento do conteúdo trabalhado, pois permitiu integrar de forma dinâmica e ativa o

material de estudo, aprimorando as habilidades do pensamento crítico dos alunos, além de impactar os níveis de motivação dos alunos orientando a atenção e o entendimento para o assunto apresentado. Nessa dinâmica a sala de aula é dividida em estações do conhecimento. Cada estação possui uma ficha de análise com atividades distintas, mas complementares sobre a Reforma Passos. As estações foram assim denominadas:

- Campanha da Higienização.
- O Furor das Picaretas – O Bota-abaixo.
- Napoleão de Seringa e Lanceta.
- Que Vacina é Essa?
- Prata Preta.

Em nosso percurso de reflexão, escolhemos as fichas de análise para essa Dissertação pelo fato das mesmas serem uma significativa ferramenta para o trabalho com as fontes, contribuindo para uma melhor exploração das mesmas e organização dos registros. Nessa dinâmica os alunos foram divididos em grupos. Após um determinado tempo, sob a direção do professor, os grupos se revezaram, permitindo aos estudantes passarem por todas as estações. Vale dizer que os alunos gostaram muito da dinâmica realizada e participaram da mesma com entusiasmo e curiosidade a cada estação nova.

Na segunda etapa, realizamos com os alunos a leitura coletiva do texto *A Pequena África* no Rio de Janeiro. Em seguida, desenvolvemos uma roda de conversa com os discentes para que os diferentes olhares sobre o texto viessem à tona e as ideias e reflexões fossem compartilhadas. Nesse sentido cabe destacar a importância da valorização da prática de debates, socializações e conversas mediadas pelo professor, promovendo diálogos com os alunos, em que ele, o professor não detenha a palavra final, mas, através de um ambiente de escuta, troca de ideias e valorização da opinião do outro, haja a construção e compartilhamentos de reflexões coletivas. O cotidiano das aulas de História é por si só um espaço de expressão das consciências históricas. Sob esse aspecto a sala de aula, para além do espaço do ensinar e aprender, permite o “compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar” (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 299; PENIN, 1994). Desse modo, nessa tarefa a conversa se faz de forma horizontal, onde todos são ouvidos, incentivando os alunos ao debate e à discussão, levantando questionamentos e pontuando dúvidas. Logo após esse debate, os alunos deverão realizar, em grupo as atividades propostas na atividade.

A terceira etapa da proposição didático-pedagógica tem a intenção de integrar o conhecimento e as reflexões realizadas pelos alunos sobre a Reforma Passos ao seu próprio

bairro, refletindo sobre as transformações e permanências existentes em sua história e na atualidade. Nesse aspecto, enquanto estratégia de aprendizagem, o trabalho com a história local, favorece a construção e a compreensão do conhecimento histórico a partir de propostas que tenham a ver com a vivência o interesse dos alunos favorecendo a integração do aluno no espaço social do qual faz parte.

Considerando a dimensão educativa da cidade e o bairro do aluno como expressão micro dessa extensão, convidamos os alunos a colocarem o seu próprio bairro em movimento, procurando orientar os mesmos a enxergar os dilemas, as ausências e ao mesmo tempo as permanências na vida pulsante que o mesmo possui através da atividade “Que bairro é esse”? Nessa etapa os alunos foram levados à reflexão sobre o seu próprio bairro, problematizando o seu espaço de moradia e convivência em suas dimensões temporal, social e cultural. Vemos nessa proposta uma oportunidade significativa de estímulo ao discente para um relacionamento protagonista com o ambiente que o cerca e através de um olhar sensível e ao mesmo tempo crítico, percebendo as tensões sociais da sua localidade, impulsionado por um desejo-ação de transformação social, o que para nós configura o sentido social da escola.

Após a introdução da aula feita pela professora, cada grupo apresentou a sua pesquisa de forma oral e com cartazes ilustrativos dos temas investigados. Particularmente, aprecio muito esses trabalhos, uma vez que os mesmos favorecem aulas dinâmicas e participativas, em que os conteúdos deixam de ser encastelados, assumindo uma dimensão ativa e engajada com a realidade do aluno. A Turma participou ativamente das apresentações, comentando e elogiando a boa infraestrutura do bairro em relação ao transporte, o comércio, etc. Em relação ao meio ambiente, os grupos demonstraram que a região é bem arborizada. Porém, foi unânime a opinião dos alunos sobre as dificuldades de Vista Alegre no quesito segurança. Composto por uma população de classe média, não possuindo comunidades carentes, Vista Alegre, como a maioria dos bairros do Rio de Janeiro, possui uma estatística difícil com alto índice de assaltos aos transeuntes e motoristas e roubos às residências.

Outro fator investigado pelos discentes diz respeito ao IPS, ou seja, o Índice de Progressão Social do bairro, mensurado nas dimensões: Necessidades Humanas Básicas, fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades que em 2022 era de 65,49%, apresentando resultados dentro do padrão esperado, segundo o Instituto Pereira Passos, órgão ligado à Prefeitura do Rio de Janeiro (Disponível em www.data.rio. Acesso em 22/05/2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre a prática

Uma das etapas significativas do ensino de História concretiza-se quando o aluno registra a sua própria História dentro do grupo social ao qual pertence articulando com o tema ou o conteúdo estudado. Desse modo, os alunos, auxiliados pelos professores em diálogo constante com o passado e o presente, constroem o *modus operandi* para a transformação da realidade em que vive. Sem sombra de dúvida, esta não é uma tarefa fácil, pois a busca pela transformação de uma realidade injusta e desigual não depende somente do interesse e boa vontade de alunos e professores, mas deriva-se do aval de instâncias superiores, que nem sempre estão interessadas nessas transformações. Porém, não podemos desanimar. Nossa luta por uma sociedade melhor, justa e igualitária deve ser constante. No exercício de uma educação cidadã à luz dos dilemas e temas sociais no tempo presente, cabe à escola o papel de protagonismo didático em uma Educação com e pela cidade oferecendo atividades que deem visibilidade aos sujeitos sociais que vivem e produzem nessa mesma cidade. Como afirma Jaime Pinsky “Operacionalmente cidadania pode ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência e de responsabilidade coletiva” (1998, p. 19), portanto, acreditamos que no momento em que os estudantes compreendem que nossa história individual é na verdade oriunda da nossa condição histórica e coletiva, ele estabelece sentido com o espaço em que vive, solidificando a noção de pertencimento a esse mesmo espaço.

Somada a essa reflexão retomo Schimid e Cainelli quando afirmam “Assim, um dos objetivos do ensino da História consiste em fazer o aluno ver-se como partícipe do processo histórico” (2004, p. 125). Acreditamos que diante das sugestões e reflexões relatadas pelos mesmos, esse objetivo foi alcançado. Em seus depoimentos, tanto os escritos realizados após a 1ª aula, como na roda de conversa feita ao final da última aula, os alunos afirmaram ter gostado muito das atividades, especialmente pela originalidade e dinamismo que as mesmas fomentaram. Em relação à dinâmica da Rotação por Estações, a maior parte dos alunos considerou a mesma muito interessante e divertida, especialmente devido à troca rápida de lugares. Alguns, entretanto, questionaram o tempo, afirmando ter sido este muito curto. Contudo, expliquei-lhes que esse é o objetivo da atividade, ser dinâmica, ou seja, ter foco e concentração para a sua boa realização, como se fosse um jogo. Muitos alunos disseram que as atividades propiciaram ótimas reflexões. Outro destaque feito pelos discentes diz respeito à

forma desrespeitosa como o povo foi tratado, sendo expulsos de suas casas e tendo que ir morar nos morros, porque não podiam pagar aluguel ou esses eram mais caros. Considerei interessante a fala de um aluno que questionou se os soldados que foram enviados para reprimir as classes populares no Bota-abaixo, realmente queriam estar ali. Esse aluno mencionou também os projetos sociais atuais, afirmando: - Será, que estão fazendo do jeito certo? Sobre o autoritarismo da vacinação e a falta de esclarecimento do povo sobre a mesma, a maioria considerou um absurdo. Foi então que refleti com eles sobre a importância da informação correta sobre as vacinas.

Em relação à atividade sobre o texto da Pequena África, os textos elaborados pelos grupos destacaram a importância desse espaço histórico e cultural, representando a herança africana e cultural no Rio de Janeiro. Nesse sentido as opiniões dos discentes foi unânime. Destacaram também a importância da manutenção desse Centro Cultural como manutenção da identidade da comunidade negra no Rio de Janeiro, na luta contra o racismo e a promoção de uma educação antirracista. Quanto às características de tia Ciata solicitadas na atividade 2 do Plano 2, a maior parte dos estudantes mencionou a sua liderança cultural como anfitriã de músicos e sambistas, transformando a sua vida em espaço de resistência e valorização da cultura afro-brasileira. Alguns alunos destacaram o empreendedorismo da matriarca do samba ao vender doces com seus trajes africanos e alugar roupas para o Carnaval como forma de lutar pelo samba e a cultura negra. Sobre os conhecimentos fitoterápicos de tia Ciata, dois grupos se mostraram impressionados com o conhecimento de remédios que a sambista possuía.

Quanto à atividade “Que bairro é esse”?, após apresentação dos trabalhos, o debate com os alunos foi intenso. Consideramos que embora o IPS do bairro seja considerado dentro do padrão, ele pode e deve melhorar. Para isso os alunos sugeriram a instalação de luminárias eficientes e bem distribuídas garantindo melhor visibilidade à noite, principalmente, câmeras de segurança, vigilância comunitária e maior patrulhamento. E embora o bairro já possua a Areninha Cultural João Bosco, espaço cultural administrado pela Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, os estudantes sugeriram a criação de mais praças públicas, com áreas de lazer, atividades culturais, academia ao ar livre, ciclovias; centros comunitários com atividades para crianças, jovens e adultos como esportes e oficinas artesanais; o fortalecimento da Associação de Moradores, incentivando os moradores a participar das decisões que afetam o bairro; a criação de comitês locais para a proposição de soluções de problemas específicos da localidade; o apoio ao comércio local incentivando a compra de produtos e serviços da região; a organização de campanhas de solidariedade para auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade social, arrecadando alimentos e roupas, não somente do bairro de Vista Alegre,

mas de outros bairros no entorno, fortalecendo a solidariedade e o espírito de comunidade; a promoção de eventos esportivos entre moradores de diferentes bairros, em especial os que possuem um IPS vulnerável, colaborando para a integração social.

Mediante essas reflexões, devo acrescentar o quanto a elaboração das atividades descritas nesta transposição didática aprimorou a minha prática pedagógica. O processo de produção do material baseado desde a escolha de fontes e ao mesmo tempo as estratégias e mediações pedagógicas que explorassem as mesmas, buscando “didatizar” a fonte, foi bastante significativo para o desenvolvimento das habilidades relativas a minha prática educativa. Além da bagagem teórica que adquiri ao longo desses mais de dois no ProfHistória, ao construir essa proposta, uma nova professora de História foi igualmente construída. Agora, muito mais atenta às possibilidades pedagógicas que os conteúdos curriculares articulados à realidade e entorno social do aluno e da escola nos apresentam.

Todas as atividades propostas nesta pesquisa para o ensino de História estão pautadas na problematização e no questionamento do conteúdo curricular “A Reforma Pereira Passos”. Porém, a elaboração e prática das atividades aqui relatadas apresentam um quadro rico de possibilidades, que permitem a nós professores produzir materiais semelhantes para todos os conteúdos curriculares, tornando as aulas mais dinâmicas e prazerosas para os professores e os alunos. Esperamos assim, que essa proposta atinja plenamente o seu objetivo, estimulando outros professores a perceberem as diversas possibilidades das atividades desenvolvidas e a desenvolverem outras ainda melhores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO 1997.
- ABREU, Maurício de. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista Rio de Janeiro, Niterói*. v. 1, nº 2. 1986.
- ABREU, Maurício de. *A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro, 1870-1930*. *Espaços & Debates*, Ano 7, nº 21, 1987.
- ABREU, Marcelo. *História local e ensino de história: interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo*. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bonfim. *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- ANDREATTA, Verena. *Cidades Quadradas, paraísos circulares - os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.
- APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ARIAS NETO, José Miguel. *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização*. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano; v.1: o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Rio de Janeiro. Vozes. 2012.
- AZEVEDO, André Nunes de. *Entre o progresso e a civilização: o Rio de Janeiro nos traçados de sua capitalidade*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCH/UERJ. 1998.
- AZEVEDO, André Nunes de. *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. *Revista Rio de Janeiro*, nº 10, 2003.
- AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande reforma Urbana do Rio de Janeiro e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC. Rio, 2016.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARRETO, Lima. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- _____. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

BENCHIMOL, Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História*. In: LÖWY, Michel. *Aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BEZERRA, Armando. J. C. *Admirável mundo médico: a arte na história da medicina*. Brasília, DF: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, 2006.

BILAC, Olavo. *Crônica* (1904). Apud SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BITTENCOURT, Circe. "Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História", in BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BHARTES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BLANCH, Joan Pagès; MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido*. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara de Castro (Orgs.). *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto, 1909 - *Dicionário de política*. Norberto Bobio et al MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Trad. Carmen C, Varriale et al.; Coord. trad. João Ferreira; Rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BRUM, Mario S. I. *Cidade Alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, EDUSC, 2004.

CAIMI, Flavia Eloisa. *Escolhas e usos do Livro Didático de História: o que dizem os professores*. In: Ensino de história: desafios contemporâneos / (org.) BARROSO, Véra L. M. et al – Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo?* In: História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CANZIANI, Tatiana de M. *TV Paulo Freire: desafios para a construção de uma televisão educativa*. Universidade Federal do Paraná. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2009.

CARVALHO, Bruno. *Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. São Paulo: Objetiva, 2019.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1ª edição: 1987).

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares-Rio de Janeiro :1896-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas- Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. Dissertação de Mestrado em História defendida na UFF – Universidade Federal Fluminense; Niterói, 1980.

CAVALCANTI, Erinaldo. *Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História*. Revista História Hoje, vol. 5, nº 9. 2016.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHALHOUB, Sidney; RIBEIRO, Gladys, S.; ESTEVES, Marte de A.; *Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Cidade do Rio: vivência de “libertos”, “galegos” e mulheres pobres*. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 55. Nº 8/9. Set. 1984/abr. 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CIAMPI, Helenice. *Os desafios da história local*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M; MAGALHÃES, Marcelo, de S. (Orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2007.

CORREIA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexos histórico-políticos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

COSTA, Gerson Eduardo. *A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local*. Dissertação de Mestrado. UERJ. 2016.

COUTINHO, Eduardo. *Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DAGOSTIN, Júlia E. et al., *Ensino de história: Local e identidade social*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.1, jan. 2022.

DIAS, Maria Odila L. da S. “*Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho*”. Estudos Econômicos, São Paulo. v. 15. 1985.

ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *A questão habitacional no Rio de Janeiro da Primeira República: 1889-1930*. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

FAULHABER, Lucas, AZEVEDO, Lena. *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FEBVRE, Lucien. (2011a) *Face ao vento: manifesto dos novos Annales*. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. (Org.) Nova História em Perspectiva. São Paulo. Cosac & Naif. [original, 1946].

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história* – volume 1. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERRO, Marc. *Falsificações da História*. Trad. Casais Franco, Lisboa, Publicações Europa-América Ltda., s/d.

FONSECA, Selva Guimarães. *O estudo da história local e a construção de identidades. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003.

FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes. 1987.

GABRIEL, Carmen T. MORAES, Luciene M. S. *Conhecimento escolar e conteúdo: possibilidades de articulação nas tramas da didatização*. In: GABRIEL, Carmen Teresa.; MORAES, Luciene Maciel Stumbo (org.) *Currículo e conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas*. Petrópolis: De Petrus: Faperj, 2014.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2007.

GUIMARÃES, Alberto, P. *As classes perigosas*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOLY, Martini. *Introdução à Análise da Imagem*. Lisboa: Editora 70, 1994.

LOBO, M^a Eulália, L. *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, vol. 2.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu, N. *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 2006.

LENZI, Maria Isabel Ribeiro. *Francisco Pereira Passos. Possibilidade de um outro olhar*. Revista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 10, 2003.

LE PORS, Anicet. *La Citoyenneté*. Paris: PUF. 1999.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2007.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Hebe Maria. *O Ensino de História e luta contra a discriminação racial no Brasil*. In: ABREU, Martha; SOIETH, Rachel (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MATTOS, Ilmar R. “*Mas não somente assim*”! *Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de história*”. Tempo [online] 2006, vol. 11, nº21.

_____, SANTOS, Jaime, P. ANTUNES, Roberto, A. (Orgs.) *Rio de Janeiro: Histórias concisas de uma cidade de 450 anos*. Secretaria Municipal de Educação. Rio de Janeiro: SME, 2015.

MATTOS, Romulo Costa, 1976. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado – UFF. Departamento de História. Niterói, 2008.

MICELLI, Paulo. *O quadro muito negro do ensino no Brasil*. In: SANFELICE, J. L. (Org.). *A universidade e o ensino de 1º e 2º graus*. Campinas: Papirus, 1988.

MIRANDA, Sonia R. *A cidade para professores* / Sonia Regina Miranda, Andréa Borges de Medeiros, Fabiana Rodrigues de Almeida. – Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2016.

MIRANDA, Sonia Regina e SIMAN, Lana Mara. *Cidade. Memória e Educação*. Juiz de Fora, EDUFJF, 2013.

MONTEIRO, Ana M. *ENSINO DE HISTÓRIA: entre história e memória. História e Educação: territórios em convergência*. I Seminário de Pesquisa e Práticas Educativas: os desafios na pesquisa do ensino de História. UFRJ. 2007.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

MUNAKATA, K. *O livro didático como mercadoria*. Pro-Posições | v. 23, n. 3 (69), set./dez. 2012.

NEVES, Margarida de Souza. “*Uma capital em trompe l’oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da república velha. In: A. M. MAGALDI; C. ALVES; J.G. GONDRA (orgs.). Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, Márcio, P. *Um Conceito de Cidadania para se trabalhar a cidade*. GEOGRAPHIA. Ano 1; nº 1. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

OSSANA, Edgardo O. *Una alternativa en la enseñanza de la Historia: el enfoque desde lo local, lo regional*. in VÁZQUEZ, Josefina Z. Enseñanza de la Historia. Buenos Aires, 1994. (Colección INTERAMER, 29).

PAOLI, Paula de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Leonardo A. de M. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)* / Leonardo Affonso de Miranda Pereira - Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2020.

PEREIRA, Leonardo A. de M. *No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933)*. Revista Brasileira de História, v. 35, n. 69, 2015.

PEREIRA, Sônia G. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1992.

PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. *A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século*. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 8/9, v. 5, set.1984/abr. 1985.

PINSK, Jaime. *Cidadania e Educação*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

_____, Jaime (autor e organizador) “et al”. *O ensino de História e a criação do fato* /. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *A guerra do “bota-abaixo”*. Nossa História, ano 3, n. 34, 2006.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça Sanitária – Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária - Rio de Janeiro (1904 – 1914)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Universidade Federal Fluminense, 2008.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça Sanitária – Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária - Rio de Janeiro (1904 – 1914)*. Dissertação de Mestrado, UFF. 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIO, João do (Paulo Barreto). “*Sono calmo*”. In: RIO, João do (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 278. (Gazeta de Notícias, 10/06/1904).

RIO, João do (Paulo Barreto). “*Sono calmo*”. In: RIO, João do (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Gazeta de Notícias, 10/06/1904.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas- Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração. Dissertação de Mestrado em História. UFF – Universidade Federal Fluminense, 1995.

RODRIGUES, Antônio E. M. “*Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro*”. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, p. 18, 2002.

RODRIGUES, Antônio E. M. *América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais*. Revista Morus – Utopia e conhecimento.v.3. Campinas: UNICAMP, 2006.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. Seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade, Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. Organizador: André Nunes de Azevedo. Anais, Rio de Janeiro: Departamento Cultural / NAPE / DEPEXT / SR-3 / UERJ, 2002.

RÜSEN, Jorn. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão* (1987). In *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, jul.-dez, 2006.

_____. *Razão Histórica: Teoria da História: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

RÜSEN, Jörn. *O livro didático ideal*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.) Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SAMUEL, Raphael. *História local e história oral*. Revista Brasileira de História. V. 9, n. 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, set., 1989.

SANTOS, Angela M. S. P. MOTTA, Marly S. *O “bota-abaixo” revisitado. O Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nº 10, 2003.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva. *O “bota-abaixo” revisitado. O Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.

SANTOS J, Azemar. *Ensino de História e Sensibilidade: o ver, o ouvir e o imaginar nas aulas de História*. História & Ensino, Londrina, v. 25, n. 02, jul./dez. 2019.

SANTUCCI, Jane. *Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Cada da Palavras, 2008.

SHARPE, Jim. *A História vista de Baixo*. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Edunesp, 1992.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A Formação do Professor de História e o Cotidiano da Sala de Aula*. In: *O Saber Histórico na Sala de Aula*, BITTENCOURT, Circe (org). São Paulo: Contexto, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. *A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História*. In: Cadernos Cedes. Campinas, vol. 25. n. 67, p. 297-308, set/dez. 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *História local e o Ensino da História*. In: *Ensinar História*. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Lucia. *Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro. Territórios e etnia no último quartel do século XIX*. Revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos sobre a cidade, Campinas, n. 10, v. 7, jan./ago., 2015.

SILVA, Mayara Grazielle, C. F. *A Reforma Urbana Pereira Passos: resistências de uma população excluída*. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 50, n. 1, mar./jun., 2019.

SILVA, Milena, R. da. TELES, Letícia, A de, ANDRADE, Eri, G da S. *Antivacinação: um movimento consequente na realidade brasileira*. Revista de Iniciação Científica e Extensão, v.3, nº 2. 2020.

SIMAN, Lana Mara C. *O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos*. In: ZARTH, Paulo A; et al. (orgs.) *Ensino de História e Educação*. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2004.

SIMAN, Lana Mara C. *Cidade: um texto a ser lido, experienciado e recriado: entre flores e ervas daninhas*. In: MIRANDA, Sonia Regina e SIMAN, Lana Mara. *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora, EDUFJF, 2013.

SNYDERS, George. *Feliz na universidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

SOUZA, Fernanda G. de. *A Belle Époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

TEIXEIRA, Suellem, D. *O Rio de Janeiro pelo Brasil: a grande reforma urbana nos jornais do país (1903-1906)*. Dissertação de Mestrado. UNIRIO, 2020.

THOMPSON, Edward, *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLADARES, Licia do Prado. “*Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil*”. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade. A construção do espaço público no Brasil*. IUPERJ/ Rio Fundo Editora, 1991.

VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

VELLOSO, Mônica, Pimenta. *As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

XIMENES, Luciana Alencar. *Ocupações na zona portuária do Rio de Janeiro: soluções de moradia e ações de resistência no contexto de implementação do Projeto Porto Maravilha*. 2017.

ZAMBONI, Ernesta. *Panorama das pesquisas no ensino de História*. SAECULUM Revista de História, n. 6/7, Jan/Dez, 2000/2001.

Fontes impressas

Anais da Câmara dos Deputados, 1880, vol.: 6.

Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol.3, p. 73.

Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol.3. p.240.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (ACRJ). P. 41-4-5.

BACKEUSER, Everaldo. *Habitações Populares. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro de Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

Carta de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil ao rei de Portugal, D. João III, em 1553.

Decreto presidencial nº 4969 de 18 de setembro de 1903.

Projeto de Melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro pelo Engº. G. Fogliani. Proprietários do projeto Américo Lage & Cia. Rio de Janeiro, Tip. e Lit. F. Borgonovo, 1903.

Projeto de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro, 1903, p.13-4. Mensagem do Prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 1º de setembro de 1903, Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1903.

Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, realizado em 1890.

Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal), realizado em 1906.

VIEIRA, José. *O bota-abaixo – Crônica de 1904*. Rio de Janeiro: Selma, 1ª edição, 1934.

Jornais, revista e anos consultados

A Gazeta de Notícias, 1903, 1904.

O Correio da Manhã, 1804, 1904.

Jornal do Brasil, 1903.

Jornal do Commercio, 1905.

Revista *Kosmos*, 1904.

Revista *O MALHO*, 1904.

Revista da Semana, 1904.

Sites

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/.

<https://plenarinho.leg.br/>

www.data.rio.

<https://diariodorio.com/o-significado-do-nome-dos-bairros-do-rio-de-janeiro>.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br>.

<https://lupa.uol.com.br/jornalismo>.

[https://revistas eletrônicas.pucs.br.](https://revistas_eletronicas.pucs.br)

<https://www.riomemorias>

<https://www.riotur.rio>